

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS II

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM ECONOMIA

EXTRATIVISMO E CAPITALISMO: a manutenção, funcionamento
e reprodução da economia extrativista do Sul do Amapá.

ANTONIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO

Dissertação apresentada como exigência
parcial para obtenção do Grau de Mestre
em Economia à Comissão Julgadora da
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS
II.

Orientadores: Fernando Garcia de Oliveira

Lúcia Helena de Oliveira Cunha

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

1992

FE
DIS
338-13 (245)
F. 400 e



F488e Filocreao, Antonio Sergio Monteiro
Extrativismo e capitalismo : a manutencao, funcionamento
e reproducao da economia extrativista do sul do Amapa /
Antonio Sergio Monteiro Filocreao. - Campina Grande, 1992.
236 f. : il.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade
Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Economia Rural 2. Economia Extrativista - 3.
Extrativismo 4. Capitalismo 5. Dissertacao I. Oliveira,
Fernando Garcia de II. Cunha, Lucia Helena de Oliveira III.
Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB) IV.
Titulo

CDU 338.43(043)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, aparentemente representa o resultado de um esforço individual, e dessa forma, assumimos enquanto responsável pela sua sistematização, seus erros e seus acertos. Contudo, em sua essência ele representa o resultado de uma construção coletiva, onde muitas pessoas e instituições contribuíram para que ele chegasse a este estágio. Neste sentido, cabe os agradecimentos:

No campo mais íntimo de nossa vida afetiva, queremos agradecer ao apoio recebido de Odete, Aline, Débora e Camila, que ao abrirem mão da presença material do companheiro e pai, em momentos extremamente difíceis de nossas vidas, injetaram um ânimo constante na realização deste projeto acadêmico.

No campo acadêmico, nossos sinceros agradecimentos aos professores e mestrandos dos Cursos de Economia e Sociologia Rural da UFPB, pelo convívio e pelo ambiente fértil das discussões que enriqueceram sobremaneira a nossa capacidade de análise da realidade social. Em especial nossos agradecimentos aos professores orientadores Fernando Garcia e Lúcia Helena Cunha, e aos professores René de Carvalho pelas importantes orientações iniciais e Norma Soler pelas sugestões durante a elaboração do Projeto de Dissertação; a amiga mestranda do Curso de Sociologia Socorro Rodrigues com quem a passagem pelo mestrado possibilitou uma discussão muito fecunda de um aspecto particularizado que é a "Questão Amazônia", da qual chegamos a

nos sentir porta-vozes; ao colega Dilson Trennepoh pela discussão das questões mais profundas do Mestrado em Economia, e da ciência econômica, onde aprendemos muito nas discordâncias e solidificamos nossos conhecimentos nas concordâncias.

No campo institucional, nossos agradecimentos, embora tardio, as extintas EMBRATER e EMATER-AMAPÁ, pelo financiamento inicial da nossa participação no Curso de Mestrado, e ao CNPQ, pelo financiamento da Pesquisa de Campo, através de uma bolsa de demanda social. Da ex-EMATER-AMAPÁ, queremos agradecer o apoio especial recebido durante a Pesquisa de Campo, do Pedagogo Nassu Oliveira, extensionista da Gerência de Comunicação e Metodologia e dos Engenheiro Agrônomo Sérgio Paulo Jorge e Técnico Agrícola Francisco Xavier, enquanto extensionistas do Escritório Local de Laranjal do Jari.

Também queremos externar os nossos agradecimentos ao Conselho Nacional dos Seringueiros no Amapá, representado pelos seus dirigentes Pedro Ramos, Calixto Pinto e Domingos Souza, que, ao externarem as suas preocupações com o futuro dos trabalhadores extrativistas, muito contribuíram com informações fundamentais para a nossa percepção de detalhes importantes sobre os problema do extrativismo vegetal, da organização política e da luta dos "povos da floresta" no Estado do Amapá, além de terem facilitado o nosso acesso aos trabalhadores extrativistas. Também temos muito a agradecer a pesquisadora americana Erin O. Sills, com quem conseguimos trocar importantes informações sobre aspectos diversificados da realidade pesquisada.

RESUMO

As grandes transformações sócio-econômicas ocorridas nas últimas décadas na Amazônia, resultantes da entrada do Grande Capital na região, apesar de ofuscarem o extrativismo vegetal autosustentável na dinâmica da economia regional, não levaram ao seu completo desaparecimento, apesar do tratamento marginal, dispensado a este tipo de atividade, no modelo de desenvolvimento implantado na região.

Se percebe inclusive, na metade da década de 80, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos e índios, se organizando politicamente para frear o processo de destruição da floresta, que o modelo de desenvolvimento impunha para a região. Tornando assim, a revalorização do extrativismo vegetal, como uma bandeira de luta, que alia os "povos da floresta" aos movimentos ambientalistas mundiais, levando a criação de Reservas Extrativistas, como uma proposta de desenvolvimento para as regiões de tradição extrativista.

A persistência do extrativismo vegetal, mesmo concorrendo com os Grandes Projetos agroflorestais e minerais altamente subsidiados com os recursos governamentais, suscitou a proposta para um estudo na região Sul do Amapá, tradicionalmente extrativista e atualmente sobre o controle e a influência de um Grande Projeto, o Projeto Jari.

O desvendar dos mecanismos externos e internos que garantiram a manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista do Sul do Amapá, foi o que direcionou a pesquisa de

campo, desenvolvida nos anos de 1990/91, onde se procurou estudar profundamente as atuais unidades de produção extrativistas em seu funcionamento e em suas relações com os principais agentes sociais envolvidos com a "riqueza extrativista" da região.

Se observa neste trabalho, que os principais mecanismos externos, foram a existência de importantes frações de "capitais amazônicos", remanescentes do Ciclo da Borracha, que nos seus acessos ao mercados internacionais, conseguiram manter vivo o sistema de aviamento, aproveitando as estruturas de apoio ao extrativismo, existentes na região, abandonadas pelo Projeto Jari; a devastação da floresta, que ao destruir castanhais em algumas regiões da Amazônia, criando uma forte demanda por castanha do Brasil, que contribue para a persistência do extrativismo, além do não cercamento legal das terras da região.

Se verifica também, que as mudanças que ocorreram na organização da produção, onde o trabalhador extrativista para um padrão, se transforma em um produtor familiar agroextrativista; o aproveitamento da potencialidade existente nos recursos naturais na diversificação da unidade de produção; as dificuldades de acesso do extrativista ao mercado de trabalho que se constituiu na região, e a sua capacidade de organização política, foram os principais mecanismos que garantiram ao seu modo, a manutenção da economia extrativista na região Sul do Amapá.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....10

CAPITULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO GEOGRÁFICA.....37

1-AGRICULTURA E EXTRATIVISMO VEGETAL NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DA AMAZÔNIA.....37

2-EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NAS PRINCIPAIS FASES DA OCUPAÇÃO CAPITALISTA DA AMAZÔNIA.....42

3-CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL NAS PRINCIPAIS FASES DA OCUPAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA.....51

3.1-AS ESPECIFICIDADES NA ORGANIZAÇÃO DOS SERINGAIS E NO CRÉDITO DO CICLO DA BORRACHA.....55

3.2-O SISTEMA DE AVIAMENTO COMO UMA METAMORFOSE DO CRÉDITO CAPITALISTA.....57

3.3-A DIVERSIDADE DE FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NA FASE DOS GRANDES PROJETOS.....62

4-SIGNIFICÂNCIA DO EXTRATIVISMO VEGETAL NA ECONOMIA AMAZÔNICA.....66

5-O SUL DO AMAPÁ NO CONTEXTO HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AMAZÔNIA.....71

5.1-PERÍODO I-A EXPROPRIAÇÃO E CONCENTRAÇÃO INICIAL DAS TERRAS NA REGIÃO.....71

5.2-PERÍODO II-A APROPRIAÇÃO EMPRESARIAL DAS RIQUEZAS.....75

5.3-PERÍODO III-O CONTROLE DA REGIÃO PELO GRANDE PROJETO.....79

CAPITULO II

OS PRODUTORES E A PRODUÇÃO EXTRATIVISTA DO SUL DO AMAPÁ.....85

1-O PERFIL DAS COMUNIDADES RURAIS PESQUISADAS.....87

1.1-COMUNIDADES DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO RIO JARI.....87

1.2-COMUNIDADES DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO RIO CAJARI.....90

2-O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS PRODUTORES EXTRATIVISTAS...99

2.1-SUAS ORIGENS SÓCIO-GEOGRÁFICAS.....100

2.2-INDICADORES DA ESCOLARIZAÇÃO.....102

2.3-DA FAMÍLIA A UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO.....103

2.4-A SITUAÇÃO DOS FILHOS E SUA TRAJETÓRIA SOCIAL.....106

| | |
|---|-----|
| 2.5-DESPESAS E CONSUMO FAMILIAR..... | 108 |
| 2.6-AS INSTALAÇÕES E MORADIAS..... | 112 |
| 3-A UNIDADE DE PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA..... | 114 |
| 3.1-AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS..... | 117 |
| 3.1.1-A ROÇA OU ROÇADO..... | 118 |
| 3.1.1.1-PREPARO DA AREA..... | 122 |
| 3.1.1.2-PLANTIO DA ROÇA..... | 125 |
| 3.1.1.3-TRATOS CULTURAIS DA ROÇA..... | 127 |
| 3.1.1.4-A COLHEITA DA ROÇA..... | 129 |
| 3.1.1.5-BENEFICIAMENTO DOS PRODUTOS DA ROÇA..... | 132 |
| 3.1.2-O SÍTIO OU POMAR CASEIRO..... | 135 |
| 3.1.3-A CRIAÇÃO DE ANIMAIS..... | 137 |
| 3.2-AS ATIVIDADES EXTRATIVISTAS..... | 139 |
| 3.2.1-O CASTANHAL..... | 141 |
| 3.2.1.1-AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA COLETA DA CASTANHA..... | 143 |
| 3.2.2-O SERINGAL NATIVO..... | 156 |
| 3.2.3-O AÇAIZAL..... | 158 |
| 3.2.4-OUTROS ESPAÇOS EXTRATIVISTAS DAS UPAES..... | 160 |
| 4-A POPULAÇÃO AGROEXTRATIVISTA E OS MERCADOS..... | 163 |
| 4.1-A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA..... | 163 |
| 4.2-A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO EXTRATIVISTA..... | 167 |
| 4.3-O MERCADO NACIONAL E INTERNACIONAL DA CASTANHA..... | 175 |
| 4.4-A APROPRIAÇÃO DE VALOR PELOS DIVERSOS AGENTES ECONÔMICOS..... | 181 |
| 5-A ORGANIZAÇÃO E A LUTA POLÍTICA DOS PRODUTORES AGROEXTRATIVISTA..... | 183 |

CAPITULO III

| | |
|---|-----|
| ASPECTOS CONCLUSIVOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA EXTRATIVISTA..... | 193 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| 1-CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MECANISMOS EXTERNOS DE MANUTENÇÃO DA ECONOMIA EXTRATIVISTA DO SUL DO AMAPÁ..... | 195 |
| 2-OS MECANISMOS INTERNOS RESPONSÁVEIS PELA MANUTENÇÃO DA ECONOMIA EXTRATIVISTA..... | 206 |
| 3-AS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA EXTRATIVISTA DO SUL DO AMAPÁ A TÍTULO DE CONCLUSÃO..... | 218 |
| 4-AS DIFICULDADES E ALGUNS ASPECTOS QUE NECESSITAM DE UM APROFUNDAMENTO TEÓRICO..... | 230 |

| | |
|-------------------|-----|
| BIBLIOGRAFIA..... | 232 |
|-------------------|-----|

LISTA DAS SIGLAS UTILIZADAS NO TEXTO

| | |
|-----------|---|
| AMAJA | Associação Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari. |
| ATEXCA | Associação dos Trabalhadores Extrativistas da Reserva Extrativista do Rio Cajari. |
| CACEX | Carteira de Crédito do Comércio Exterior do Banco do Brasil. |
| CEPA-AP | Comissão Especial do Planejamento Agrícola do Território Federal do Amapá. |
| CNPQ | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. |
| CNS | Conselho Nacional dos Seringueiros. |
| CODEASA | Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amapá. |
| COMAJA | Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari. |
| GATT | Grupo de Acordos e Tarifas do Comércio Exterior. |
| EMBRATER | Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. |
| EMATER-AP | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amapá. |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. |
| IEA | Instituto de Estudos Amazônicos. |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. |
| LBA | Legião Brasileira de Assistência. |
| MIRAD | Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. |
| NAEA-UFGA | Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. |
| RADAM | Projeto Radar da Amazônia. |
| SASI | Serviços Agrários e Silviculturais Ltda.- Projeto Jari. |
| STR | Sindicato dos Trabalhadores Rurais. |
| SPVEA | Superintendência para o Plano de Valorização da Amazônia. |
| SUCAM | Superintendência de Campanhas de Saúde Pública. |
| SUDAM | Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia. |

LISTA DE QUADROS E/OU FIGURAS

- FIG.1-A DIVISÃO POLITICO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO AMAPA
DIVISÃO ATUALIZADA.....25
- FIG.2-A REGIÃO GEO-ECONÔMICA DO VALE DO JARI.....26
- FIG.3-MINAS, JAZIDAS E OCORRÊNCIAS MINERAIS NA AMAZÔNIA.....27
- FIG.4-MAPAS DOS DESMATAMENTOS OCORRIDOS NA AMAZÔNIA.....29
- FIG.5-ÁREAS DE EXTRATIVISMO VEGETAL NO AMAPÁ.....30
- FIG.6-DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICAS DAS COMUNIDADES ESTUDADAS.....33
- FIG.7-ALOCAÇÃO SUBSIDIADA DE CAPITAL PARA PROJETOS
AGROPECUÁRIOS.....47
- FIG.8-LOCALIZAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS VEGETAIS EM
IMPLANTAÇÃO NA AMAZÔNIA.....50
- QUADRO I-DEMONSTRATIVO DO PROCEDIMENTOS DE PESQUISA UTILIZADOS
POR COMUNIDADE.....36
- QUADRO II-DEMONSTRATIVO DO ATENDIMENTO DE SAÚDE NAS COMUNIDADES
PESQUISADAS.....94
- QUADRO III-DEMONSTRATIVO DO ATENDIMENTO ESCOLAR NAS COMUNIDADES
PESQUISADAS.....94
- QUADRO IV-DEMONSTRATIVO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS
PRODUZIDOS E O SEU DESTINO NAS COMUNIDADES PESQUISADAS....95
- QUADRO V-DEMONSTRATIVO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXTRATIVISTAS
COLETADOS E DESTINOS NAS COMUNIDADES PESQUISADAS.....96
- QUADRO VI -DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO ESTIMADA DE CASTANHA NAS
COMUNIDADES PESQUISADAS (SAFRA DE 1990).....96
- QUADRO VII-DEMONSTRATIVO DA ESTRUTUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO
DA CASTANHA EXISTENTE NAS COMUNIDADES PESQUISADAS.....97
- QUADRO VIII-DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS QUANTO AO Nº DE
FILHOS.....105
- QUADRO IX-DEMONSTRATIVO DA SAIDA DOS FILHOS DO NÚCLEO
FAMILIAR.....107
- QUADRO X-DEMONSTRATIVO DOS MOTIVOS DE SAÍDA DOS FILHOS DA

FAMÍLIA.....107

QUADRO XI-DEMONSTRATIVO DO DESTINO DOS FILHOS QUE SAEM.....107

QUADRO XII-SITUAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES QUANTO AS DESPESAS MENSAS.....110

QUADRO XIII-CONSUMO MENSAL NAS UNIDADES FAMILIARES.....110

QUADRO XIV-INSTALAÇÕES E BENFEITORIAS NAS UNIDADES FAMILIARES PESQUISADAS.....112

QUADRO XV-DEMONSTRATIVO DAS CULTURAS PLANTADAS NAS ROÇAS.....119

QUADRO XVI-CALENDÁRIO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NAS UPAES.....123

QUADRO XVII- PRINCIPAIS FRUTEIRAS CULTIVADAS NOS SÍTIOS... 137

QUADRO XVIII-PRINCIPAIS PRODUTOS COLETADOS NAS UPAES.....140

QUADRO XIX-CALENDÁRIO DO EXTRATIVISMO DA CASTANHA.....144

QUADRO XX-VARIAÇÕES LOCAIS NO PREÇO DA CASTANHA.....174

QUADRO XXI-DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA CASTANHA DO BRASIL EXPORTADA.....177

INTRODUÇÃO

O presente estudo, sob a forma de uma dissertação de mestrado, pretende coroar todo o esforço que desenvolvemos nos anos de 1989, 1990 e 1991, enquanto aluno do curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba - Campus II. Nele se materializou os resultados de um projeto de análise da Economia Extrativista Vegetal¹ em uma região da Amazônia, nos aspectos inerentes a sua manutenção frente a um modelo de desenvolvimento capitalista que aparentemente lhe marginaliza da dinâmica econômica regional.

O trabalho foi desenvolvido basicamente em duas etapas: uma de aproximação maior com o objeto, na área de estudo, através de uma Pesquisa de Campo, e uma etapa complementar, de diálogo com a literatura especializada.

As grandes transformações ocorridas na Amazônia Brasileira nas últimas décadas, resultantes da entrada subsidiada do grande capital na região, dos estímulos estatais a diversificação da economia, do aceleramento do processo de industrialização e intensificação da integração da região a economia nacional vêm provocando um conjunto de redefinições no cenário sócio-econômico

1. Economia Extrativista Vegetal: subsetor da economia rural que tem como atividade econômica o extrativismo vegetal. Este, consiste na extração ou coleta dos produtos florestais. Apesar desta definição englobar as diversas formas de extração e coleta, neste estudo, estamos considerando apenas as formas não destruidoras das condições de reprodução dos produtos extrativos, como exemplos: a coleta da castanha do brasil, da borracha natural, das sementes oleaginosas, do açaí e as possíveis formas manejáveis de extração de madeira e palmito.

literatura nacional que procuram pensar o extrativismo vegetal de forma diferenciada, resgatando-lhe inclusive a sua importância econômico-social e cultural, surgem a partir da década de 80, no bojo das grandes inquietações da humanidade com a questão ambiental e de suas manifestações quanto a preservação da Floresta Amazônica.

Desses estudos mais recentes, uns apresentam uma visão privilegiando o caráter antropológico, buscando principalmente desvendar o modo de vida dos "povos da floresta" (Allegretti,M.; Almeida,M.;Oliveira Filho,J.P.); alguns no campo da economia se mostraram mais preocupados em descrever o Ciclo da Borracha e a crise deste Ciclo (Santos,R; Pinto,N.; Martinnello,P.), e outros com base na economia neoclássica tentando mostrar a inviabilidade da economia extrativista no capitalismo (Homma,A.).

Apesar de todos os esforços, ainda não se constituíram formulações teóricas mais consistentes no campo da Economia Política, capazes de nortear com mais segurança os trabalhos de pesquisa nesta atividade econômica. Frente a esta deficiência, aliada a algumas particularidades observáveis na atividade extrativista vegetal, neste trabalho, sentimos a necessidade de lançar mão de referenciais teórico-metodológicos que foram constituído para uma outra atividade rural, que nos pareceu mais próxima, inclusive complementar ao extrativismo vegetal, conforme este vem se manifestando atualmente na região de estudo, que é a agricultura.

A primeira vista, a atividade extrativista vegetal vem se organizando atualmente na região de estudo, sob uma forma de produção, que apresenta fortes similaridades com a forma

desta riqueza, e de que forma ele se relaciona o capital, com o mercado e com o mundo da produção capitalista, e ainda, quais as atividades que ele desenvolve e em que nível de qualidade se dá a reprodução da sua força de trabalho.

Sob o ponto de vista da produção acadêmica, o extrativismo vegetal enquanto atividade econômica não suscitou até o final da década de 80, grandes debates ou preocupação dos pesquisadores e estudiosos da questão agrária brasileira, de forma a formularem grandes contribuições teóricas no campo da Economia Política sobre esta atividade.

Predomina na bibliografia especializada anterior a década de 80, uma visão em que o extrativismo vegetal é considerado como uma atividade praticamente marginal na economia, tendente a desaparecer, e responsável pela miséria das populações extratoras e o atraso histórico das sociedades que dependem dela. Neste sentido, não se procurou estudar até então, com mais aprofundamento, esta atividade sob o seu ponto de vista interno e na sua relação com o processo mais geral da acumulação capitalista. Isto se deve talvez, as fortes influências de concepções analíticas que vêem como desenvolvimento, apenas o desenvolvimento das forças produtivas do capital. Em tais concepções, o desenvolvimento das forças produtivas passa a ser o único e principal padrão mensurador da importância de determinadas atividades econômicas no capitalismo, sendo inclusive o principal indicativo do grau de modernidade das sociedades contemporâneas. Estas influências parecem permear as principais correntes da Economia Política Contemporânea.

Verifica-se ainda, que os principais trabalhos existentes na

comumente verificada na agricultura: a produção familiar, ou produção camponesa. As principais características do extrativismo vegetal na região assim o permitem: é como a agricultura, uma atividade fortemente dependente das condições climático-biológicas, é também dependente do monopólio da terra sob a forma de floresta, e se organiza atualmente sob a forma de unidades de produção familiar. Além do que, nas condições atuais da região da pesquisa, a agricultura vem sendo desenvolvida em caráter quase que obrigatório, pelos trabalhadores extrativistas, na forma de pequenas roças itinerantes, para complementar as suas necessidades de subsistência.

Como existem essas similaridades, que são significativamente grandes, nos pareceu viável lançar mão, para a investigação e análise do extrativismo vegetal no nosso estudo, do instrumental teórico-analítico constituído para o estudo da pequena produção agrícola ou produção camponesa no capitalismo.

Obviamente, é de se esperar que este instrumental apresente as suas limitações. Frente a essa possibilidade, se fez necessário neste estudo, adotar na análise da realidade uma postura teórico-metodológica aberta na utilização das categorias teóricas pensadas para a pequena produção rural, em função do seu poder explicativo da realidade estudada. Isto nos parece perfeitamente justificável tendo em vista que a atividade extrativista apesar das similaridades, apresenta algumas diferenças em relação a agricultura, que poderão limitar o poder explicativo do instrumental teórico a ser utilizado. Como exemplos, podemos citar a instabilidade da propriedade privada da terra na Amazônia devido a sua condição de fronteira agrícola

aparentemente em expansão, e ainda, o estreito limite de crescimento do volume da produção extrativista comparada a produção agrícola, visto que a floresta nativa é um bem natural limitado, e, de mais difícil e lenta reprodução.

Quanto a pequena produção agrícola, é sabido que as principais matrizes teóricas utilizadas na sua análise, se constituíram em suas linhas básicas nos férteis debates ocorridos no início do século, a partir dos clássicos da Economia Política, ao analisarem a agricultura no capitalismo. Frente a isto, consideramos pertinente resgatá-las em suas premissas básicas, para dentre as principais correntes oriundas dessas premissas, fazermos e justificarmos uma opção norteadora das nossas necessidades analíticas.

As formulações teóricas sobre a pequena produção agrícola foram catalizadas na tentativa de explicação do movimento complexo e diferenciado do capital na agricultura, quando comparado ao seu movimento na indústria urbana. Essas diferenças foram explicadas em função de algumas especificidades existentes na atividade agrícola como: sua forte dependência das condições climático-biológicas, do monopólio da terra, e da existência e persistência de uma produção agrícola sustentada no trabalho familiar (economia camponesa).

Resgatando as origens das matrizes teóricas, nos clássicos da Questão Agrária, se observa, que Kautsky identificava como um dos principais obstáculos ao rápido movimento do capital na agricultura: a persistência de uma agricultura familiar ou camponesa. Esta pequena produção rural apesar da sua inferioridade técnica em relação a grande produção existente no

campo alemão, conseguia persistir pela capacidade que teria o camponês de se submeter a uma situação de autoexploração e subconsumo para não perder a terra(Kautsky,K. 1986,p.99-101). Ainda no decorrer da análise na sua principal obra, Kautsky acaba por concluir que a persistência da produção familiar é uma recriação do próprio capital, como reservatório de força de trabalho que o grande estabelecimento rural tanto necessitava(Kautsky, K., 1986 p.145).

As conclusões que Kautsky tira no início do século serviram de inspiração e influenciaram uma das principais correntes do pensamento contemporâneo na análise da produção familiar na agricultura. Corrente esta, que tende a ver a produção familiar agrícola como resultante de uma necessidade que tem o capital, no seu processo de valorização, de recriar formas de produção aparentemente anacrônicas, quando comparadas com o observável na indústria urbana, porém que apresentam alguma funcionalidade ao processo de acumulação capitalista, seja como reservatório de força de trabalho, ou ainda como um mecanismo redutor do valor da força de trabalho no campo.

Ainda resgatando os clássicos da Questão Agrária, se observa que Lênin ao analisar a "questão" da agricultura no capitalismo, em o "Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia", não considera a produção familiar ou camponesa, como um obstáculo ao movimento do capital, pois este autor, percebe neste tipo de produção o "germe do capitalismo", já que neste setor existe um processo de desintegração e diferenciação, onde de um lado os camponeses pobres vão se transformando em assalariados rurais e os camponeses ricos vão formando uma burguesia rural que cada vez

mais contrata assalariados.(Lênin,1985 p.113).

Esta conclusão de Lenin, também inspirará e influenciará fortemente uma outra corrente da análise contemporânea da pequena produção rural no capitalismo. A corrente de influência leninista ao tratar da produção familiar agrícola, acaba privilegiando nas suas análises uma busca constante dos processos de diferenciação e desintegração que o próprio desenvolvimento do capitalismo provocaria no interior do setor da pequena produção com a conseqüente formação de uma pequena burguesia agrária, ou ainda, em algumas análises, reduzindo o típico produtor familiar a um simples "trabalhador para o capital" na sua própria terra.

No campo oposto a Lênin e Kautsky, temos no resgate dos clássicos, Chayanov, expoente do pensamento neopopulista russo, que ao analisar a agricultura de seu país, não percebe o processo de diferenciação social e a desintegração do campesinato discutida por Lênin. Verifica sim, apenas uma diferenciação demográfica, onde as diferenças quanto ao tamanho de áreas cultivadas estão correlacionadas ao ciclo biológico das famílias, ou seja na relação trabalhador/consumidor no interior da Unidade de Produção Familiar(Chayanov,1985, p.64-66).

Dessa forma, na análise Chayanoviana inexistente desintegração do campesinato mais sim sua persistência e viabilidade no capitalismo. Esta persistência da produção familiar na agricultura é resultante de seus mecanismos internos, frutos de uma lógica própria que a não utilização do trabalho assalariado lhe confere.

Esta lógica camponesa identificada por Chayanov, visa antes de tudo no cálculo econômico do produtor familiar, o atendimento

das necessidades de consumo da Unidade de Produção Familiar, e se opõe a lógica capitalista, que tem por objetivo o lucro e a reprodução ampliada do capital. Esta lógica em Chayanov parece ser determinada por condições meramente subjetivas: "*Qualquer unidade doméstica de exploração agrária, tem um limite natural para a sua produção, a qual está determinada pelas proporções entre a intensidade do trabalho anual da família e o grau de satisfação de suas necessidades.*".(Chayanov,A. 1985 p.85).

Assim, no pensamento Chayanoviano, a existência na produção familiar de uma lógica econômica própria, explica determinados comportamentos quanto a utilização dos meios de produção, e da força de trabalho na unidade produtiva, que seriam irracionais e anacrônicas em um empreendimento capitalista, mas que se constituem em mecanismos internos que asseguram a persistência deste tipo de economia no modo de produção dominante.

Também, inspirada em Chayanov, se constituiu uma importante corrente contemporânea de análise da pequena produção agrícola, que nos seus estudos analíticos tende a isolar esta forma de produção rural das influências do capitalismo, dando muitas das vezes a esta um status de total autonomia; esmiuçando profundamente nas suas análises o interior das unidades familiares de produção, na busca de novas evidências comprobatórias da sua lógica interna própria e do seu cálculo econômico.

As correntes contemporâneas de análise da pequena produção rural, inspiradas em Lênin ou em Kautsky, no nosso entender, são problemáticas por não perceberem, ou mesmo negarem a existência de um espaço de autonomia no interior da produção familiar em

relação ao movimento do capital. Por assim procederem, acabam reduzindo a recriação ou a desintegração da pequena produção no capitalismo ao simples movimento determinista e unilateral do capital, deixando de perceber a riqueza e as contradições que existem nesses processos. Por outro lado a corrente de inspiração chayanoviana também nos parece problemática teórica e metodologicamente, porque, ao idealizar nas suas incursões analíticas, um amplo espaço de autonomia da produção familiar no capitalismo e um forte subjetivismo do produtor familiar no seu comportamento econômico, fazem da pequena produção rural no capitalismo, uma espécie de ilha, que apesar de encravada neste modo de produção e se relacionando cotidianamente com este, se encontra isenta ou imune as suas fatais influências. Cometendo assim, de forma oposta o mesmo erro das correntes a que se contrapõe.

Frente ao resgaste feito, entendemos que estas principais concepções de análise, quando consideradas de forma antagônica ou isoladas nos estudos da produção familiar no campo, se mostram de certo modo limitadas, pois apenas dão conta de parte de uma realidade complexa e contraditória que é a realidade rural, onde a diversidade de situações verificadas nesta realidade evidenciam de antemão as dificuldades explicativas dessas concepções em separado.

Frente a estas breves considerações sobre as principais correntes contemporâneas de análise da produção familiar agrícola, a partir do resgaste das suas matrizes teóricas clássicas, concluímos que apesar da necessidade de lançarmos mãos do referencial teórico da pequena produção rural, a escolha ou a

filiação mecânica e acrítica por uma dessas principais correntes, na análise da economia extrativista, poderia redundar em uma não apreensão da riqueza de determinações que este tipo de economia traz em seu bojo. Frente a isto neste esforço intelectual, preferimos optar por uma concepção de análise que seja aberta, que investigue o nível interno da organização da economia extrativista relacionando-o com as manifestações externas que são inerentes ao movimento da acumulação capitalista, sem procurar privilegiar uma ou outra abordagem, mais apenas entender as principais contradições que se manifestam dando rumo a este tipo de atividade produtiva. E ainda considerar a possibilidade de dialogar ou se complementar com concepções teóricas exteriores a Economia Política, se na análise se perceber esta necessidade.

Desta forma, neste trabalho utilizaremos um procedimento teórico-metodológico inspirado na análise de Tepicht, economista agrário polonês na sua análise sobre a economia camponesa. Este autor utiliza na sua análise da produção familiar as concepções marxista e chayanoviana em uma visão de complementariedade. Alguns pressupostos do pensamento de Tepicht para o estudo da produção familiar nos parecem pertinentes de consideração na nossa análise, dos quais podemos exemplificar:

.O ponto de equilíbrio entre a produção/consumo resultante da relação nº de braços/nº de bocas é determinado por condições objetivas e exteriores a Unidade de Produção Familiar e não subjetivas como observadas em Chayanov. (Tepicht, 1973 p.41).

.Que o desenvolvimento da simbiose entre a exploração agrícola-instituição familiar é o que constitui o elemento mais durável das relações internas da economia camponesa, enquanto as

suas relações externas com a economia englobante dão prova de uma grande subserviência(Tepicht,1973, p.20).

.A dupla marca que esta economia familiar traz é de um forte individualismo com respeito ao exterior e um coletivismo interno rigoroso. Sendo que este coletivismo cria uma delimitação muito estreita entre o patrimônio familiar em relação aos outros. No mesmo tempo em que subordina a trajetória de cada membro da família ao interesse da empresa familiar, ao nível da economia, do prestígio etc. Sendo a manifestação mais característica desse estado de coisas, o caráter impessoal de trabalho e sobretudo da renda de todos, com exceção ao chefe da família (Tepicht,1973 p.40-41).

E que a relação entre o trabalho e a renda familiar neste tipo de economia será sempre a valorização das forças que não tendo acesso direto ao mercado de trabalho pela sua fraca mobilidade profissional, oferecem-se a sociedade sob forma de produtos a preço especial(Tepicht,1973 p.40-41).

A inspiração nessa abordagem teórico-metodológica como ponto de partida para o estudo em questão, se colocou em princípio, como uma tentativa de minimizar as limitações explicativas que as principais correntes de análise sobre a produção familiar agrícola em si mesmas, poderiam apresentar na análise da economia extrativista no nosso estudo de caso. Esta escolha procurou não excluir na leitura da realidade estudada, as contribuições mais recentes sobre o extrativismo vegetal na Amazônia, que foram consideradas dentro de suas competências, sempre que possível, como instrumental acessório de análise.

Após definir-se em linhas gerais o problema que nortearia a

investigação, fez-se a escolha de uma área para o estudo "in loco", e a seleção dos procedimentos metodológicos para este estudo, que se configurou concretamente em uma "Pesquisa de Campo".

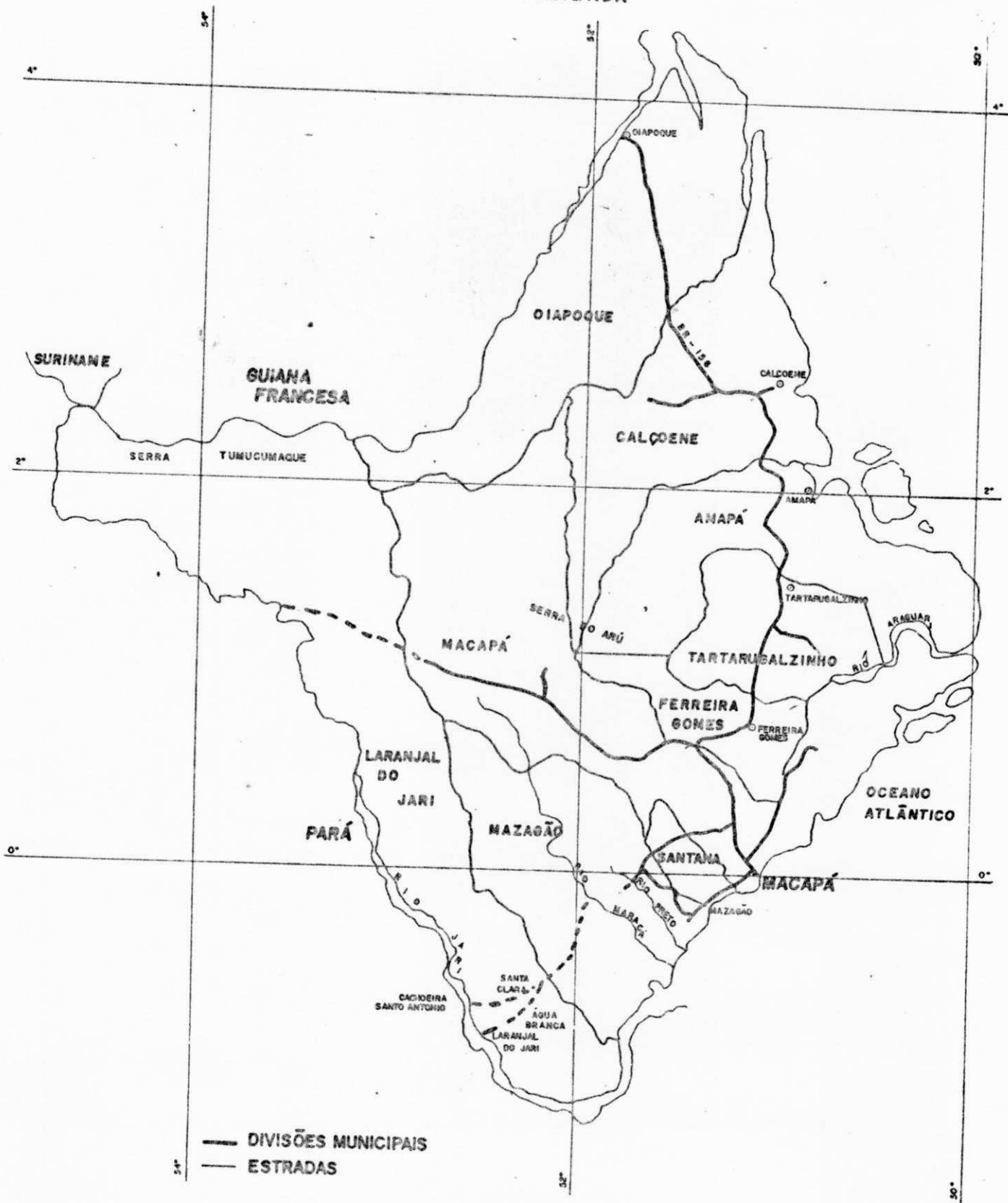
A área selecionada para a Pesquisa de Campo foi o denominado Sul do Amapá, delimitada geograficamente pelo município de Laranjal do Jari-AP (vide Fig.1), que foi em 1988 desmembrado do município de Mazagão-AP.

Os principais critérios que nortearam a escolha do Sul do Amapá como locus da pesquisa de campo foram:

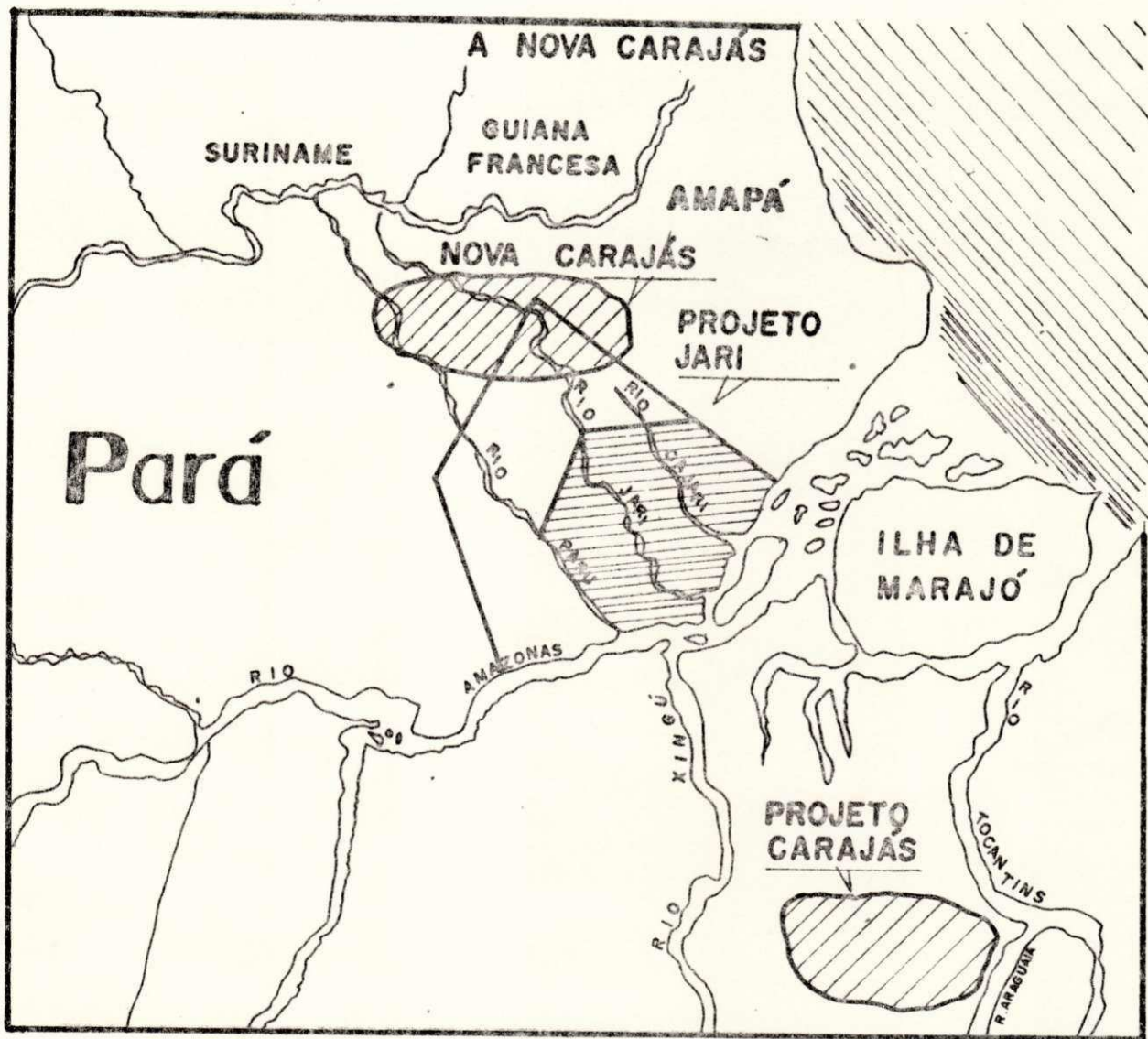
..Esta área faz parte de uma região geo-econômica mais ampla denominada de Vale do Jari, sob os limites do rio Cajari-AP ao rio Paru-PA (vide Fig.2), cuja ocupação econômica, foi dinamizada pela ampla riqueza de espécies vegetais de grande potencial econômico existentes nas suas florestas: madeiras de lei, castanha do pará, seringais, açazais, copaíba, andiroba entre outras espécies, e pelo expressivo potencial mineral existente no seu subsolo(vide Fig.3).

Esta região viveu concretamente os principais movimentos verificados na economia amazônica desde o chamado Ciclo das Drogas do Sertão, a partir de quando foi iniciada a sua ocupação econômica pelo homem de origem européia. Foi um polo dinâmico na coleta da borracha e outras gomas vegetais no Ciclo da Borracha. Após este Ciclo, o extrativismo da castanha do pará, se torna a principal atividade dinamizadora da economia local. A partir da década de 70, se instala no seu interior um Grande Projeto de Capital Estrangeiro (Projeto Jari), "nacionalizado" em 1981, e passando ao controle do Grande Capital industrial-financeiro

FIG. 1-A DIVISÃO POLITICO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ
 DIVISÃO ATUALIZADA



FIG_2-A REGIÃO GEO-ECONÔMICA DO VALE DO JARI



FONTE: DE ALMEIDA, A. W. B., 1984

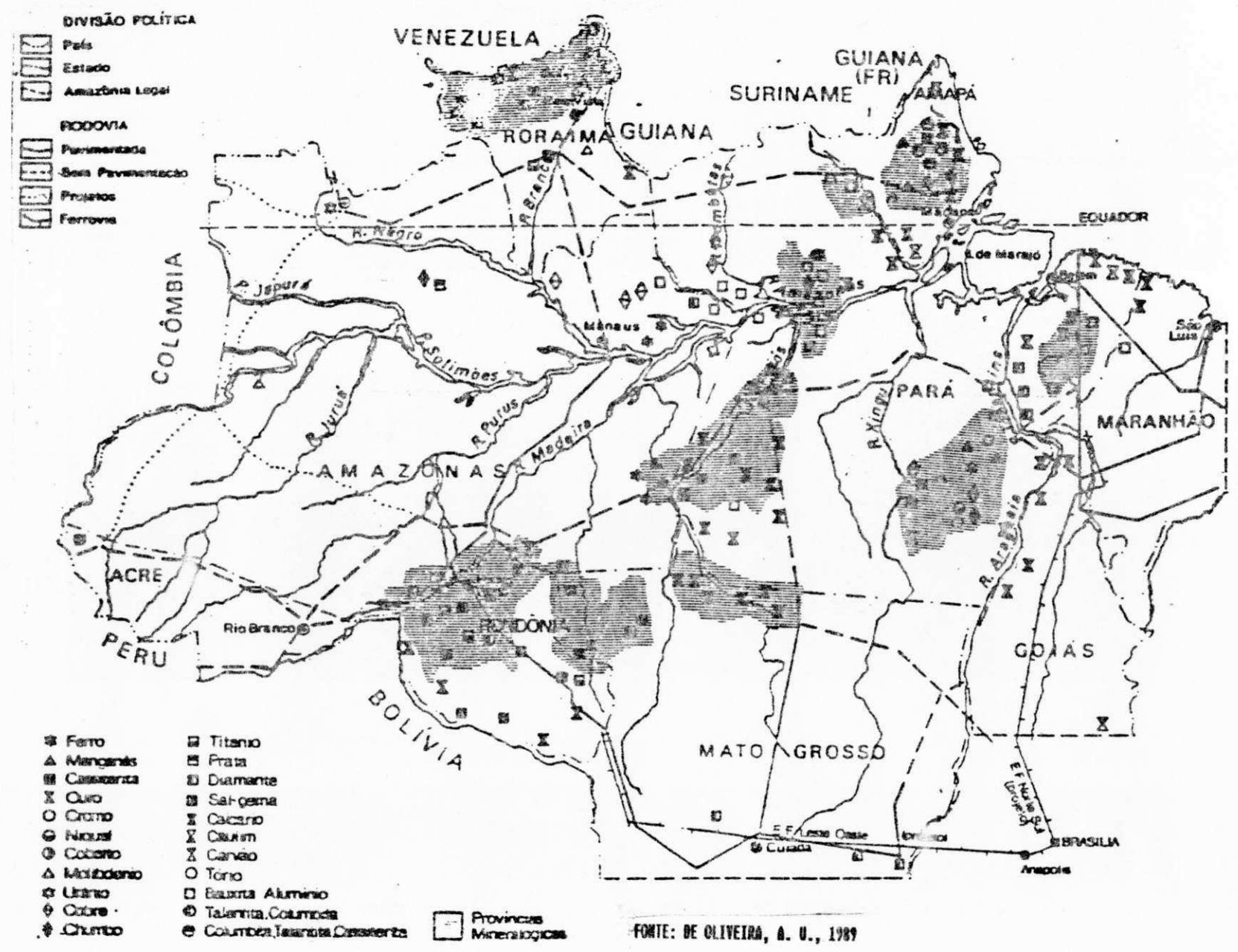


FIG. 3-MINAS, JAZIDAS E OCORRENCIAS MINERAIS NA AMAZONIA

FONTE: DE OLIVEIRA, A. U., 1989

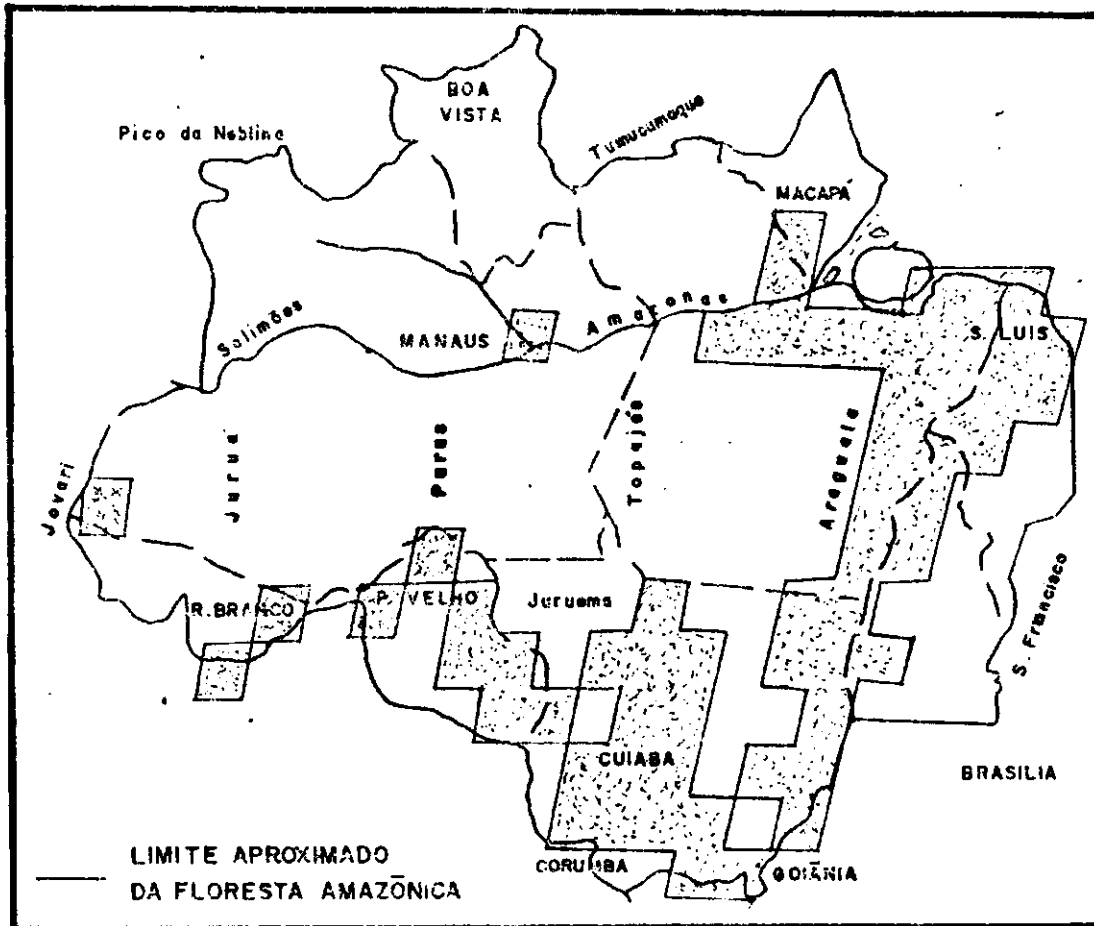
nacional, através de incentivos do Governo Federal. Neste sentido, esta é uma região onde se manifestam os principais movimentos e as grandes contradições do modelo de desenvolvimento capitalista que se implantou na Amazônia, como: concentração das terras, devastação das florestas (vide Fig.4), expulsão de posseiros para as cidades e concentração de uma população desempregada e sub-empregada em núcleos urbanos que se criaram sob formas de grandes favelas sobre palafitas.

..O Sul do Amapá, ou mais precisamente o município de Laranjal do Jari, localizado no Vale do Jari, representa atualmente a área de maior expressão econômica na atividade extrativista vegetal do Estado do Amapá(vide Fig.5), onde só a castanha do pará tem um potencial de coleta de 80.000 hectolitros, segundo dados do MIRAD (1988), o que representaria mais de 80% da produção estadual e 15% da produção nacional. Neste município existem vastos seringais e açaiçais que representam um potencial muito grande de riqueza extrativista, a ponto de ser criada em seu espaço municipal a Reserva Extrativista do Cajari, através do decreto presidencial nº 99.145 de 1990, como uma alternativa de conjugar desenvolvimento e preservação do meio ambiente para as populações extrativistas locais.

Este município tem uma população de 21.000 habitantes sendo que estimadamente 40% desta, vivem diretamente do extrativismo e pequena agricultura na região.

Além desses critérios de representatividade, houve uma forte motivação de caráter pessoal, onde, na condição de amapaense, nos pareceu importante neste esforço formal de cumprir as

FIG. 4-MAPAS DOS DESMATAMENTOS OCORRIDOS NA AMAZÔNIA
DETECÇÃO POR SATÉLITES



FONTE: VALVERDE, O, 1982

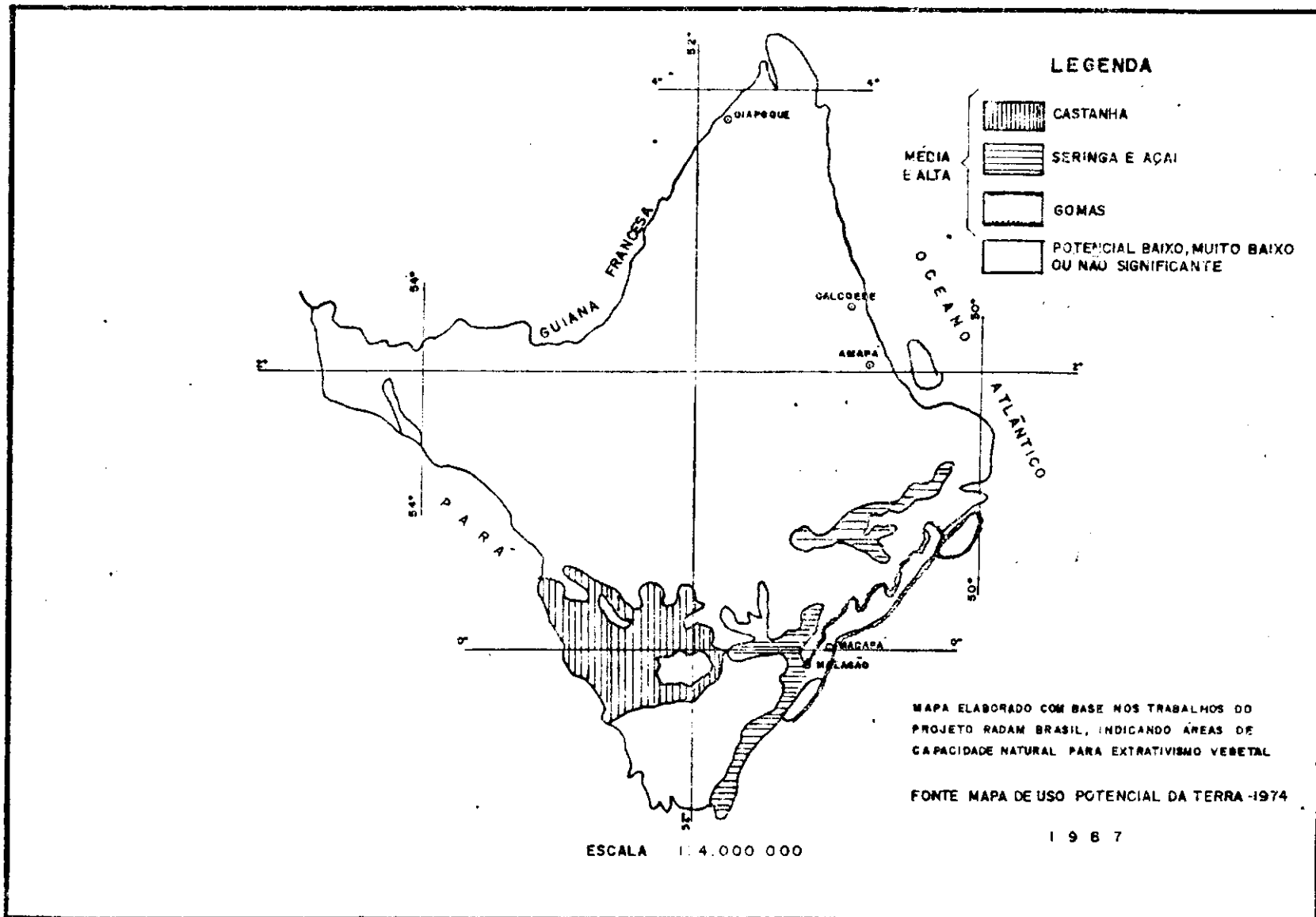


FIG. 5-ÁREAS DE EXTRATIVISMO VEGETAL NO AMAPÁ

exigências do curso, em aproveitar para tentar deixar a nossa contribuição para uma região pouco estudada nas suas peculiaridades. Além do que, consideramos importante aproveitar a intimidade que temos com o Sul do Amapá, em função de já termos desenvolvidos atividades enquanto profissional da extensão rural junto a aquela população, o que nos ajudou a vencer uma etapa que nos parece difícil para qualquer pesquisador que se depara pela primeira vez com comunidades rurais na Amazônia.

A Pesquisa de Campo teve como finalidades percorrer alguns caminhos que levassem a um entendimento dos principais mecanismos responsáveis pela manutenção, reprodução e funcionamento da economia extrativista do Sul do Amapá, principalmente nos seus aspectos mais internos, ou seja nos ligados diretamente a Unidade de Produção Extrativista, na sua forma de organização e na sua relação com os principais agentes concretos da dinâmica social. Desta forma a ida a campo foi um momento em que procuramos caracterizar o perfil sócio-econômico do trabalhador direto na atividade extrativista vegetal e a organização interna da Unidade de Produção, em seu funcionamento e em sua lógica econômica; a relação das unidades de produção com os mercados e com as outras atividades econômicas locais; a ação do Estado com relação a esta economia; a forma como os produtores se organizam econômica e politicamente no enfrentamento de suas principais dificuldades.

Para penetrar no emaranhado de relações que se estabelecem na produção direta da riqueza extrativista, utilizamos entrevistas gravadas com os produtores e famílias tentando reconstituir a história e as experiências locais; aplicamos

questionários para aprofundar o entendimento de aspectos importantes da organização interna das unidades de produção, além da técnica da observação direta, que só a pesquisa "in loco" permite.

Na aplicação das técnicas procuramos escolher algumas comunidades do município onde a atividade extrativista, principalmente a coleta da castanha, tem uma forte significância na manutenção das Unidades de Produção, embora tenhamos aplicados questionários em uma comunidade onde a atividade agrícola é mais expressiva que a extrativista vegetal, como uma forma de tirar algumas informações no processo de comparação. A Fig.6 nos mostra distribuição espacial comunidades que foram trabalhadas na Pesquisa de Campo.

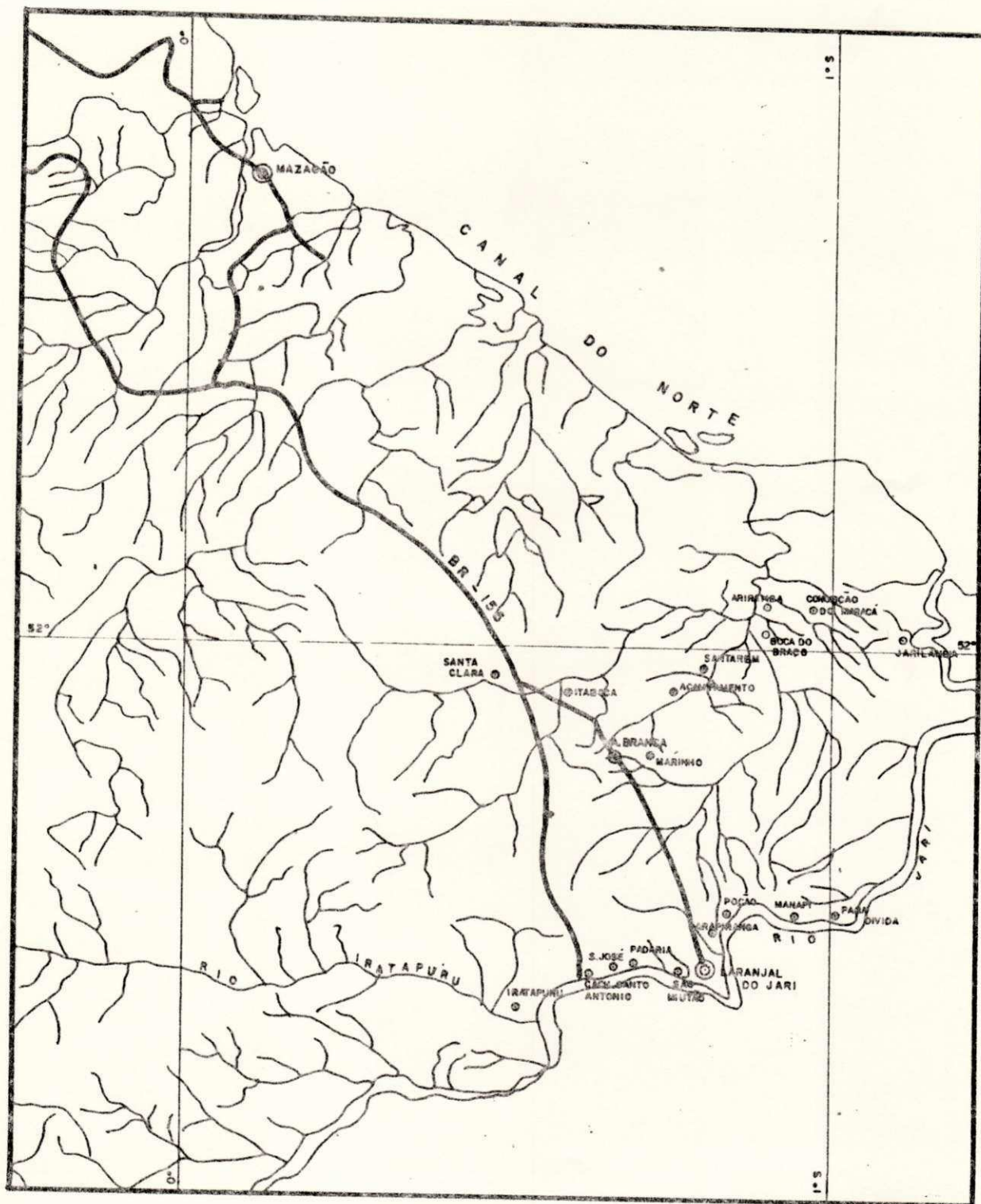
A Pesquisa de Campo foi operacionalizada em duas etapas:

.A 1ª etapa foi realizada em janeiro/90, quando através de entrevistas (gravadas ou não), se procurou nas histórias orais, resgatar os principais aspectos inerentes a história econômica da região; as atividades realizadas pela população rural durante o ano; e o cotidiano do trabalhador extrativista nas diversas fases do processo produtivo, nas Unidades de Produção.

Nesta primeira etapa foram feitas 9 entrevistas gravadas e 19 não gravadas, além de visitas a áreas de trabalho agrícola e extrativista, se atingindo as comunidades rurais de Santo Antonio da Cachoeira, Água Branca do Cajari, Marinho do Cajari e Jarilândia.

A primeira etapa foi muito importante no contato inicial com a realidade, fornecendo importantes subsídios para o planejamento da etapa posterior.

FIG. 6-DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICAS DAS COMUNIDADES ESTUDADAS



ESC. 1 : 1.000.000

Nesta etapa, se privilegiou nas entrevistas a comunidade de Santo Antonio da Cachoeira, devido ao fato, de nesta ocasião, nos encontrarmos acompanhando um trabalho de levantamento sócio-econômico que estava sendo realizada nesta comunidade pela EMATER-AP, atingindo todos os moradores, em função dos conflitos de terras, que estavam acontecendo entre os trabalhadores extrativistas e o Projeto Jari.

.A 2ª etapa foi realizada em fevereiro e março/91 e foram aplicados 49 questionários de pesquisa sobre Pequena Produção Agroextrativista. Os questionários foram inspirados em um modelo utilizado por uma Pesquisa Internacional Comparativa sobre Pequena Produção Rural, da qual fazem parte professores do Centro de Humanidades da UFPb-Campus II (Mestrado em Sociologia Rural). Os questionários foram distribuídos e aplicados em 12 comunidades rurais, sendo 4 do Rio Jari e 7 comunidades da Reserva Extrativista do Rio Cajari, e 1 nas proximidades da Sede do Município. A distribuição dos questionário tentou ao mesmo tempo ser proporcional ao número de famílias das comunidades pesquisadas e atingir algumas especificidades que na ocasião considerávamos importantes para a análise.

Além dos questionários, foram feitas entrevistas gravadas com compradores locais de castanha e com diretores e ex-diretores da Cooperativa Mista Agroextrativista de Laranjal do Jari, delegados sindicais, e com o prefeito do município. O Quadro I nos dá uma idéia sobre os procedimentos de pesquisa adotados por comunidades e regiões.

Após essas duas etapas, em junho/91 se voltou a região onde

se contactou com produtores, compradores, diretores da Cooperativa e técnicos locais, onde foram complementadas algumas informações anteriormente coletadas.

Durante a Pesquisa de Campo, nos deparamos e coletamos um volume muito grande de informações sobre a realidade estudada. Destas, sistematizamos o que entendíamos ser o essencial para a análise que nos propomos a fazer nesta dissertação. O que não foi utilizado, deverá ser posteriormente sistematizado e entregue ao usufruto dos movimentos de trabalhadores rurais envolvidos com a luta pela viabilização das Reservas Extrativistas. Isto nada mais representa, do que uma forma de "retorno", que os movimentos dos trabalhadores extrativistas constantemente cobram aos pesquisadores que desenvolveram seus trabalhos na região.

Quanto a sua forma de exposição este trabalho, foi organizado em 3 grandes capítulos, sendo que o Capítulo I, abordará através de uma contextualização histórico-geográfica, a problemática do extrativismo vegetal enquanto atividade econômica, na sua relação com a agricultura, e com o desenvolvimento capitalista na Amazônia no geral e no Sul do Amapá em particular; o Capítulo II tratará em caráter predominantemente descritivo, das observações feitas "in loco" na etapa de Pesquisa de Campo realizada Sul do Amapá, enquanto o Capítulo III, com um caráter conclusivo, tentará discutir analiticamente os aspectos considerados fundamentais da problemática estudada, num esforço intelectual de síntese entre o empírico e o teórico.

QUADRO I-DEMONSTRATIVO DOS PROCEDIMENTOS DE PESQUISA UTILIZADOS POR COMUNIDADE

| COMUNIDADE/REGIÃO DE INFLUÊNCIA. | NÚMERO DE FAMILIAS | 1ª ETAPA(1990) | | | 2ª ETAPA (1991) | | | |
|-------------------------------------|--------------------------|----------------|-----|-----|-----------------------------|-------------|-----|-----|
| | | ENTREVISTAS | | | QUESTIO- NARIOS PROD. | ENTREVISTAS | | |
| | | COM | PRO | OUT | | COM | PRO | OUT |
| <u>RIO JARI</u> | | | | | | | | |
| .JARILÂNDIA | 60 | 02 | 05 | - | 09 | 01 | - | - |
| .PADARIA | 32 | - | - | - | 07 | - | - | - |
| .SANTO ANTÔNIO | 34 | 02 | 16 | - | 06 | 02 | - | - |
| .IRATAPURU | 12 | - | - | - | 02 | - | - | - |
| <u>RIO CAJARI</u> | | | | | | | | |
| .ÁGUA BRANCA | 46 | 01 | - | - | 09 | 02 | 01 | - |
| .MARINHO | 23 | - | 02 | - | 02 | - | - | - |
| .ACAMPAMENTO | 12 | - | - | - | 01 | - | - | - |
| .SANTARÉM | 08 | - | - | - | 01 | - | - | - |
| .ITABOÇA | 12 | - | - | - | 02 | - | - | - |
| .ARIRAMBA | 12 | - | - | - | 01 | - | - | - |
| .BOCA DO BRAÇO | 09 | - | - | - | 01 | - | - | - |
| .SANTA CLARA | 03 | - | - | - | - | 01 | - | - |
| .TIRA COURO | 12 | - | - | - | 06 | - | - | - |
| <u>SEDE MUNICIPAL</u> | | | | | | | | |
| .LARANJAL | - | - | - | - | - | 01 | 02 | 02 |

CAPITULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO GEOGRÁFICA

1-AGRICULTURA E EXTRATIVISMO VEGETAL NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DA AMAZÔNIA.

A bibliografia especializada nos mostra na Economia Amazônica, desde a época colonial, a existência de relações de complementariedade e de tensão entre a atividade agrícola e a atividade de coleta nos processos de geração da riqueza social. Nesse sentido, nos parece problemático, analisar historicamente o extrativismo vegetal isolado da agricultura na geração de riqueza na Amazônia Rural.

A relação de complementariedade já existe desde os indígenas, onde a agricultura em pequenas lavouras complementa as atividades de coleta na reprodução social das suas populações. Enquanto a tensão se inicia à partir da colonização europeia, quando as demandas do mercado internacional e as exigências do processo global de acumulação capitalista, mesmo entrando em choque com os condicionantes locais, determinam ao longo do tempo as modificações nesta relação.

Dessa forma, se percebe na história amazônica, momentos em que a atividade extrativista é o polo dinâmico dessa relação, e assim se manifesta na economia; momentos em que a atividade agrícola passa a dinamizar a relação, e conseqüentemente a economia, e, na fase mais recente, em que ambas perdem seus

espaços para outras atividades produtivas, na dinâmica econômica regional.

Assim, a gente verifica nas diversas fases do desenvolvimento histórico do Capitalismo na Amazônia, as modificações que vão se processando nessa relação: no início a agricultura é complementar ao extrativismo, posteriormente o extrativismo passa a complementar a agricultura, anos depois a agricultura concorre com o extrativismo pela força de trabalho e de capitais e no final a agricultura e o extrativismo, juntos ocupando espaços complementares a outras atividades na dinâmica econômica amazônica.

Se observa também, que esse movimento é resultado de determinações mais amplas, que extrapolam as fronteiras amazônicas, ou mais precisamente, são determinações dadas pelas necessidades mais gerais da acumulação capitalista, manifestada na divisão internacional do trabalho.

Apesar, das determinações se originarem nos centros dinâmicos da acumulação capitalista, ao se manifestarem na Amazônia, se confrontam com as especificidades locais inerentes ao momento histórico em que vive a região. Neste confronto são criados métodos e formas também específicos de produção e apropriação da riqueza social. Métodos e formas que se diferenciam também nos diferentes espaços históricos e geográficos. Dessa forma, não se verifica uma tendência homogeneizante na manifestação do capitalismo na totalidade amazônica, pelo menos, ao nível da produção de riquezas na agricultura e no extrativismo.

A posição dominante de uma atividade sobre a outra obedece

as necessidades da acumulação capitalista à nível internacional, se percebendo um período inicial em que o extrativismo responde ao mercado internacional fornecendo "produtos exóticos" que são as novidades para um mercado exigente em novas mercadorias para o seu fortalecimento, enquanto que a agricultura é estimulada para produzir para este mercado cacau e açúcar para a alimentação do povo europeu.

No Ciclo da Borracha, o extrativismo é chamado para fornecer uma matéria prima muito importante como capital constante das indústrias capitalistas em expansão. Com a crise deste Ciclo, a agricultura passa a ser estimulada, recebendo tangencialmente as influências do processo que acontecia no Sul do país, resultante de uma necessidade de realização de mercadorias em excesso nos mercados: os insumos modernos para a agricultura. Posteriormente se observa um caminhar para uma fase que também é de especulação imobiliária, mascarada nos Grandes Projetos, que sufocará tanto a agricultura como o extrativismo em detrimento da valorização de um capital mais especulativo que produtivo, originário ou não da intervenção e incentivos estatais.

Já mais recentemente, o extrativismo vegetal volta a ser importante, pois além de valorizar determinadas frações do capital, garante também a não destruição da principal fonte de matéria prima para a indústria moderna da Biotecnologia.

Em todo esse movimento, as formas e os métodos de produção e distribuição da riqueza social vão se transformando, se reconstituindo, ou se readaptando aos fatores que a realidade histórica interpõem ao movimento do capital, sendo reconstituídos métodos e relações sociais, que apesar de aparecerem como

atrasadas ante as formas clássica das relações sociais capitalistas, contraditoriamente porém, se mostraram muito eficientes, porque não dizer modernas, no atendimento da demanda que o processo de acumulação capitalista impôs em determinados momentos da história econômica. Isto reforça o que escreveu Marcio Souza: "A Amazônia é uma região acostumada a conviver com o moderno. Em 400 anos de história experimentou os métodos mais modernos de exploração. Cada uma das fases da história regional mostra a modernidade das experiências que foram se sucedendo: agricultura capitalista em 1760 com Marquês de Pombal, economia capitalista exportadora em 1890 com a borracha, e estrutura industrial eletrônica em 1970 com a Zona Franca de Manaus. Os trabalhadores da Amazônia sempre foram explorados pelo que havia de mais sofisticado em termos de relações de produção." (Souza, M. 1990 p.13).

É evidente que este "moderno" a que se refere Souza, nunca tenha representado avanço para as parcelas responsáveis pela produção da riqueza através do trabalho, pois foi sempre um moderno determinado pelas necessidades mais prementes da acumulação capitalista, sob alta taxa de exploração da força de trabalho.

Neste capítulo tentaremos fazer uma breve e generalizante abordagem da história econômica da Amazônia, para levantar nas suas principais fases, alguns aspectos que consideramos relevantes para o nosso estudo, inerentes a relação entre a agricultura e o extrativismo vegetal no processo de geração da riqueza social. Apesar da multiplicidade e da riqueza de informações existentes na bibliografia especializada,

procuraremos pinçar apenas os aspectos, que no nosso entender, poderão contribuir para uma melhor contextualização e análise da problemática central da nossa reflexão.

2-EXTRATIVISMO E AGRICULTURA NAS PRINCIPAIS FASES DA OCUPAÇÃO CAPITALISTA DA AMAZÔNIA.

Na história econômica da Amazônia, o extrativismo vegetal e a agricultura foram as atividades produtivas responsáveis pela ocupação demográfica de origem europeia, acumulação inicial de riquezas e inserção da região nos mercados capitalistas. Isto já se observa desde o Ciclo das Drogas do Sertão "durante o século XVII e XVIII, quando os portugueses à partir de Recife e Salvador se deslocam para a região, com a finalidade de afastar os concorrentes ingleses, holandeses e franceses que se apoderavam das drogas do sertão (canela, cravo anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeiras, salsaparrilha, etc). Desse movimento de defesa surgem São Luis do Maranhão, Belém do Pará, Macapá no extremo norte e Manaus."(Cardoso, F.H.1978, p.21).

A partir desse povoamento luso-brasileiro, a Amazônia se integra efetivamente ao mercado internacional como exportadora de produtos extrativos principalmente, participando dessa forma no processo global de acumulação de capital que se estabelecia no "velho mundo".

Tal integração, atinge o seu apogeu durante o Ciclo da Borracha, onde "Entre 1840 à 1910 a Amazônia entra numa fase de expansão gomífera, atraindo para a área um grande contingente de imigrantes nordestinos, além de estrangeiros. Nessa fase a borracha praticamente absorve toda a atividade econômica daquela região e, mesmo depois que entrou em declínio por causa da concorrência das plantações do Oriente, ela continuou a ser um

dos raros produtos comerciáveis na região".(Oliveira,A.E.,1983 p.217).

Entre o Ciclo das Drogas do Sertão e o Ciclo da Borracha, alguns autores: Alden (1974), Dias (1970) e Rosário (1986), vislumbram um Ciclo Agrícola na Amazônia, onde o cacau foi o principal produto, que coletado no início (cacau bravo) e mais tarde cultivado em fazendas especializadas foi o responsável por um dinamismo eufórico na economia amazônica nesse período. Para Rosário, "*O colapso do Ciclo Agrícola Cacaueiro poderia ser datado de 1820*" (Picanço,J.U.1986,p73). Esses autores as vezes chegam a dar uma importância maior ao cacau que as drogas do sertão na ocupação econômica da Amazônia Colonial.

Em que pese a importância deste dois Ciclos Econômicos, o Ciclo da Borracha, exaustivamente discutido na bibliografia especializada, foi o período em que a ocupação econômica da região se efetivou com um grande e eufórico dinamismo, contraditoriamente sustentado no extrativismo de um só produto. Foi um período em que os processo de produção e apropriação das riquezas se consolidaram em uma forma específica de financiamento, manifestada no chamado "sistema de aviamento"¹, que aprofundaremos posteriormente. Este Ciclo permitiu a ocupação econômica dos locais mais distantes da floresta e a urbanização da região em dois polos principais: Belém e Manaus.

Apesar da grande euforia que a economia extrativista da

1.O aviamento é a relação econômica que se processa entre um comerciante que fornece antecipadamente as mercadorias essenciais a vida dos seringueiros e castanheiros em troca da produção. Se generalizou na Amazônia no Ciclo da Borracha, formando diversas cadeias de intermediação, partindo das casas importadoras e exportadoras até o trabalhador extrativista.

borracha propiciou a região, sua duração foi efêmera, pois em 1920, a produção de borracha cultivada na Ásia a custos de produção inferiores, desbancou o lugar que o Brasil ocupava de grande e único exportador. Isso levou a economia amazônica a uma profunda crise, conseqüência de sua dependência" *de um único produto de exportação, sujeita as imprevistas flutuações do mercado externo e na qual a maior parte do excedente gerado internamente é carregado para fora, não se verificando qualquer efeito multiplicador para a região*"(Martinello,P. 1988, p.26).

Com a crise da borracha, o sistema de aviamento se esfacelou, gerando muitas falências, abandono de seringais, expulsão de trabalhadores da região, provocando inchaço, favelização e aumento dos problemas sociais nas principais capitais dos estados amazônicos, sem oferta de empregos.

Os impactos mais graves desta crise foram atenuados pelas alternativas de emprego da força de trabalho na agricultura e em outras atividades extrativistas que se revalorizaram.

A nível da economia extrativista, a castanha do pará foi de fato, ao menos em certas áreas, a atividade que mais contribuiu para a sustentação da economia amazônica após a perda do monopólio brasileiro da borracha. Se observa em Velho, que a coleta da castanha aproveita a infra-estrutura e o sistema de aviamento montados para a borracha, em regiões seringalistas detentoras de castanhais. Isso permitiu a retenção de trabalhadores nas atividades extrativas, amenizando nessas regiões os impactos da crise.(Velho,O.G. 1981 p.48-57).

Com a emergência da segunda guerra mundial e a ocupação dos seringais asiáticos pelos japoneses, é estimulado na Amazônia

um novo surto a economia extrativista da borracha, para atender as necessidades das indústrias bélicas dos aliados.

Através do acordo de Washington firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, no período de 1942 - 1947, a produção, comercialização e industrialização passam a ser controlados pelos governo federal. Os objetivos deste acordo eram de estimular ao máximo a produção extrativista amazônica de forma a aumentar os excedentes exportáveis para os Estados Unidos. Isto redundou na chamada Batalha da Borracha, onde o governo deslocou cerca de cinquenta e cinco mil nordestinos para os seringais da Amazônia, onde *"pelo menos quinze ou vinte mil deles perderam suas vidas nos seringais ou nas brenhas da floresta."*(Martinello,P. 1988 p.344).

Segundo este autor, este novo surto no extrativismo, pouco veio a somar para a Amazônia, pois a intervenção governamental na empresa gomífera nada mais fez do que reforçar o sistema de aviamento, ao financiar aviadores e seringalistas, ao assegurar a continuidade da exploração dos seringais em débitos junto ao Banco de Crédito da Borracha, ao subsidiar alocação de mão de obra. Enfim, o Banco de Crédito veio apenas substituir as tradicionais casas exportadoras, financiando o intermediário e adquirindo a safra, enquanto o seringueiro continuou como antes, isolado de tudo e de todos e totalmente a mercê da vontade e dos caprichos de seu patrão, o seringalista. Portanto, não se provocou grandes mudanças nas relações de produção e no desenvolvimento das forças produtivas da economia extrativista.

Finda a guerra, os seringais asiáticos voltam a dominar o mercado e a economia amazônica volta a situação anterior de

crise.

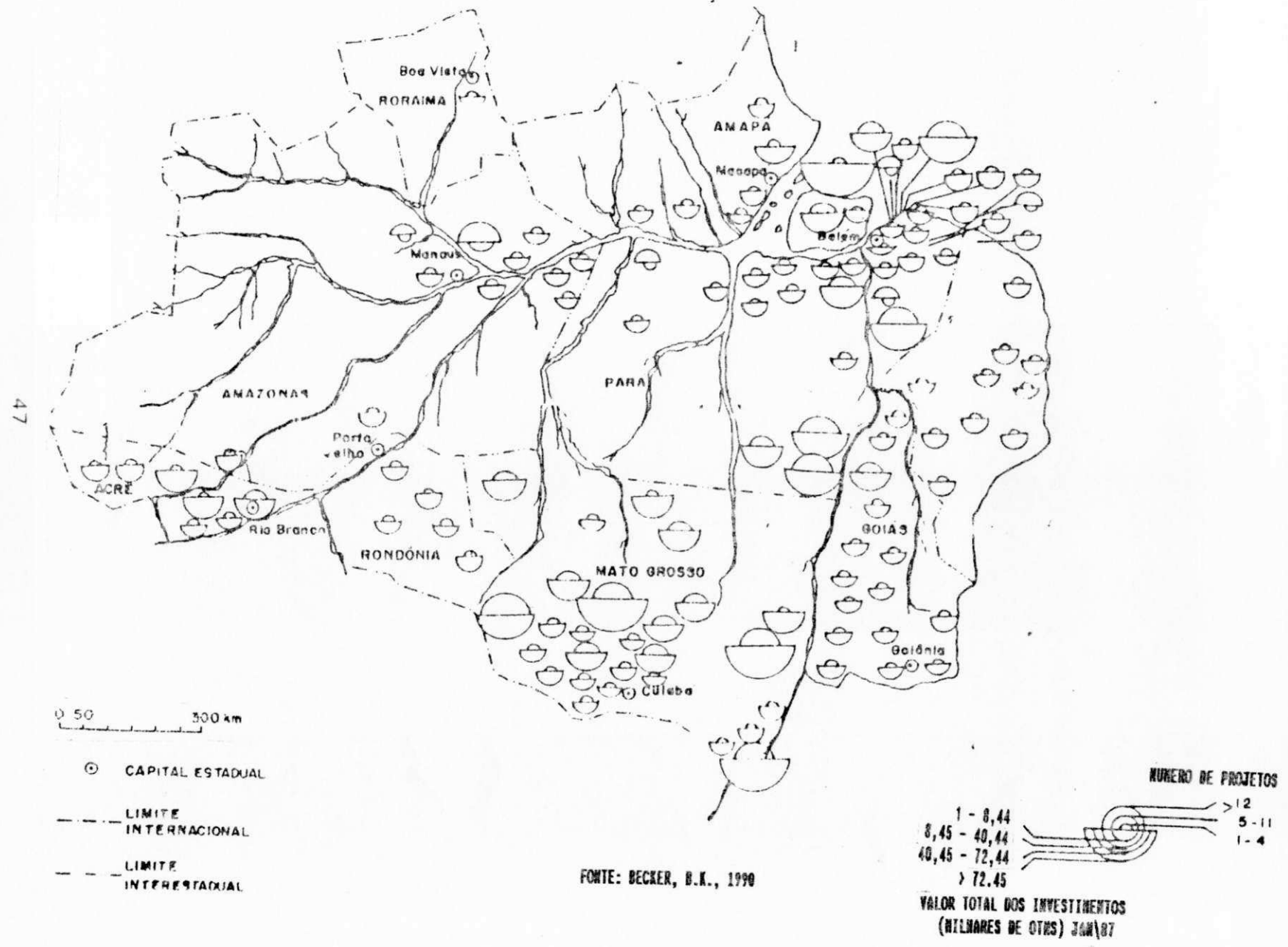
Só após a instalação dos governos militares no país, é que a economia amazônica passará por novas e grandes transformações: "Nos anos de 1964-78 a economia amazônica ingressou na etapa da grande empresa privada nacional e estrangeira. Ao lado das práticas tradicionais de extrativismo mineral, vegetal e animal por um lado, e da ampla e esgarçada economia de subsistência, do tipo camponês, por outro surgiu e expandiu-se a grande e média empresa privada".(Ianni,O. 1986 p.74). Essas empresas surgem beneficiadas por fortes subsídios governamentais: como incentivos fiscais, isenção de impostos e créditos facilitados. Isso lhes permitem desenvolver em grande e rápida escala, atividades produtivas geralmente destruidoras, das condições naturais de existência da economia extrativista tradicional, como a devastação da floresta para o plantio de pastagens, reflorestamento e extração de madeira, a poluição dos rios com a mineração, tudo isso sob a forma de grandes empreendimentos agroindustriais florestais e minerais (Grandes Projetos).

Com a generalização dos grandes projetos na Amazônia (vide Fig.7), emergem também na região, as forças que reagem aos seus efeitos devastadores sobre a natureza, a partir das populações extrativistas que se aliam aos movimentos ecológicos nacionais e internacionais, lutando nos seus diferentes interesses, pela preservação da floresta amazônica.

O rápido fortalecimento das pressões dos movimentos ambientalistas nacionais e internacionais preocupados com o futuro da humanidade de um lado, e de outro, do capital, pelas necessidades que o capitalismo têm de manter o principal banco de

ALOCAÇÃO SUBSIDIADA DE CAPITAL PARA PROJETOS AGROPECUÁRIOS

FIG. 7-ALOCAÇÃO SUBSIDIADA DE CAPITAL PARA PROJETOS AGROPECUÁRIOS



FONTE: BECKER, B.K., 1990

47

germoplasma do mundo, base da biodiversidade necessária ao desenvolvimento da biotecnologia, fazem com que o modelo de desenvolvimento via grande projetos com subsídios governamentais entre em crise, sendo cancelada a antiga política de incentivos fiscais do governo federal para Amazônia e se generalizando neste governo a busca de alternativas de produção com a "floresta em pé".

Dessa forma, o "extrativismo vegetal autosustentável"¹, e a pequena agricultura amazônica voltam a ser considerados na sua importância enquanto atividades que podem ser estimuladas como alternativa ao modelo de desenvolvimento via grandes projetos.

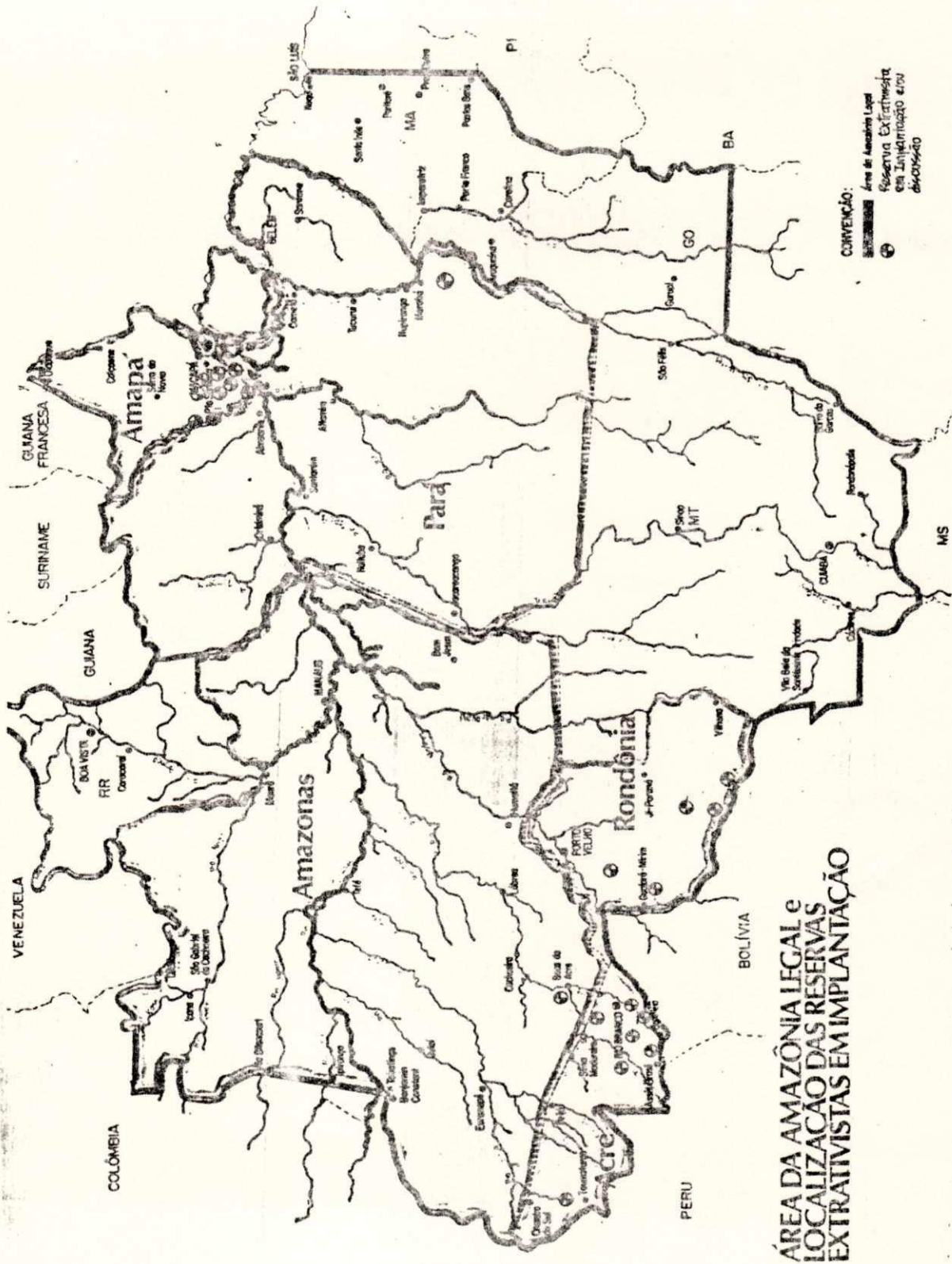
Desta luta e da busca de alternativas, mais ecológica para alguns, e mais econômica para outros, surgem no final da década de 80 as propostas de implantação das Reservas Extrativistas na Amazônia (vide Fig.8), que objetivam "a regularização fundiária de áreas historicamente ocupadas por grupos sociais que utilizam produtos florestais para subsistência e comercialização, de forma compatível com as características de ecossistemas amazônicos e de acordo com os padrões tradicionais de uso." (ALLEGRETTI, M. 1988 p.3).

Neste quadro de referência, é importante observar, que a atividade extrativista tradicional (castanha e borracha), concorrendo com outras atividades produtivas fortemente subsidiadas nos grandes projetos, perdeu espaço mais não

1. Extrativismo vegetal autosustentável: são as atividades de coleta e extração de produtos florestais não destruidoras das suas condições naturais de reprodução ao longo dos tempos. Como exemplos, temos a coleta da castanha do Brasil e a extração do látex da seringueira.

desapareceu, continua a existir enquanto atividade econômica. Se isso acontece podemos supor por um lado, que ela ainda mantém a sua importância no processo de geração de riquezas, valorizando algum tipo de capital. E por outro lado, subsiste por continuar a ser uma atividade que permanece viável na reprodução das populações tradicionais da Amazônia.

FIG.8-LOCALIZAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS VEGETAIS EM IMPLANTAÇÃO NA AMAZONIA



IEA-INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS
Seminário "Planejamento e Gestão do Processo de Criação de Reservas Extrativistas na Amazônia", Curitiba, Setembro/1988.

3-CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL NAS PRINCIPAIS FASES DA OCUPAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA.

O capital no seu processo de valorização, ao se defrontar com as especificidades históricas, geográficas e culturais de cada região, cria e recria formas e métodos que talvez sejam os mais adequados a extração do trabalho excedente necessário ao seu processo de valorização nos determinados momentos do processo histórico.

Na organização da produção agrícola e extrativista processada ao longo da história econômica da Amazônia, se pode perceber as diversas modificações desse processo, onde se verifica ao lado de latifúndios, quase sempre, a constituição de unidades de produção familiar, advindo daí inúmeros conflitos pelo usufruto seja da terra ou de outros recursos naturais como a floresta, e o rio.

No Ciclo das Drogas do Sertão, os principais agentes sociais que constituíram o processo de produção da riqueza social da época, foram de um lado, os colonizadores portugueses que vindo a Amazônia, na busca do escravo indígena, ao se depararem com a riqueza potencial existente na floresta, se estabeleceram na região com o intuito de acumular privadamente essa riqueza, transformando-a em produtos de exportação agrícolas e/ou extrativistas. Ainda nesse lado, um outro agente social importante dessa época era o padre jesuíta, que através da atividade de catequização, nos aldeamentos ou missões que se formavam, conseguiam subjugar um grande contingente de índios, que

"pacificamente" eram incorporados no processo inicial de produção de riquezas.

Do outro lado, como força de trabalho subjugada pela violência física, ou através do processo de catequização, os índios foram os responsáveis pelo provimento da força de trabalho necessária para a concretização da riqueza material dessa época, se relacionando com o processo de produção através da escravização formal ou disfarçada. Isto porquê, apesar de em 1755 haver sido decretadas leis que proibiam a escravização de índios, sempre se encontrava uma forma de submetê-los aos interesses da colonização, principalmente sob a forma de trabalho "compulsório"¹.

Com a proibição da escravização do indígena, os colonizadores foram obrigados a intensificar a compra de escravos negros. Esses escravos eram utilizados principalmente para o trabalho na agricultura.

A produção da riqueza, que era de cunho eminentemente rural se organizava na figura das missões que desenvolvia, com o peso do trabalho indígena, uma agricultura para o autoconsumo e exportação, essa agricultura complementava a atividade principal que era a coleta.

Além das missões, a produção também se organizava na figura de fazendas com o trabalho escravo de africanos e indígenas e o trabalho compulsório de indígenas.

1. Compulsório é "aquele trabalho do qual o trabalhador não pode retirar-se se quiser, sem correr o risco de punição, e/ou para o qual tenha sido recrutado sem seu consentimento voluntário a isto. Por outro lado, o motivo para a imposição desse trabalho é o lucro." (Cardoso, 1984).

Nesse período também começava a se organizar uma pequena produção nos moldes camponês, que se forma no Pará segundo Cardoso em três tipificações: 1) Das missões, depois de 1757 transformadas em vilas e lugares indígenas; 2) Os pequenos produtores livres, proprietários ou não de terras, que cultivavam com graus muito diversos de vinculação com o mercado: ex-soldados, degredados, ilhéus portugueses, mestiços, índios, "cafuzes", (forros), foram constituindo essa categoria variada, mas densa na região da embocadura do Amazonas e cada vez mais rala ao longo das margens do grande rio e seus afluentes; 3) Protocampesinato escravo, isto é atividades autônomas de escravos índios (até 1757) e negros, cujo usufruto recebiam nas fazendas, bem como obtendo dos senhores o tempo para cultivá-los, vendendo os excedentes eventuais. (Cardoso, C.F. 1984 p.185).

Segundo o Padre João Daniel, citado por Cardoso, "os moradores sem meios para possuírem escravos, ou que perdiam em virtude de alguma epidemia- ou ainda devido a lei promulgada em 1757, sem terem recursos para substituí-los comprando cativos africanos (muito caro)-obrigados a trabalhar por si mesmos, a cortar matas e fazer algum roçado de maniva para o sustento da família. Em certos casos, sua colheita só bastava para cobrir o consumo durante parte do ano, forçando-os a mendicância, ou a buscarem trabalho como feitores, ou com cabos das canoas que buscavam as drogas do sertão. Mas houve tempo em que o trabalho familiar, eventualmente complementado por índios livres ou poucos escravos, produziu-se um excedente comercializável de alimentos." (Cardoso, C.F., 1984 p187- 188).

Apesar de existirem controvérsias sobre a atividade

mais importante na ocupação econômica da Amazônia Colonial: Ciclo das Drogas do Sertão ou Ciclo Agrícola, pode-se perceber que nesse período se constituíram alguns fatores, que vão de certa forma se tornar importantes para as próximas fases:

1) Estes Ciclos possibilitaram a formação de uma população amazônica, resultante da mestiçagem de índios, portugueses e africanos que já adaptada a região, vai ter a sua importância na produção de riqueza das fases posteriores, habitando os vilarejos e cidades que se formaram.

2) Na exploração do trabalho, na sua forma escravizada ou compulsória, se produziu e acumulou um capital inicial, que mesmo sendo em parte transferido para a metrópole, a parte que ficou se reproduzirá, contribuindo no processo inicial, da nova dinâmica do Ciclo subsequente, ao se aliar a outras formas de financiamento.

3) Iniciou-se um processo de formação de um campesinato tipicamente amazônico que agregou a experiência agrícola dos portugueses somando-se a experiência do índio e do negro no domínio das florestas e rios. Este campesinato terá o seu papel determinado no abastecimento local; complementando as exportações de produtos agrícolas e extrativos; servindo de refluxo para a força de trabalho nas épocas de crise e como rebaixadora do valor da força de trabalho nos momentos áureos da economia. Nesse campesinato está o germe da constituição das atuais Unidades de Produção Agroextrativista da Amazônia.

3.1-AS ESPECIFICIDADES NA ORGANIZAÇÃO DOS SERINGAIS E NO CRÉDITO DO CICLO DA BORRACHA.

Logo no início da exploração da borracha com fins comerciais, a organização da produção se dava numa forma específica de seringal, denominada por Oliveira Filho de "seringal caboclo" que segundo Ferreira Reis citado por este autor, se localizavam preferencialmente na região das Ilhas, inclusive o Marajó, alcançando o Xingú e o Jary, e no Capim, no Guamá, no Acará e no Mojú. As populações ali residentes eram eminentemente mestiças ou tapuias e aos poucos vinham abandonando as tarefas agrárias para se dedicar aos seringais. Essa era a chamada borracha das Ilhas.

Neste seringal do início, as atividades são diversificadas, indo da agricultura de subsistência a criação passando, por formas variadas de extração (vegetal, como a borracha, a salsa, o cacau, o óleo de copaiba, a castanha, e animal como a manteiga de tartaruga, o pescado, etc). No início, os seringais não importavam gêneros alimentícios, ao contrário neles havia uma lavoura alimentar suficiente e de acordo com a dieta do nativo(Oliveira Filho,1979 p122 -125).

Ainda nesses seringais, o seringueiro trabalhava com a família e *"isso dava a unidade econômica nuclear uma flexibilidade relativamente grande, permitindo que o cultivo de subsistência ou outras formas de extração fossem realizadas pela mulher e /ou filhos concomitantemente ao preparo da seringa pelo chefe da família."*(Oliveira Filho,1979 p.125). Os trabalhadores dessa época eram os de origem indígena mais os primeiros grupos

de nordestinos que são conduzidos para os núcleos agrícolas e daí migram para os seringais em exploração levando a sua própria família.

O outro modelo identificado por João Pacheco, é o que ele denomina de "seringal do apogeu da borracha", que são os seringais que extrapolam as fronteiras do mercado já estabelecido ocupando os pontos mais distantes da Amazônia, estimulados pela superdemanda da borracha.

O "seringal do apogeu", tem a sua mão de obra predominantemente de nordestinos que vieram exclusivamente recrutados para trabalhar na borracha. Esta força de trabalho não desenvolve atividades agrícolas nos seringais, e é muito mais produtiva que a do "seringal caboclo". Uma outra diferenciação que Pacheco identifica nos seus modelos, é que no seringal apogeu existe um processo de regularização jurídica da posse dos seringais, enquanto que no modelo caboclo não havia uma preocupação com a questão jurídica da terra, inclusive por ser encontrada muita terra de aluvião. (Oliveira Filho, 1979 p.124-126).

É evidente que no modelo apogeu, por não haver uma integração da atividade agrícola com a extrativista, os bens necessários a reprodução da força de trabalho deveriam ser fornecidos em sua totalidade pelo aviamento, sendo estas mercadorias importadas para os seringais.

No nosso entender, o modelo do apogeu foi o que se implantou na exploração dos seringais do Acre e outros locais mais distantes da Amazônia, para onde foi maior a imigração de nordestinos. Porém, havendo contudo, um movimento de superação

do modelo caboclo nos seringais próximos ou dentro das fronteiras do mercado pelo modelo do apogeu. Movimento este, determinado pela grande demanda da borracha.

Entendemos ainda, que se existiram diferenciações marcantes no processo de constituição dos "seringais caboclos", próximos a Belém, em relação aos "seringais do apogeu" que se constituíram geograficamente mais distantes do principal centro exportador, é de se esperar também, que com a crise da economia da borracha e a desagregação dos seringais, se evidenciem também diferenciações marcantes no comportamento da força de trabalho e do capital em resposta a crise nessas diferentes regiões, e na fase econômica posterior.

3.2-O SISTEMA DE AVIAMENTO COMO UMA METAMORFOSE DO CRÉDITO CAPITALISTA.

Dentro de uma totalidade concreta e histórica que é o modo de produção capitalista a nível mundial, o seu desenvolvimento e a forma como ele se manifesta em determinadas condições objetivas, não modificam a sua condição de ser capitalista: acumulação de riquezas em um lado e miséria no outro. Mesmo na sua maneira de se manifestar em determinadas regiões, onde as relações sociais de produção não aparecem na sua forma clássica de trabalho assalariado, se existe uma apropriação privada das riquezas socialmente geradas, que na sua forma de excedente participa do processo global de acumulação de capital, isto não lhe diminui a condição de ser capitalista, principalmente quando esta sua específica forma de se manifestar se encontra completamente e fortemente articulada ao modo de produção já

dominante a nível mais geral.

Na Amazônia, no Ciclo da Borracha, o capital no seu processo de valorização, encontra determinadas condições que são específicas, citadas por Roberto Santos, como:

"a) Base de recursos naturais espacialmente amplas e de difícil acesso;

b) Atraso nas técnicas de produção, ou baixa composição orgânica do capital;

c) Índice da participação do dinheiro nas trocas nulas ou muito baixa;

d) Presença de lideranças mercantis locais - autóctone ou estrangeiras - ou agentes capazes de virem a exercê-las;

e) Ligação dessas lideranças com um mercado monetizado em pleno funcionamento e que de fora subministra crédito;

f) Demanda externa ativa sobre um ou mais produtos dessa área." (Santos, R., 1980 p.155).

Estas condições fazem com que o capital busque a sua forma mais adequada e eficiente para se valorizar frente a esta situação. Forma esta que certamente será diferente da que se manifestará em outra região com outras especificidades. E a forma e o método mais adequado que o capital encontrou para subjugar a força de trabalho ao seu processo de valorização na Amazônia, foi através do Sistema de Aviamento.

Nesse sistema, o capital na sua forma mercantil, penetra nos seringais como um volume de mercadorias, se transformando em uma forma específica de crédito, que caminhará por diversas cadeias de intermediação, até se defrontar com a força de trabalho, que será a única parte da cadeia, capaz de receber essa mercadoria,

consumi-la e depois devolvê-la as cadeias de origem sob a forma de uma mercadoria de maior valor, que tem o poder de deixar em cada etapa dessas cadeias uma porção desse sobrevalor que aparecerá como juro ou outra forma de remuneração.

Nessa caminhada de retorno ao ponto de origem e consumo final(mercados internacionais), o produto coletado com o trabalho do seringueiro terá deixado em cada ponto de intermediação, um pouco do sobrevalor, porém numa quantidade aceitável, que estimule um novo retorno do capital na forma de mercadorias a serem aviadas, ao encontro do trabalhador do seringal reproduzindo o processo de extração de trabalho excedente.

Se supõe que no início, as mercadorias que são aviadas, entrem na região através de um exportador que é também importador, penetrando na forma de crédito de importação, ou seja, mercadoria para serem pagas depois, no país de origem. Dessa forma, esse agente mercantil concilia importantes interesses do modo de produção capitalista: o de vender mercadorias, que como tal serão realizadas e o de comprar mercadorias que no seu país servirão de capital constante. É evidente que deverá ficar com este agente comercial uma parte do valor dessa mercadoria que será utilizada como capital constante, que será precisamente uma parte do trabalho excedente extraído do seringueiro da Amazônia.

Assim, a expansão da economia gomífera se dá concomitante a expansão do crédito as importações externas na Amazônia. E este sistema de vender à mercadoria a crédito aos empresários e aviadores locais, vêm ao encontro dos costumes e tradições locais, que apesar de já ter entrado a moeda desde 1749, e o uso

do dinheiro já ter se difundido, porém na Amazônia rural, a existência do trabalho escravo sem salário e o isolamento da população livre no interior, determinava ainda uma fraca participação da moeda na troca, prevalecendo o escambo, que era e continua a ser o melhor meio de disfarçar a usura e outros meios de exploração exercidos pelas lideranças sobre os trabalhadores, no processo de extração do trabalho excedente.

Disso tudo se pode notar que através desse processo, as importações financiaram a exploração e exportação da borracha, numa situação de pouco capital disponível na região.

A medida que a exploração dos seringais vai se distanciando de Belém, o risco do capital envolvido neste esquema aumentava, diminuindo o controle do exportador sobre a produção. Logo as atividades se separaram ficando o exportador apenas com o processo de exportação da borracha ao seu país (Inglaterra ou EUA) e os importadores, geralmente os portugueses já acostumados com a prática do aviamento, a fechar o circuito de importação de mercadorias e fornecimento de crédito aos empresários da borracha e aos fornecedores locais, para pagamento em produtos extraídos dos seringais. Assim toda cadeia de crédito vai se estruturando até chegar ao seringueiro, com base na velha tradição do aviamento.

O aviamento não surgiu no Ciclo da Borracha, apenas se fortaleceu e se generalizou na região. Segundo Oliveira, A.E., "*já era utilizado pelos missionários e leigos na época das drogas do sertão e posteriormente quando houve experiências agrícolas e de criação de gado na Amazônia.*" (Oliveira, A.E., 1983 p.236).

Aliado ao aviamento, estava a figura do regatão, que é um

comerciante ambulante "inicialmente caboclo ou português, que em troca de quinquilharias, instrumentos diversos, roupas e gêneros alimentícios recebia o produto do trabalho indígena ou caboclo. Como ele visasse o máximo de lucros, regateava o preço da mercadoria comprada, procurando desvalorizá-la ao mesmo tempo que enaltecia a excelência e a utilidade ou a beleza da que vendia. Por causa disso ficou conhecido como regatão." (Oliveira, A.E., 1983 p.235).

O regatão, apesar de ser uma figura de caráter altamente espoliador teve uma função muito importante na Amazônia, que foi a de ligar os diversos povoados levando notícias e mercadorias. Devido as suas viagens pelo interior demorarem em meses, ele deixava na ida a mercadoria para receber com produtos na volta, e as suas transações eram na base do escambo. Nesse sentido, foi uma figura importante no estabelecimento de uma forma de crédito com base no escambo, que o capitalismo na fase gomífera fortaleceu e tornou-o mais complexo, de forma a atender as necessidades de oferta da borracha.

Desse modo, se consolidou na Amazônia um forte cadeia de intermediação que ligava o trabalhador dos seringais até o mercado internacional num processo de trocas de mercadorias com pouca utilização de moeda. Nessa cadeia se constituíram grandes casas comerciais aviadoras em Manaus e Belém que abasteciam os regatões e outros agentes da cadeia de aviamento (como o dono dos seringais), recebendo a produção extrativista para despachar para o mercado internacional.

Este método específico de valorização do capital, que trabalhou com um preço superfaturado das mercadorias, alegando o

riscos do empreendimento, só se sustentou com base num processo eficiente de coerção, onde se verificou uma militarização privada de seringais, de forma a garantir o pagamento das dívidas contraídas pelos seringueiros, o que foi sem dúvida fundamental na reprodução da cadeia de intermediação.

Um outro fator, também fundamental na sustentação do Sistema de Aviamento foi a manutenção do seringueiro numa eterna e duvidosa dívida, facilitada pela contabilidade ficar exclusivamente nas mãos do patrão. O seringueiro já chegava ao seringal devendo as passagens, os alimentos da viagem e os instrumentos de trabalho. E enquanto tivesse dívida, ele não poderia sair da região. A cada safra aumentava a sua dívida e morria devendo, sem poder sair do seringal, isto permitiu a crescente acumulação nas diversas cadeias, de imensas fortunas que foram reinvestidas em novos seringais, habitações urbanas, fazendas, estaleiros para construção de pequenas embarcações, abertura de novas linhas de navegação fluvial e na montagem de um incipiente parque industrial.

3.3-A DIVERSIDADE DE FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NA FASE DOS GRANDES PROJETOS.

Com a crise da borracha, ocorre uma emigração da força de trabalho dos seringais para outras atividades. As regiões detentoras de castanhais sofreram menos com este refluxo de população, tendo em vista a continuidade da coleta de um produto demandado pelo mercado internacional, capaz de utilizar a estrutura produtiva utilizada para a borracha.

Na década de 50/60 a bibliografia nos indica uma nova

ocupação acelerada da Amazônia, desta vez sob a forma de fronteira agrícola, onde inicialmente frentes camponesas e fazendeiros dinamizam esta ocupação, acompanhando principalmente os movimentos de construção das grandes rodovias amazônicas, abrindo espaços para os grandes projetos.

O Estado através da SUDAM, intervém nesse processo de ocupação favorecendo principalmente as empresas agropecuárias e os fazendeiros, marginalizando as frentes camponesas ou direcionando-as para projetos de colonização em regiões estratégicas para o capital.

Nesse novo processo de ocupação, a nível da produção rural se diversificam e complexificam as formas de organização da produção e de utilização das terras, onde a especulação imobiliária tende a ser uma faceta dominante nesse processo. Essa diversidade e complexidade nas formas de organizar a produção e usufruir os recursos naturais levam a Amazônia Rural a se tornar um palco dos mais diversos conflitos, que geralmente são resolvidos favoravelmente aos segmentos sociais mais poderosos desse cenário (grandes projetos e fazendeiros).

No cenário rural amazônico se observa a produção se organizando sob a forma de grandes empresas agropecuárias subsidiadas pelos incentivos estatais, geralmente ocupando produtiva ou especulativamente grandes extensões de áreas, como o projeto Jari, Codeara, Georg Pacific, etc. que são associações de capitais nacionais e estrangeiros; se vê também os fazendeiros individuais, que com financiamento bancário ou não, estabelecem um processo de pecuarização da região; uma diversidade de produtores familiares (posseiros, meieiros, proprietários e

rendeiros), que com um número muito grande e com uma extensão de área proporcionalmente muito pequena, são empurrados cada vez mais para o interior e áreas mais pobres da Amazônia, pelos grandes projetos, fazendeiros e frações especulativas do capital.

O segmento diversificado de produtores familiares constantemente expropriados dos recursos naturais, e empurrados Amazônia adentro, continuam a se manter atuante no cenário amazônico, esta permanência é vista por Berta Becker como resultado de: "a) Produção de alimentos baratos para o abastecimento da mão de obra local e da crescente população urbana; b) A condição de se constituírem enclaves não capitalizados, o que possibilita a venda eventual de sua força de trabalho, pressionando para baixo os salários e assegurando eles mesmos parte de sua reprodução nas próprias terras; c) Não menos importante são as estratégias de sobrevivência dos produtores: por um lado uma resistência pacífica que lhe permite manter o vínculo com a terra através da realização, por ele mesmo, ou sua família, de várias tarefas, e por outro lado a resistência não pacífica, a luta organizada pela terra" (Becker, B.K., 1990 p.30-31).

Apesar dessa ocupação se dar como fronteira agrícola, a ocupação capitalista não se realiza em cima de uma produção agropecuária, pois é muito forte o processo de especulação com a terra, como estratégia para conseguir os incentivos estatais, além dos interesses especulativos com o potencial mineral do subsolo.

A nível dos pequenos produtores, não se observa uma dependência exclusiva a produção agrícola apenas, o extrativismo

consegue ser um forte componente na reprodução de grande parte desses pequenos produtores, principalmente os de origem amazônica. Logo a luta pela terra também passa a ser uma luta para manter as possibilidades de utilização dos recursos da floresta e dos rios, a medida que os grandes projetos vão destruindo as condições naturais que permitem as atividades de coletas, caça e pesca. Daí a forte luta dos finais da década de 80 para a implantação das Reservas Extrativistas, principalmente nas áreas ricas em produtos de coleta como açaí, castanha, seringa, etc...

4-SIGNIFICÂNCIA DO EXTRATIVISMO VEGETAL NA ECONOMIA AMAZÔNICA.

No Ciclo da Borracha, a economia amazônica se sustentou basicamente no extrativismo de um só produto. A renda interna da Região Norte por ramos de atividade nos mostra que em 1890 o chamado Setor Primário da economia era responsável por 50,8% da renda contra 0,5% do Setor Secundário e 48,7% do Setor Terciário.(Santos, R. 1980 p.178). Como o valor é criado na produção (Setores Primário e Secundário), podemos concluir, com base nas informações de Roberto Santos, que praticamente toda a riqueza econômica gerada nesta época se dava a partir do extrativismo vegetal que detinha 70,28% do valor bruto da produção do Setor Primário, contra 15,9% da lavoura e 14,63% da pecuária.(Santos, R. 1980 p.178).

No Ciclo da Borracha, o extrativismo vegetal absorvia um grande contingente de trabalhadores que se deslocou para a região, pois *"Entre 1889-1900 e 1900-1920 a região Norte foi a que apresentou o maior crescimento populacional; 45,91% no primeiro período e 107,02 no segundo, representando um aumento no ano de 3,75% nos dois períodos considerados."*(Homma, A.K.C, 1989 p.13). Este contingente de trabalhadores formado principalmente por nordestinos foi deslocado para os seringais, permitindo aos seringalistas e comerciantes uma grande apropriação de riquezas oriunda da exploração dessa força de trabalho, que se distribuiu pelas diversas cadeias de aviamento até o mercado internacional.

Com a crise da economia da borracha, a partir de 1920, se

inicia um processo de diversificação da economia tanto no seu contexto global, como no setor primário e na própria atividade extrativista vegetal (castanha do Pará, madeira, outras gomas).

Com a forte intervenção do Estado na economia da região a partir de Getúlio Vargas, tentando integrar a Amazônia na economia nacional, se investiu maciçamente na diversificação das atividades produtivas se verificando um crescimento no Setor Secundário em detrimento do Setor Primário, sendo que em 1957 já se observa um equilíbrio entre estes dois setores (24,11% a 19,85%) na renda interna da região Norte. Nesta fase, dentro do Setor Primário a atividade extrativista vegetal decresce na sua participação no valor bruto da produção rural para 50,85% enquanto a agricultura e a pecuária crescem para 26,48% e 22,67% respectivamente. Estas mudanças inter e intrasetoriais na formação da renda interna da região se devem ao estímulo a exportação de minérios e o refino de petróleo em Manaus, e no Setor Primário pela expansão da juta nas margens do Amazonas e expansão da pimenta do reino na região Bragantina do Pará, segundo Homma (1989).

Nos governos militares é quando se verificam as grandes transformações neste quadro, fazendo com que o Setor Primário em seu todo perca espaço na renda interna por atividades na Região Norte, onde em 1980, já apresenta apenas 16,11% da renda, enquanto que o Setor Secundário já contribua com 37,21% e o terciário com 46,68%.

No interior do Setor Primário, o extrativismo vegetal a partir de 1965 perdeu espaço tanto para a lavoura como para pecuária no valor bruto da produção rural (28,76% à 37,14% e

34,10%), isto pode ser explicado pela expansão da fronteira agrícola que propicia um aumento quantitativo na produção agropecuária pelo aumento de área, enquanto que no extrativismo vegetal não se verifica aumento de área, mas sim redução em função dos grandes desmatamentos para lavoura e pastagens.

Em 1975 se observa um crescimento do extrativismo vegetal em relação a pecuária(19,90% á 18%), isto pode ser explicado, a medida que *"o crescimento da extração madeireira a partir da década de 70, passou a refletir-se na manutenção do setor extrativista e no valor bruto da produção agropecuária"* (Homma,A.K.C, 1989 p.).

Assim, pouco a pouco, o extrativismo vegetal principalmente a partir da intervenção dos governos militares na economia amazônica perde espaço para outras atividades produtivas, geralmente predatórias da floresta amazônica. Perde espaço mais não desaparece, pois mesmo sem a ocorrência de grandes modificações na composição orgânica do capital e nas relações sociais de produção no seu interior, e o processo de trabalho não ter passado por modificações significativas, os dados estatísticas oficiais de 1986 utilizados por Bechimol(1989) nos mostram que a produção extrativista vegetal na região representava 970.228.766 dólares, embora nos pareça importante considerar que nesses dados estejam englobados também a produção extrativista da madeira, que teve nesta época um peso fortíssimo (um pouco mais de 70%) na formação desses valores. Desse valor total, a produção oriunda dos castanhais, seringais e açaiçais, representou um valor de 82.311.072 dólares.

Ao comparar os dados do IBGE, se verifica em Bechimol que na

década de 1976/1986 houve um declínio na produção florestal e na diversificação, com exceção apenas para os produtos madeireiros: a madeira em tora teve um dramático crescimento de 273,9% (Bechimol, S. 1989 p.95).

A castanha do Pará nesse decênio sofreu uma diminuição de 60.693t (1976) para 35.562t (1986), um decréscimo de 58% "os maiores responsáveis pela queda da produção dessa castanha foram os estados do Pará, cuja produção caiu de 24.982t (1976) para 17.927t (1986) e do Amazonas caiu 13.039 (1976) e 3.583t respectivamente." (Bechimol, S. 1989 p.95). Estas grande quedas no Pará, são explicadas por Bechimol pelo fato da maior região produtora do Tocantins e Marabá ter passado por grandes transformações na sua economia, seja em virtude da Hidrelétrica de Tucuruí, seja em virtude do desmatamento de uma área rica em castanhais para a formação de fazendas de gado. No caso do Amazonas, como não houve grandes desmatamento, a explicação da queda da produção e do declínio geral da economia extrativista é consequência do êxodo da população rural para a capital do estado atraído pela Zona Franca de Manaus.

No Acre a produção de castanha aumentou passando de 9.389t (1976) para 10.191t (1986), assim como o aumento que houve na produção de borracha-Hévea (látex coagulado), deve-se a este estado, cuja produção cresceu de 7.823t (1976) para 13.173t (1986). Estes aumentos no Acre, no nosso entender, pode ser consequência também do grande poder de mobilização da população extrativista daquele estado para a manutenção e o fortalecimento desta atividade econômica, comparada aos outros estados.

Apesar dos principais indicadores mostrarem historicamente

uma perda em importância do extrativismo vegetal na dinâmica da economia amazônica até o ano de 1986, esta atividade ainda congrega e é responsável pela ocupação direta de um número muito grande de pessoas.

Para Homma, *"Estima-se em 154.654 indivíduos diretamente engajados em atividades extrativistas, donde se desprende o envolvimento mínimo de cerca de 750 mil pessoas em atividades extrativistas."*(Homma, A.K.C., 1989 p.14).

Para Allegretti, os dados do Censo Demográfico de 1980, permitem uma visão global da população ocupada em atividades florestais na Amazônia Legal, porém apresentam como principal limitação, o fato de que na Amazônia, as populações que dependem da floresta para sobreviver, realizam uma combinação entre a agricultura de subsistência, coleta, caça, pesca e transformação de produtos extrativos variados, e pelo critério do Censo, essa combinação não é captada, uma vez que se refere apenas a atividade principal. Com base nos dados do Censo Demográfico de 1980-Mão de Obra, para produtos florestais infere, *"Considerando-se uma média de 5 pessoas por família, pode-se afirmar que dependem da atividade florestal para sobreviver na Amazônia um total de 1.520.115 pessoas. Isto significa 33,39% da população rural da região."*(Allegretti, M. 1989 p.7).

5-O SUL DO AMAPÁ NO CONTEXTO HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA AMAZÔNIA

O processo de ocupação econômica da Amazônica se manifestou na Região do Jari, que abrange a área selecionada para a pesquisa (Sul do Amapá), em três períodos bem distintos, considerados a partir do Ciclo da Borracha. Estes períodos, de certa forma têm algumas relações com o processo que se generalizou na Amazônia embora tenham tomado as suas especificidades em função de determinadas condições que também foram específicas da região.

Neste tópico vamos fazer uma rápida contextualização desse processo nas suas especificidades, relacionando-o com o processo geral de desenvolvimento do capitalismo na Amazônia.

5.1-PERÍODO I-A EXPROPRIAÇÃO E CONCENTRAÇÃO INICIAL DAS TERRAS NA REGIÃO.

Esse período que se inicia a partir do Ciclo da Borracha, integra a região do Jari a um processo mais efetivo de ocupação econômica e relação com os mercados capitalistas nacionais e internacionais. *"Habitada originalmente pelos índios Waiano e Apalai, a área foi atraindo migrantes, sobretudo nordestinos, para a extração de borracha e coleta de castanha, as duas principais atividades econômicas até a chegada de Ludwig"* (Pinto, L.F., 1986 p.12).

Esse processo inicial de ocupação econômica se caracteriza por um acelerado movimento de expropriação e concentração das terras nas mãos de um único comerciante que se torna seringalista, submetendo toda a população residente e deslocada

à região, ao processo de produção da riqueza através de formas de trabalho compulsória, sendo o aviamento e a violência os principais mecanismos dessa submissão. (Pinto, L.F., 1986 p.13; Sautchuk, J., 1979 p.15)

Nos escritos "*Para um homem que tinha apenas o curso primário, amearhar dentro de quinze ou vinte anos a fortuna de terras que constitui a Jari, é preciso creditar-lhe algum mérito, mesmo se tendo conhecimento que em algum caso a maneira tenha sido extravagante*" (Lins, C., 1991 p.35), pode-se ter uma idéia da violência do processo de expropriação de terras e das riquezas produzida nesse período.

O processo de expropriação de terras através da expulsão violenta, aliado a manobras cartoriais, é justificadamente possível, já que este comerciante e seringalista "*exerceu, durante algum tempo, a Intendência do Município de Almerim, isto é, estava na posição que lhe permitia agir no sentido de cadastrar em seu nome, grandes áreas de posse, para as quais não havia uma cadeia dominial bem delineada*" (da Silveira, M., 1981 p.91), isto lhe possibilitou ser "*talvez o maior latifundiário do mundo. Suas terras no Estado do Pará, nos municípios de Almerim, Porto de Moz e Território Federal do Amapá, beiravam três milhões de hectares.*" (Lins, C., 1991 p.35). O que permitiu ao seringalista controlar toda região do Jari no processo de produção e distribuição da riqueza, excluindo do direito de posse os trabalhadores que já habitavam na região, que passaram a ser trabalhadores para o seu projeto de acumulação privada das riquezas geradas na agropecuária e no extrativismo. O domínio econômico da região lhe permitiu o controle político do

município de Almerim-PA, conseguindo inclusive se eleger senador da República pelo Estado do Pará.

Apesar deste grande latifundiário constituir fazendas nas margens do Rio Amazonas, "chegou a criar 25.0000 bovinos"(Lins,C.1991 p.57), nesse período, o processo de produção da riqueza na Região do Jari se sustentava em atividades extrativas seja de produtos vegetais (castanha, seringa, copaíba,etc..) e produtos minerais(ouro).

Segundo Lins, os principais produtos explorados pelo Seringalistas e os métodos utilizados na sua exploração foram:

.Castanha do brasil: foi o maior negócio de José Júlio. Era selecionada e as maiores exportadas para a Europa com a marca Jari, onde até hoje é conhecida.

O trabalho da castanha começava em outubro, quando se deslocavam homens de confiança do seringalista para fazer o levantamento da produção dos castanhais levando equipe de trabalhadores para fazer os tratos culturais dos castanhais(queima da folhagem e limpeza do sub-bosque). Após o retorno dessa equipe de vanguarda eram montadas as turmas de coletores e animais necessários de acordo com o tamanho estimado da safra.Os comboios, como eram chamados, eram compostos de 3 castanheiros e 15 burros. A produção era transportada de dentro dos castanhais até o depósito central de cada área, daí transportada em barcos para os depósitos em Arumanduba, para ser deslocada para os locais de beneficiamento e comercialização. Nesse período chegava a se coletar 75.000 hectolitros de castanha da região.

.Borracha: era outro principal produto explorado na região

sobre o controle do seringalista. Cada seringueiro cortava cerca de 120 árvores por dia (uma estrada), produzindo cerca de 18 litros por seringueiro/dia. Após a chegada ao tapiri¹, o seringueiro fazia a defumação da borracha, sendo que cada seringueiro produzia em média setenta quilos de borracha por semana.

.Copaíba: era um outro produto extraído da floresta no verão, chegando a ser coletado 40.000 litros de óleo de copaíba por safra nesse período.

Além desses principais produtos, se coletava também o leite de maçaranduba, óleo de andiroba, timbó, casca preciosa e salsa, sendo que muito desses produtos eram vendidos nos mercados de Belém.

Através de crioulos franceses, o seringalista também extraía ouro da região do Jari. (Lins, C., 1991 p.66-71).

Segundo Lúcio Flavio Pinto, *"José Júlio tinha direitos de vida e de morte em todo o vale, exercendo-o soberanamente devido o apoio de autoridades em Belém."* (Pinto, L.F., 1986 p.16). O tipo de relação que o latifundiário mantinha com os trabalhadores, fez com que em 1928 eclodisse uma revolta de trabalhadores dos seringais, para fugir do cativeiro da região, onde *"tomaram um barco e vieram a Belém denunciar as condições de trabalho e os crimes praticados naquele rio"* (Pinto, L.F., 1986 p.16). A partir de então começa todo um processo de destruição do poder único daquele latifundiário, que vai lhe levar a se desfazer do

1. Tapiri é a denominação aos pequenos barracos feitos de palha e madeira roliça, que os extrativistas constroem próximo ao local de coleta, para uso provisório (durante as safras).

controle da região em 1948, vendendo-o a uma empresa extrativista de portugueses.

Nesse primeiro período começam a se formar ao redor dos depósitos da produção e aviamentos (barracões), os principais povoados que atualmente existem na região.

5.2-PERÍODO II-A APROPRIAÇÃO EMPRESARIAL DAS RIQUEZAS.

Com o controle da região passando as mãos da empresa extrativista, se verificam algumas mudanças nas relações de trabalho e na utilização dos recursos naturais pois, "na fase José Júlio as áreas eram mantidas na maior privacidade, até para pescar era preciso uma autorização e o pescado destinava-se exclusivamente à alimentação local, não podendo ser negociado para fora da área. Os portugueses liberaram a área em todos os sentidos, 'tanto econômica como politicamente" (Lins, C., 1991 p.87).

Essa liberação parece ter sido parcial e seletiva, pelo menos logo no início da gestão da empresa, conforme se verifica no estudo de Guerra em 1950: "A organização da Empresa de Comércio e navegação Jari Ltda., mantém praticamente o monopólio de exploração do Vale do Jari, acontecendo que nessa região os caboclos são impedidos de fazer qualquer agricultura, a fim de não perder tempo, que deve ser empregado na exploração da floresta. O barracão abastece essa população com mercadorias importadas do exterior. Cada homem é obrigado a trabalhar quase isolado de seu companheiro para percorrer as estradas dos seringais na coleta do látex.. Além do mais ele se vê obrigado a

viver um nomadismo sazionario, deixando no inverno os seringais e indo para os castanhais."(Guerra,A.T.,1954 p.191). Tudo indica, que a liberaçao para o plantio de produtos agricolas tenha acontecido primeiramente nas regioes detentoras de poucos seringais, como o alto Cajari e alto Jari.

A liberaçao permitiu que se organizasse tambem na regioe uma produçao agricola, onde em algumas vilas, como Santo Antonio da Cachoeira, a propria filial desenvolve uma agricultura, produzindo o milho necessario para a alimentaçao dos burros de todas as outras filiais, alem de produzir feijao, tabaco e frutas. Em Agua Branca, que possui solos muitos bons e poucos seringais, "os portugueses tiveram mais sucesso na agricultura, financiando os colonos para o preparo das areas de plantio, fornecendo ferramentas e sementes e com a garantia da compra da produçao. Agua Branca foi uma colônia muito produtiva, chegando a produzir ate trinta toneladas de farinha de mandioca por mes, que eram compradas pela Companhia. Alem da farinha, Agua Branca fornecia feijao, milho, tabaco e grande quantidade de frutas, principalmente laranja."(Lins,C. 1991 p.93).

A liberalizaçao para outras atividades extra extrativismo, certamente permitiu um rebaixamento do valor da forca de trabalho, manifestado na reduçao da quantidade de mercadorias aviadas, permitindo ainda a constituicao de unidades de produçao familiares agroextrativistas. E obvio que foi apenas uma liberalizaçao na produçao, pois o monopolio da comercializaçao da produçao foi mantido.

Na gestao da produçao sobre o controle dos empresarios portugueses, se verifica uma maior racionalizaçao e

diversificação nas atividades, para tanto o empreendimento passa a ser gerenciado por três Empresas criadas que foram:

Jari Indústria e Comércio, que era a responsável por um maior número de negócios, abrangendo a comercialização da maioria dos produtos nativos;

Companhia Industrial do Amapá, com sede em Jarilândia, situada a margem esquerda do Jari, próximo a Foz do Amazonas, que tinha a finalidade de industrializar toda a castanha do Brasil produzida na região;

Companhia de Navegação Jari S/A, composta pelas mesmas embarcações da época do José Júlio, em número de quatorze entre navios e empurradores. A finalidade desta empresa era suprir o fluxo de produtos nativos entre filiais e as sedes como Arumanduba e Jarilândia e destas com Belém, principal mercado comprador. .

A empresa fez vários investimentos, visando uma maior lucratividade nos seus negócios, como seja a instalação de sistemas de comunicação entre as filiais e matrizes através de radiofonia e destas com Belém. Transformou os navios de vapor para óleo diesel; instalou serraria em Jarilândia; aumentou o estoque e diversificou as mercadorias das filiais, para atendimento dos trabalhadores e fregueses da empresa; montou uma fábrica de aguardente, com capacidade para 40 mil litros, que tanto atendia o consumo das filiais e era comercializada em Belém.

O número de funcionários foi aumentado e estes passaram a trabalhar no sistema de rodízio entre as filiais, a cada dois anos. Os funcionários passaram a ter as seus principais direitos

trabalhistas garantidos, tendo salário e carteira assinada, embora, acabassem sempre recebendo o salário em mercadorias.

Com os investimentos feitos, a empresa dos portugueses superou em quase todas as atividades produtivas, o que era conseguido na fase anterior.

Os principais negócios explorados pela empresa extrativista foram:

.Madeira, que era exportada em toras para Portugal e Inglaterra, tendo como portos de embarque a Ilha do Cajari e Jarilândia. "Para se ter uma idéia do volume deste comércio, os portugueses faziam embarques mensais, em que as vezes haviam até três navios no Porto de Jarilândia esperando carregamento." (Lins, C. 1991 p.89).

.Castanha do Pará, enquanto na fase anterior se chegava ao máximo em 75.000 hectolitros por safra, os portugueses alcançavam 77.000 hectolitros (Lins, C. 1991 p.88);

.Borracha, a compra da borracha continuou sendo um bom negócio para a empresa extrativista, que comprava tanto a borracha na forma de bolão defumado ou já no baixo Jari, na forma de látex diluído em amoníaco para não coagular. Segundo Lins, a empresa chegou a comprar até 2.000 tambores de látex, numa safra.

.Balata, foi um produto muito importante nas atividades da empresa extrativista, sendo que a mesma chegava a comprar através do aviamento oitocentas toneladas de balata por safra (Lins, C. 1991 p.114). A borracha da balata é utilizada na fabricação de pneus de aviação e na fabricação de bolas de golfe. A balateira só pode ser cortada de 15 em 15 anos, o que fazia com que a sua

coleta levasse os balateiros a adentrar cada vez mais na floresta, passando cerca de 6 meses dentro da mata, geralmente em grupos de 5 balateiros.

Nessa fase, além desses produtos, os portugueses compravam tudo o que fosse possível negociar em Belém ou em outros mercados, como frutas, peles silvestres, peixes, caças, grãos, etc.(Lins, C. 1991 p.101).

Além dos aviados, a empresa mantinha os seus assalariados nas filiais e nas fazendas, sendo que a maioria recebia um salário mínimo geralmente pago em mercadorias. Os assalariados das fazendas foram liberados para criar pequenos animais e fazer pequenas roças.

As filiais, que eram os locais onde se faziam os aviamentos e recebimento dos produtos dos trabalhadores, passaram a ser administrados por gerentes, que chegaram a ter participação nos lucros das filiais. Na fase anterior, nas filiais ficava apenas um empregado para receber e aviar.

A fase do extrativismo empresarial se prolongou de 1948 até 1967, a partir de então, o controle da região foi vendido ao grande capital internacional, representado no milionário americano Daniel Ludwig. Na gestão da região por esse grande capital se criaram novas condições que vieram a modificar a exploração agroextrativista regional.

5.3-PERÍODO III-O CONTROLE DA REGIÃO PELO GRANDE PROJETO.

O processo de apropriação direta dos recursos naturais da Amazônia pelo grande capital, acelerado na década de 60, se

manifesta claramente na região do Jari, a partir da compra do controle da região pelo grande capital internacional personificado no milionário norte-americano Daniel Ludwig. "Os antigos proprietários venderam o controle acionário de três companhias: a Jari Indústria e Comércio, a Companhia Industrial do Amapá(CIA) e a Navegação Jari S/A, esta última ainda em fase de organização..O preço total da venda foi de 4.703.333 dólares."(Pinto,L.F. 1986 p.11).

Este processo vem trazer grandes modificações na economia e no "modus vivendus" dos homens da região, ao transformar a economia local de uma economia sustentada basicamente pelo extrativismo vegetal, organizada por uma empresa de caráter predominantemente comercial, que mesclava relações de assalariamento formal com relações predominantemente de aviamento, subsistindo com uma baixa composição orgânica de capital, e que de repente se transforma em um grande enclave econômico, usuário dos mais recentes avanços tecnológicos.

Este enclave ao desenvolver seu processo rápido e inovador de exploração, cria e transfere para região um grande contingente de miseráveis, desempregados, sub-empregados, prostitutas que povoam os chamados beiradões que se formam ao seu redor. Contingente este, que lhe coloca sempre a disposição uma força de trabalho de custo reduzido, necessária a transformação dos recursos naturais em riquezas privadas, que são exportadas para os grandes mercados capitalistas.

No processo de criação da riqueza, também se criam as condições que contribuem para o desequilíbrio ecológico, que não existia na economia extrativista anterior, pois, "do ponto de

vista físico a região encontrava-se , a bem dizer intacta. A população vivia do extrativismo, sem nenhuma tradição agropecuária que os levassem a efetuar derrubadas significantes, a não ser pequenas áreas de plantio de mandioca para fabricar farinha."(Lins,C.1991 p.128).

Se contrapondo a economia extrativista existente até então, o projeto Jari pretendeu desenvolver na região um grande projeto de exploração das riquezas naturais, onde se projetou a derrubada de mais de 200.000 hectares para o reflorestamento com espécies exóticas para a fabricação de celulose; desenvolver uma pecuária com um rebanho de 100.000 cabeças bovinas e 40.000 bubalinas; o plantio de 20.000 hectares de arroz, 80.000 hectares de dendê e banana, além da exploração dos minérios existentes na região. O projeto trouxe montada do Japão uma fábrica de celulose com custos de 269 milhões de dólares, e para atender as demandas energéticas desta fábrica pretende instalar uma hidrelétrica no Rio Jari, além de outros empreendimentos de grande vulto.

Um aspecto importante a ressaltar, é que todos os empreendimentos foram e continuam a ser executados com alguma forma de incentivos estatais, como isenção de impostos, incentivos fiscais, financiamentos a taxa de juros abaixo do mercado, tal qual os outros grandes projetos instalados na região.

A instalação do projeto foi carregado de problemas quanto ao tamanho das terras, onde as versões quanto a estas dimensões foram muitas, podendo-se destacar pelo menos três bastante contraditórias: a oficial, citada por Sautchuck, que consta que a Jari possuía registrada no INCRA, em 10 de outubro de 1977, uma

área total de 1.006.261 hectares, dos quais 576.222,3 hectares no estado do Pará e 430.039,6 no Amapá; a versão da Jari, que dizia que a sua área oficial era de 1.632.121 hectares, porém menos de um terço teria título definitivo, além das versões de alguns de seus diretores e advogado que chegavam a declarar que a empresa teria até mais de 3,5 milhões de hectares. E ainda existia uma versão da ocupação real, concluído em um levantamento feito pelo INCRA em 1976, para verificar a situação das terras da Jari que constatou que a empresa já havia se apossado de 6 milhões de hectares através de grilagem. (Sautchuck, J. 1979 p.61-64).

O importante é que entre as diversas propriedades da Jari, estão localizados milhares de posseiros: "isto é, os moradores dispersos entre os rios Paru e Cajari, gente que ali estava antes da Jari Florestal e Agropecuária Ltda, e que se dedicava ao extrativismo. Sua presença antiga é atestada pela observação das citadas folhas topográficas do RADAM, que mostram uma ocupação, ao longo dos rios, características da época do extrativismo. Estes moradores, com a decadência dessa atividade como em outras áreas passaram a dedicar-se às culturas de subsistência" (Garrido Filha, I. 1980 p.34). Estes posseiros estão se defrontando constantemente em conflitos com os seguranças do Grande Projeto.

Com a generalização das relações especificamente capitalistas na região, sob a égide do grande capital, rapidamente se pode observar cristalizadamente a principal contradição do capitalismo, a que se reporta a Lei Geral da Acumulação Capitalista explícita nos comentários de Marx "Inferese daí que, na medida em que acumula o capital, tem de piorar a

situação do trabalhador, suba ou desça a sua remuneração. A lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e a energia da acumulação, acorrenta o trabalhador no capital mais firmemente do que os grilhões de Vulcano acorrentavam Prometeu ao Cáucaso. Determina uma acumulação de miséria correspondente a acumulação de capital. Acumulação de riqueza num polo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentado, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital." (Marx, K. 1987 p.748). E isto se verifica numa forma concreta na região, onde na mesma velocidade em que se instalou a superestrutura industrial, com grandes máquinas, laboratórios, aeroportos, etc., se constituiu os Beiradões onde temos o lado oposto, ou seja o que há de mais degradante na situação de vida dos trabalhadores deste país: a fome, a subhabitação, o subemprego, a prostituição, a repressão policial, as péssimas condições de saúde e higiene, enfim tudo o que se pode imaginar na face fúnebre do capitalismo, onde mais de 15.000 trabalhadores habitam nesses beiradões que se instalaram as voltas do Projeto Jari.

Com a instalação do Projeto Jari, o monopólio na compra dos produtos da floresta e da pequena agricultura da região foi abandonado, e a partir daí, o controle dessa comercialização cai nas mãos dos pequenos regatões e comerciantes que dispõem das mercadorias de aviamento, e que mantém uma situação de exploração em níveis mais alto que a desenvolvida pela empresa extrativista, sendo obrigado aos extrativistas, cada vez mais se dedicarem a agricultura de subsistência para poderem sobreviver.

Em 1981, o Projeto Jari em crise, passa às mãos de um grupo de "empresários nacionais", que são financiados pelo governo federal para a compra e recuperação deste vultoso empreendimento. A nova gestão vem a cada ano fazendo redução nos seus quadros de funcionários, aumentando nos Beiradões o número dos desempregados, e subempregados, agravando a situação social da região.

Na gestão dos "grupos nacionais", além do aumento do desemprego no Projeto Jari, se verifica uma proliferação dos conflitos deste com os posseiros, pelo usufruto da terra, florestas e rios da região. Inclusive, existem fortes interesses deste Projeto em inviabilizar a Reserva Extrativista do Cajari, sob a alegação, de que mais de 80% das terras delimitadas para a Reserva, são de sua propriedade.

CAPITULO II

OS PRODUTORES E A PRODUÇÃO EXTRATIVISTA DO SUL DO AMAPÁ.

Neste capítulo pretendemos montar um cenário que retrate o perfil sócio-econômico e político dos atuais produtores extrativistas vegetais que habitam o Sul do Amapá, responsáveis direto pela produção da riqueza extrativista desta região, materializada em produtos de coleta como a castanha do brasil, borracha, açaí, palmito, óleos, etc.

Na montagem deste cenário, prevalecerá a preocupação em mostrar como estes produtores se organizam para produzir e se relacionar com os outros atores sociais envolvidos com os processos de produção e distribuição da riqueza por eles produzida.

As informações utilizadas neste capítulo, são resultantes da Pesquisa de Campo desenvolvida na Região Sul do Amapá, nos anos 1990 e 1991, complementadas nos seus aspectos mais gerais, com informações coletadas pela pesquisadora Erin Sils em seus trabalhos sobre a Comercialização da castanha do brasil no Amapá.

No processo de observação e coleta de informações "in loco", foi constante a nossa preocupação em buscar um mais profundo entendimento dos principais mecanismos que garantem a reprodução social da população rural que congrega esses produtores, que veio ao Sul do Amapá para trabalhar no extrativismo vegetal, enfrentou a crise dessa atividade e ainda assim, permaneceu na região,

garantindo a coleta dos "produtos da floresta", que continuam sendo levado pelo capital comercial com destino aos grandes mercados nacionais e internacionais. Onde, nas relações de troca que se estabelecem nesses mercados, o trabalho materializado a partir das atividades de coleta, passa a ser contabilizado na riqueza global capitalista, e como tal, é apropriado privadamente por poucos.

1-PERFIL DAS COMUNIDADES RURAIS PESQUISADAS.

A Pesquisa de Campo se estendeu pelas regiões de influência dos Rios Jari e Cajari, atingindo principalmente as comunidades rurais onde predomina no extrativismo, a coleta da castanha do brasil. Na região do Rio Cajari, todas as comunidades rurais pesquisadas se encontram na área de abrangência da Reserva Extrativista do Rio Cajari, criada em março/1990 através de decreto presidencial. Os Rios Jari e Cajari, servem como limites do Município de Laranjal do Jari, ao sul e ao norte respectivamente.

Neste tópico vamos procurar descrever os principais aspectos que caracterizam as comunidades rurais pesquisadas, onde vivem os trabalhadores diretos do extrativismo vegetal.

1.1-COMUNIDADES DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO RIO JARI

Nesta região, as margens do Rio Jari, os produtores extrativistas residem de forma concentrada em pequenos vilarejos que se formaram na periferia dos barracões de aviamento, na época áurea da borracha. Estes vilarejos são denominados de comunidades, devido as influências da ação evangelizadora e organizadora da Igreja Católica.

O Rio Jari serve de divisória entre os Estados do Pará e Amapá, porém nossas atenções na ocasião da pesquisa foram para a margem esquerda deste rio, ou seja para o Estado do Amapá. Nesta margem, existem 11 vilarejos, porém selecionamos destes, os que têm e tiveram uma maior importância seja como centro de escoamento da produção extrativista da região, ou ainda por

representarem uma expressiva significância como áreas de produção do principal produto extrativista regional, que é a castanha do Brasil.

Sendo assim, a Pesquisa de Campo na região do Rio Jari, se estendeu pelas comunidades de Jarilândia com 60 famílias, Santo Antônio da Cachoeira com 34 famílias, Padaria com 32 famílias e Iratapuru com 12 famílias.

O acesso a essas comunidades se processa exclusivamente por transporte fluvial, sendo que apenas em Santo Antônio e Padaria, existe uma linha de transporte semanal feita através de um barco motorizado da Prefeitura de Laranjal do Jari. Neste sentido, o deslocamento dos habitantes dessas vilas, seja para a sede do Município ou para a Capital do Estado é feita em transporte próprio ou alugado, ou com mais frequência, em transportes dos compradores da produção local.

No geral, o acesso dos habitantes desses vilarejos aos serviços de saúde e educação é muito precário, conforme podemos verificar nos Quadros II e III. Quanto ao atendimento de saúde, das quatro comunidades pesquisadas, apenas Jarilândia possui um posto de atendimentos de primeiros socorros, que é feito por uma enfermeira que reside no local. Nas outras comunidades, qualquer problema de saúde obriga o deslocamento do doente a sede do município, isto, quando existe transporte disponível. Apenas em Jarilândia, os habitantes têm acesso a água tratada, e a uma assistência educativa periódica sobre saneamento, higiene e saúde, prestada por uma entidade de saúde do Estado do Pará.

Quanto aos serviços de educação, em Jarilândia existe uma escola que atende de 1ª à 5ª série do primeiro grau; Padaria e

Santo Antônio tem escolas que ensinam até a quarta série do primeiro grau, e em Iratapuru não existe escola.

Os habitantes dessas comunidades, além da coleta da castanha do Brasil, retiram a sua subsistência da agricultura, através do plantio de pequenos roçados de mandioca, milho e banana, além de cultivarem pequenos sítios com manga, goiaba, cupuaçu e abacate, conforme demonstrativo dos Quadros IV, V e VI. Em Jarilândia existem muitos seringais nativos, que não estão sendo explorado pelo preço muito baixo que está sendo pago para a borracha nos últimos 2 anos. A alimentação nestes vilarejos é fornecida pela caça e pesca, complementada com frutas silvestres como o açaí e bacaba.

A produção comercializável destas comunidades é entregue aos compradores locais, aos regatões que surgem durante a safra da castanha e parte é comercializada na sede do município, quando existe transporte disponível. Os compradores locais, geralmente são trabalhadores extrativistas do local, que conseguem comprar burros para transporte, ou ainda recebem aviamento de mercadorias e animais de transportes dos principais comerciantes de castanha do Estado, a quem ficam obrigados de vender a produção comprada. O Quadro VII, nos dá uma idéia da estrutura montada pelos compradores de castanha para terem acesso a produção da região.

Em Jarilândia, existe uma grande estrutura de alvenaria, que foi construída pela empresa Jari na época dos portugueses, através de um financiamento do S.P.V.E.A. para instalar uma usina de beneficiamento da castanha com capacidade de processamento de 100.000 hectolitros/ano, segundo Clara Pandolfo(1966). Este projeto foi desativado após a venda da

empresa ao capital americano.

Quanto a religiosidade, nestas comunidades predomina a religião católica. Em todas elas, existe uma pequena igreja onde são realizados os cultos dominicais, dirigido pelo chefe de comunidade, que periodicamente é visitado e assessorado pelo vigário, que mora na sede do município.

1.2-COMUNIDADES DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO RIO CAJARI

Nesta região é onde se encontra a maior produção de castanha do Brasil do município, e também do Estado. Nos últimos anos, ela está sendo ligada por estradas a sede do município e a Macapá. Até então, ela vivia em um completo isolamento. É uma região muito cobiçada pelo Projeto Jari, em virtude de seus campos naturais de várzeas serem propícios a criação de búfalos, e pela riqueza das suas matas e de seus solos, considerados os melhores do Estado.

Nesta região, se situa a Reserva Extrativista do Rio Cajari, que apesar de ter sido criada em 1990, a ação do Estado, até então, tem sido muito tímida na sua operacionalização, principalmente pela pressão contrária feita pelo Projeto Jari, a nível de poder central.

As principais concentrações populacionais, sob a forma de vilarejos existentes nas áreas de influência do Rio Cajari, também se formaram, com raras exceções, nas proximidades dos Barracões de Aviamento, no período áureo da borracha, no início deste século.

Apesar de, ao longo do Rio Cajari e seus afluentes existirem

mais de 20 pequenas vilas, a pesquisa abrangeu 8 comunidades localizadas próximas aos maciços dos castanhais: Água Branca com 46 famílias, Marinho com 23 famílias, Acampamento com 12 famílias, Santarém com 08 famílias, Itaboca com 12 famílias, Santa Clara com 03 famílias, Ariramba com 12 famílias, Boca do Braço com 09 famílias e uma comunidade localizada ao longo da estrada: Tira Couro com 12 famílias e com pouca expressão extrativista.

A comunidade do Tira Couro se formou ao longo da estrada que liga a Região do Cajari a sede do município nos anos recentes, através do assentamento espontâneo de famílias de nordestinos, geralmente desempregados do Projeto Jari, que procuram desenvolver uma agricultura, onde predominam os cultivos de arroz, mandioca e algumas fruteiras, em roças com tamanho bem superior a média das feitas pelos extrativistas.

Se optou em aplicar questionários nesta comunidade, com o intuito de se ter parâmetros de comparação na análise, caso fosse necessário, por ser uma comunidade de comportamento produtivo significativamente diferente das demais, apesar da sua proximidade das áreas de extrativismo da castanha.

O acesso as comunidades da região do Cajari, pode ser feito atualmente por via fluvial ou por transportes terrestres, através da estrada Macapá-Jari, atualmente trafegável somente no verão.

Algumas das comunidades existentes no rio Cajari são atendidas por uma linha semanal de transporte para a sede do município através da Prefeitura. Fora este transporte, o acesso a sede do município é feito em transporte dos compradores da produção local.

Também o atendimento de saúde nestas comunidades é precário, havendo 01 posto de saúde nas comunidade de Marinho e de Água Branca, com um enfermeiro em cada posto, que presta o atendimento de primeiros socorros a todos os moradores da região, quando procurados, conforme se verifica no demonstrativo do Quadro II.

Não existe água tratada nestas comunidades e é comum anualmente ocorrerem surtos de malária, por ocasião do verão, vitimando muitas pessoas devido as deficiências no atendimento de saúde.

O Quadro III nos mostra, que o atendimento escolar feito pela Prefeitura, nas comunidades em que existe escola é até a 3ª ou a 4ª série do primeiro grau. A maioria dessas escolas não possui prédio próprio, funcionando precariamente em casas de moradores locais. Sendo que, geralmente se encontram fechadas no decorrer do ano letivo, por falta de professores.

Nas comunidades pesquisadas, com exceções de Tira Couro e Ariramba, a produção mais expressiva é de castanha do brasil, embora os habitantes dessa comunidades cultivem roçados de mandioca, milho e feijão além de pequenos sítios com fruteiras como mamão, laranja, abacate, banana, etc.. A produção agrícola é tanto utilizada para o autoconsumo, como para ser comercializada.

A produção agrícola da região começou a ser comercializada com mais intensidade a partir de 1986, nas Feiras de Produtores de Macapá, sendo a produção transportada através de transportes do Governo do Estado. Atualmente não existe este apoio na

comercialização, o que contribui para que aconteça grandes perdas de produtos agrícolas excedente ao autoconsumo dessas comunidades. Os Quadros IV, V e VI, nos dão uma idéia dos principais produtos produzidos nessas comunidades e seu destino.

A produção extrativista da castanha dessas comunidades, acaba geralmente nas mãos dos três grandes compradores de castanha do Estado, que possuem toda a estrutura de transporte (caminhão, burros, barcos e armazéns) e aviam com mercadorias e com os burros, os pequenos compradores locais que intermediam na região essa compra. O Quadro VII nos dá uma idéia da magnitude da estrutura de comercialização existente no ano de 1991 nas comunidades pesquisadas do Rio Cajari.

QUADRO II - DEMONSTRATIVO DO ATENDIMENTO DE SAÚDE
NAS COMUNIDADES PESQUISADAS

| COMUNIDADE/REGIÃO | POSTO DE SAÚDE | ENFERMEIRO | ATEN. EMERGENCIAL |
|-------------------------|----------------|------------|-------------------|
| <u>REGIÃO DO JARI</u> | | | |
| .JARILÂNDIA | SIM | SIM | MONTE DOURADO |
| .PADARIA | NÃO | NÃO | LARANJAL |
| .SANTO ANTÔNIO | NÃO | NÃO | LARANJAL |
| .IRATAPURU | NÃO | NÃO | LARANJAL |
| <u>REGIÃO DO CAJARI</u> | | | |
| .ÁGUA BRANCA | SIM | SIM | LARANJAL |
| .MARINHO | SIM | SIM | LARANJAL |
| .ACAMPAMENTO | NÃO | NÃO | ÁGUA BRANCA |
| .SANTARÉM | NÃO | NÃO | ÁGUA BRANCA |
| .ITABOCA | NÃO | NÃO | ÁGUA BRANCA |
| .ARIRAMBA | NÃO | NÃO | CONCEIÇÃO |
| .BOCA DO BRAÇO | NÃO | NÃO | ÁGUA BRANCA |
| .SANTA CLARA | NÃO | NÃO | ÁGUA BRANCA |
| .TIRA COURO | NÃO | NÃO | LARANJAL |

QUADRO III - DEMONSTRATIVO DO ATENDIMENTO ESCOLAR NAS
COMUNIDADES PESQUISADAS

| COMUNIDADE/REGIÃO | PRÉDIO ESCOLAR | ESCOLARIZAÇÃO | Nº DE ALUNOS |
|-------------------------|----------------|---------------|--------------|
| <u>REGIÃO DO JARI</u> | | | |
| .JARILÂNDIA | SIM | 1ª à 4ª série | 145 |
| .PADARIA | SIM | 1ª à 4ª série | 60 |
| .SANTO ANTÔNIO | SIM | 1ª à 4ª série | 30 |
| .IRATAPURU | NÃO | NÃO | - |
| <u>REGIÃO DO CAJARI</u> | | | |
| .ÁGUA BRANCA | SIM | 1ª à 4ª série | 58 |
| .MARINHO | SIM | 1ª à 4ª série | 46 |
| .ACAMPAMENTO | NÃO | 1ª à 4ª série | 27 |
| .SANTARÉM | NÃO | 1ª à 4ª série | 25 |
| .ITABOCA | SIM | 1ª à 4ª série | 37 |
| .ARIRAMBA | NÃO | 1ª à 3ª série | 23 |
| .BOCA DO BRAÇO | NÃO | 1ª à 3ª série | 25 |
| .SANTA CLARA | NÃO | 1ª à 3ª série | 12 |
| .TIRA COURO | SIM | 1ª à 3ª série | 12 |

QUADRO IV - DEMONSTRATIVO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS PRODUZIDOS E O SEU DESTINO NAS COMUNIDADES PESQUISADAS.

| COMUNIDADE/REGIÃO | MANDIOCA | ARROZ | MILHO | FEIJÃO | BANANA | FRUTAS |
|-------------------------|----------|-------|-------|--------|--------|--------|
| <u>REGIÃO DO JARI</u> | | | | | | |
| .JARILÂNDIA | A+V | A | A+V | A | A+V | A+V |
| .PADARIA | A | - | A | A | A+V | A+V |
| .SANTO ANTÔNIO | A+V | - | A+V | A | A | A+V |
| .IRATAPURU | A | - | A | A | A | A |
| <u>REGIÃO DO CAJARI</u> | | | | | | |
| .ÁGUA BRANCA | A+V | - | A+V | A | A+V | A+V |
| .MARINHO | A+V | A | A+V | A | A+V | A+V |
| .ACAMPAMENTO | A+V | - | A+V | A | A+V | A+V |
| .SANTARÉM | A+V | A | A+V | A | A+V | A+V |
| .ITABOCA | A+V | - | A+V | A | A+V | A+V |
| .ARIRAMBA | A+V | - | A | - | A | A+V |
| .BOCA DO BRAÇO | A+V | A | A+V | A | A | A+V |
| .SANTA CLARA | A | - | A+V | - | - | A |
| .TIRA COURO | A+V | A+V | A+V | A+V | - | A+V |

A=AUTOCONSUMO V=VENDA A+V=AUTOCONSUMO E VENDA

QUADRO V - DEMONSTRATIVO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXTRATIVISTAS COLETADOS E DESTINOS NAS COMUNIDADES PESQUISADAS.

| COMUNIDADE/REGIÃO | CASTANHA | BORRACHA | AÇAÍ | COPAÍBA | ANDIROBA |
|-------------------------|----------|----------|------|---------|----------|
| <u>REGIÃO DO JARI</u> | | | | | |
| .JARILÂNDIA | A+V | V* | A+V | A | A+V |
| .FADARIA | A+V | V* | - | A | A+V |
| .SANTO ANTÔNIO | A+V | V* | A | A+V | A+V |
| .IRATAPURU | A+V | V* | A | A | A+V |
| <u>REGIÃO DO CAJARI</u> | | | | | |
| .ÁGUA BRANCA | A+V | - | - | A | A+V |
| .MARINHO | A+V | - | A | - | A |
| .ACAMPAMENTO | A+V | - | A | - | A |
| .SANTARÉM | A+V | - | A | A | A |
| .ITABOCA | A+V | - | A | A | A+V |
| .ARIRAMBA | A+V | V* | A+V | - | A+V |
| .BOCA DO BRAÇO | A | - | A | - | A |
| .SANTA CLARA | A+V | - | - | - | A |
| .TIRA COURO | A | - | - | - | A |

A=AUTOCONSUMO V=VENDA A+V= AUTOCONSUMO E VENDA
V* = EXTRAÇÃO E VENDA DEPENDENDO DE PREÇOS

QUADRO VI - DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO ESTIMADA DE CASTANHA NAS COMUNIDADES PESQUISADAS (SAFRA DE 1990)

| COMUNIDADE/REGIÃO | CASTANHA Barricas ¹ | COMUNIDADE/REGIÃO | CASTANHA Barricas |
|-------------------------|--------------------------------|-----------------------|-------------------|
| <u>REGIÃO DO CAJARI</u> | | <u>REGIÃO DO JARI</u> | |
| .AGUA BRANCA | 14.000 | .JARILÂNDIA | 1.800 |
| .MARINHO | 2.000 | .PADARIA | 3.000 |
| .ACAMPAMENTO | 600 | .SANTO ANTONIO | 7.500 |
| .SANTARÉM | 300 | .IRATAPURU | 1.700 |
| .ITABOCA | 1.400 | | |
| .ARIRAMBA | 050 | | |
| .BOCA DO BRAÇO | - | | |
| .SANTA CLARA | 4.000 | | |
| .TIRA COURO | - | | |

1. Barrica: é a unidade de medida utilizada tradicionalmente na região para medir a castanha do Pará coletada. Equivale a aproximadamente 120 litros de castanhas, embora ela seja considerada pelos compradores como 51 hectolitro nas suas negociações.

QUADRO.VII- DEMONSTRATIVO DA ESTRUTUTURA DE
 COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA EXISTENTE NAS COMUNIDADES
 PESQUISADAS.

| COMUNIDADE/REGIÃO | COMPRADORES LOCAIS | ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO | | | |
|-------------------------|-----------------------|------------------------------|-----------|--------|--------|
| | | BURROS | CAMINHÕES | ARMAZ. | BARCOS |
| <u>REGIÃO DO JARI</u> | | | | | |
| .JARILÂNDIA | 02 | - | - | 02 | 02 |
| .PADARIA | 03 | 05 | - | - | 01 |
| .SANTO ANTONIO | 03 | 06 | - | 01 | 02 |
| .IRATAPURU | - | - | - | - | - |
| <u>REGIÃO DO CAJARI</u> | | | | | |
| .ÁGUA BRANCA | 04 | 25 | 02 | 01 | - |
| .MARINHO | - | - | - | - | - |
| .ACAMPAMENTO | 01 | 04 | - | - | - |
| .SANTARÉM | 01 | - | - | - | 01 |
| .ITABOCA | - | - | - | - | - |
| .ARIRAMBA | - | - | - | - | - |
| .BOCA DO BRAÇO | - | - | - | 02 | - |
| .SANTA CLARA | 02 | 30 | 01 | - | 01 |
| .TIRA COURO | - | - | - | - | - |

2-O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS PRODUTORES EXTRATIVISTAS

O Sul do Amapá, enquanto espaço geográfico ou geopolítico aqui considerado, é a área delimitada pelo atual município de Laranjal do Jari, que foi separado do município de Mazagão em 1987.

Na Zona Rural deste município, nas margens dos seus rios e igarapés, habita aproximadamente 40% da população municipal, estando distribuída em 129 vilarejos, segundo dados da SUCAM. Esta população ribeirinha, vivendo da coleta, caça, pesca e cultivando pequenas lavouras, é a responsável direta pela maior parte da produção extrativista da castanha e borracha do Estado do Amapá.

A atual concentração demográfica observada na sede deste município, se acelerou na década de 70 com a instalação do Projeto Jari. Quando, na periferia dos empreendimentos industriais, foi se organizando sob palafitas, um contingente de sub-empregados e desempregados que passou a sobreviver da chamada economia informal, em um processo concreto de formação do exército industrial de reserva.

Concomitante a este acelerado processo de urbanização se verificou um esvaziamento nas áreas de castanhais e seringais, resultante também da crise no sistema de aviamento anterior ao Grande Projeto. Porém este esvaziamento não foi total, conseguindo permanecer nas áreas de coleta, um contingente populacional de trabalhadores extrativistas, a quem creditamos neste estudo, a principal parte da responsabilidade pelo não

desaparecimento da economia extrativista do Sul do Amapá.

2.1-SUAS ORIGENS SÓCIO-GEOGRÁFICA

Segundo a literatura especializada, durante o Ciclo da Borracha e na "Batalha da Borracha", foi deslocado para os seringais da Amazônia um contingente muito grande de trabalhadores nordestinos. Estes foram os principais responsáveis pela ocupação e devassamento da floresta, na busca das riquezas extrativistas. Apesar de haver indícios da passagem de muito trabalhadores nordestinos nos seringais e balatais do Sul do Amapá, nesta pesquisa se constatou que a população trabalhadora que hoje se encontra nas áreas de produção extrativista, é composta basicamente de pessoas nativas da Amazônia, ou seja, da chamada "população cabloca", originária da mestiçagem dos colonizadores europeus e escravos africanos, com a população indígena da Amazônia.

No universo pesquisado, considerando a origem do chefe da unidade familiar e da sua companheira, verificamos na amostra, que apenas 11% são nordestinos, oriundos na sua maioria do Maranhão, enquanto o grosso da população que permanece no extrativismo é composta por amapaenses (53,54%) e paraenses (35,35%). É importante frisar, que a maioria dos nordestinos encontrados na amostragem, são da comunidade de Tira Couro onde o extrativismo vegetal não tem significância econômica, predominando a agricultura.

Quanto aos pais dos trabalhadores extrativistas, se pode constatar também, que 80% é de origem paraense e amapaense, e apenas 20% de origem nordestina, predominando neste grupo a

origem maranhense.

Um outro aspecto importante, é que este contingente populacional é de origem rural, se verificando que os extrativistas de origem amapaense, na sua maioria são da própria comunidade e no geral do próprio município. Os trabalhadores de origem paraense são também oriundos da zona rural do Pará dos municípios de Breves, Almerim, Gurupá e São Sebastião da Boa Vista, que são regiões com forte tradição extrativista.

Pelas informações coletadas sobre a origem dos trabalhadores extrativistas, pode-se afirmar que se ocorreu um grande fluxo de nordestinos durante o época áurea da borracha para os seringais da região, com a crise dessa atividade, a força de trabalho nordestina não permaneceu nessas áreas, se deslocando para outras regiões ou para outras atividades. O que se constatou, é que permanece na região uma população do tipo "cabocla", local ou originaria das ilhas e de municípios paraenses de tradição extrativista. Mesmo os de origem nordestina que ficaram, na sua maioria são de origem maranhense, logo, da chamada Amazônia Legal.

Este contingente populacional, considerado em sua maioria, há mais de 20 anos, já habitava na região e trabalhava na atividade extrativista, nas condições de "trabalhador aviado" para a coleta da borracha, castanha, balata e outros produtos extrativistas. Os trabalhadores deslocados para a região, vieram em busca de trabalho ou a convite de um patrão, para trabalharem na coleta dos produtos florestais.

Fazendo uma comparação com a população que se concentra na atual sede do município, baseado numa pesquisa feita pelo

Governo do Território do Amapá em 1983, se verifica que quanto a origem, a população urbana é em 74,76 % originária de outros estados, e apenas 9,38% nasceu no município. Embora não estando explícita na referida pesquisa o percentual por estado, pode-se estimar que o número de nordestinos é superior a 25%. Sendo que, na época da pesquisa, aquela população se encontrava com menos de 7 anos na região, na sua maioria, e apenas 29,26 % tinha mais de 7 anos no município.

2.2-INDICADORES DA ESCOLARIZAÇÃO

Os trabalhadores que permanecem na atividade extrativista não tiveram acesso a escola, pois 72,2% dos nossos entrevistados são analfabetos ou apenas assinam o nome. Isso provavelmente teve implicação no seu acesso ao mercado de trabalho que se estabeleceu na região, com a instalação do Projeto Jari.

Verifica-se nos dados da pesquisa do Governo do Território do Amapá para a população urbana do atual município, que o percentual de analfabetos e semialfabetizados era de 49,37 % em 1983.

A pesquisa nos mostrou que a escolarização dos filhos dos trabalhadores extrativista, vem se efetivando em níveis mais altos que a dos pais, pois dos filhos com idade superior a 8 anos, se verifica que apenas 11,2% não teve acesso a escola. Porém a maioria dos filhos (81,6%) tem acesso apenas a uma escolarização de 1ª a 4ª série do primeiro grau, e somente 1,5% tem acesso ao 2º grau.

2.3-DA FAMÍLIA A UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO

A trajetória social dos trabalhadores extrativistas nativos ou deslocados ao Sul do Amapá na fase áurea do extrativismo, via de regra começa numa relação de trabalho próxima ao assalariamento, onde os bens necessários a reprodução da sua força de trabalho, eram fornecidos na forma de mercadorias em vez da figura monetária do salário. Os instrumentos necessários a atividade produtiva eram contabilizados na conta desse trabalhador, em forma de um adiantamento, que seria descontado na produção coletada e entregue ao patrão.

Os patrões determinavam os preços. No ato das trocas quando o trabalhador tinha saldo, geralmente ele recebia na forma de mercadorias. Geralmente quando havia saldo, este era utilizado em atividades não produtivas (festas, viagens, etc.).

As colocações eram propriedades dos patrões, que eram os responsáveis pela alocação dos trabalhadores nos seringais, castanhais e balatais.

O trabalho feminino e das crianças era um trabalho essencialmente doméstico, pois o trabalho do chefe e dos filhos maiores garantia a aquisição dos bens necessários a manutenção da família, através das relações de aviamento.

Quando o aviamento passou a ser de responsabilidade do pequeno capital comercial, na década de 70, a precariedade no fornecimento dos bens necessários ao sustento da família, fez com que o trabalho de todos os membros da família do trabalhador extrativista passasse a ter uma essencialidade maior no atendimento das suas necessidades, e dessa forma, este vem a ser

contabilizado e integrado em um todo, onde o objetivo fundamental é garantir o sustento de todos os familiares.

A partir daí, o trabalho agrícola se torna também essencial para garantir os alimentos, que nas entressafras da castanha, ou da borracha, passam a faltar na região devido o desaparecimento dos regatões e outros compradores da produção.

No espaço da roça, o trabalhador extrativista deixa de trabalhar para atender a um patrão, e passa a trabalhar para si. Nessa atividade, o trabalho feminino e dos filhos pequenos, se torna necessário como trabalho complementar ao trabalho masculino dos adultos. O trabalho na roça não é visto com a obrigatoriedade de pagar as dívidas de aviamento, mas como um trabalho necessário no suprimento das necessidades de consumo da família. Estas necessidades variam conforme o desenvolvimento biológico da família, ou seja de acordo com a relação entre o número de braços em condições de trabalhar e o número de bocas a alimentar.

No caso da atividade extrativista, à medida em que o sistema de aviamento vai falindo, e o trabalhador vai se imaginando dono da ponta de castanhal ou da estrada de seringa em que trabalha, o seu trabalho também deixa de aparecer como uma obrigatoriedade de pagamento das dívidas de aviamento, passando a se configurar como uma necessidade de reprodução, tanto da força de trabalho familiar como também dos meios de produção.

E assim, se observa na região, um processo em que os trabalhadores aviados vão se tornando pouco a pouco em trabalhadores "autônomos". Isto faz com que a família passe a ter o caráter de uma unidade de trabalho, onde o trabalho de todos os membros se somam em um objetivo único: que é o de garantir tanto

a reprodução da força de trabalho familiar como também das condições de produzir essa reprodução. Ou seja, o trabalho em cada safra não tem como objetivo apenas de garantir a manutenção da família, mas também o de reproduzir os instrumentos de produção e outros bens necessários para que ele possa continuar produzindo na próxima safra. Estes instrumentos e bens eram no passado também fornecidos pelo patrão, embora, quase sempre incorporados nas dívidas de aviamento.

As famílias são do tipo patriarcal, onde o pai é o responsável pelo planejamento da produção e distribuição de atividades para a força de trabalho. O trabalho feminino além das atividades domésticas (cozinha, lavagem, cuidados com as crianças), também tem uma participação significativa em atividades produtivas diretas, principalmente nos roçados e nos sítios. O trabalho feminino raramente é utilizado nas coletas de castanha ou da borracha.

Quanto ao número de filhos predomina na região as famílias de tamanho médio, com 3 a 5 filhos, conforme se observa no quadro abaixo resultante da pesquisa:

QUADRO VIII -DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS QUANTO AO Nº DE FILHOS.

| Nº DE FILHOS | FAMÍLIAS | PERCENTUAL |
|--------------|----------|------------|
| 0 - 3 | 13 | 26,5 % |
| 4 - 6 | 20 | 40,8 % |
| 7 - 10 | 13 | 26,5 % |
| > 10 | 3 | 6,2 % |
| TOTAL | 49 | 100 % |

2.4-A SITUAÇÃO DOS FILHOS E SUA TRAJETÓRIA SOCIAL

Na pesquisa se pode observar uma saída precoce significativa dos filhos do seio da família. A saída das filhas é mais acentuada que a dos filhos, na fase de adolescência. Esta saída se dá principalmente para a formação de família (casamento), e na busca de emprego, principalmente o emprego doméstico no caso das filhas, sendo o principal destino a sede do município. A saída maior das filhas, pode significar também uma certa dificuldade de acesso da força de trabalho masculina ao mercado de trabalho regional, na concorrência com trabalhadores de outras regiões.

Na pesquisa se observou que 26,5% das famílias entrevistadas continuam a ajudar financeiramente os filhos que saem, enquanto 32,6% recebem ajuda financeira ou em mercadorias dos filhos que estão fora. Isto nos permite inferir, que os filhos e filhas que saem se constituem numa espécie de apêndice da unidade familiar, e assim, tendo a sua importância na reprodução da Unidade de Produção.

Os quadros IX, X e XI, nos dão uma idéia da trajetória dos filhos que saem das famílias dos trabalhadores extrativistas pesquisadas.

QUADRO IX - DEMONSTRATIVO DA SAIDA DOS FILHOS DO NÚCLEO FAMILIAR

| IDADE | TOTAL DE FILHOS | | FILHOS QUE SAEM | | VALOR PERCENTUAL | |
|-----------|-----------------|--------|-----------------|--------|------------------|--------|
| | FILHOS | FILHAS | FILHOS | FILHAS | FILHOS | FILHAS |
| 0-7 ANOS | 41 | 30 | 2 | 0 | 4,8% | 0% |
| 8-12 ANOS | 25 | 28 | 6 | 3 | 24% | 10,7% |
| 13-18ANOS | 28 | 30 | 5 | 12 | 17,8% | 40% |
| 19-25ANOS | 25 | 31 | 11 | 30 | 44% | 96% |
| >25 ANOS | 13 | 16 | 9 | 14 | 69,2% | 87% |
| TOTAL | 132 | 138 | 33 | 59 | 25 % | 42,7% |

QUADRO X - DEMONSTRATIVO DOS MOTIVOS DE SAÍDA DOS FILHOS DA FAMÍLIA

| MOTIVO | FILHOS | PERCENTUAL | FILHAS | PERCENTUAL |
|---------------------|--------|------------|--------|------------|
| FORMAR FAMÍLIA | 12 | 36,3 % | 28 | 47,4 % |
| ESTUDOS | 9 | 27,2 % | 9 | 15,2 % |
| EMPREGO DOMESTICO | 0 | 0 % | 14 | 23,7 % |
| ASSALARIAMENTO URB. | 9 | 27,2 % | 6 | 10,1 % |
| ASSALARIAMENTO RUR. | 2 | 6,1 % | 0 | 0 % |
| OUTROS | 1 | 3 % | 2 | 3,3 % |

QUADRO XI-DEMONSTRATIVO DO DESTINO DOS FILHOS QUE SAEM

| DESTINO | FILHOS | PERCENTUAL |
|----------------|--------|------------|
| COMUNIDADE | 18 | 19,5 % |
| SEDE MUNICIPAL | 47 | 51 % |
| MONTE DOURADO | 9 | 9,7 % |
| MACAPA | 9 | 9,7 |
| BELÉM | 5 | 5,4 % |
| OUTROS | 4 | 4,3 % |

2.5-DESPESAS E CONSUMO FAMILIAR

Os trabalhadores extrativistas no seu trabalho diário produzem parte dos produtos necessários a sua sobrevivência. Principalmente uma parte considerável dos alimentos, através da agricultura, da caça e da pesca. Porém os produtos produzidos não são suficientes para atender todas as suas necessidades imediatas, isso os obriga a se relacionarem cada vez mais com o mercado, para comprar o que não se produz na unidade de produção. Para tanto se torna crescente a necessidade de produzirem produtos para mercado, pois a medida que vão se abrindo as estradas, ligando com mais frequência as suas comunidades aos centros urbanos, novas necessidades vão surgindo e se expandindo, seja pelo fascínio que as novidades da produção capitalista exercem sobre a população rural, como também pela pressão competitiva que passa a se estabelecer sobre os recursos

naturais, principalmente sobre os alimentos que provém das atividades de coleta, caça e pesca.

Atualmente as despesas familiares mensais se resumem principalmente aos alimentos complementares não produzidos na unidade de produção, que geralmente são comprados com o dinheiro que a família arrecada da venda da produção agrícola que excede ao autoconsumo, ou ainda, trocados com partes dos produtos de coleta, nas relações residuais de aviamento. Já, as despesas de vestuários, e alguns eletrodomésticos são comprados geralmente com os saldos da produção extrativista, no final da safra.

Os gêneros alimentícios e de primeira necessidade, cada vez mais vão sendo comprados nos comércios e supermercados da zona urbana, muito embora, ainda se compre nos comércios locais e nos regatões e patrões, parte destas despesas, principalmente pelas dificuldades de transporte. Porém, as dívidas contraídas com os patrões, regatões e comerciantes locais tendem cada vez mais a serem saldadas em dinheiro.

Quanto ao consumo alimentar destes trabalhadores, predomina na dieta alimentar a utilização de pescados e caças, que são complementadas com a farinha de mandioca e o consumo de vinhos de açaí e bacaba, dependendo da época das safras e da oferta nas comunidades. Em algumas, os pescados predominam sobre a oferta de caças, enquanto em outras, principalmente nas regiões dos castanhais, a caça ainda é mais acessível que os pescados, principalmente no inverno. Porém se observa em todas comunidades um aumento nas dificuldades de caça e pesca nos últimos anos, devido as pressões decorrentes do acesso facilitado as populações urbanas com a abertura de estradas, e dos impactos ambientais

decorrentes das atividades do Projeto Jari, como destruição de florestas e a crescente criação de búfalos nas regiões de várzeas, destruindo as condições naturais da reprodução da caça e pesca.

Alguns alimentos, como carne bovina e pão, o extrativista só tem acesso quando vai a cidade fazer a sua feira, que também é o momento em que "se renova o paladar," segundo depoimento de um trabalhador.

Os Quadros XII e XIII nos dão uma idéia das despesas mensais e do consumo de alimentos que predominam nas unidades familiares estudadas.

QUADRO XII-SITUAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES QUANTO AS DESPESAS MENSASIS
(JANEIRO/91)

| DESPESAS EM CR\$ | Nº DE FAMÍLIAS | PERCENTUAL DA AMOSTRA |
|-------------------|----------------|-----------------------|
| < 15.000,00 | 8 | 16,0% |
| 15.000- 25.000,00 | 25 | 50,0% |
| > 25.000,00 | 14 | 28,00% |

QUADRO XIII-CONSUMO MENSAL NAS UNIDADES FAMILIARES.

| PRODUTOS | ESTRATO DE MAIOR FREQUÊNCIA | UNIDADES FAMILIARES % |
|--------------|-----------------------------|-----------------------|
| Arroz | 0 - 3 kg | 27,4 % |
| Farinha | 31 - 60 kg | 36,0 % |
| Feijão | 1 - 5 kg | 45,0 % |
| Café | 0,5 - 1 kg | 52,9 % |
| Açúcar | 9 - 12 kg | 40,0 % |
| Charque | 0 - 1 kg | 72,0 % |
| Batata doce | < 10 kg | 90,0 % |
| Macaxeira | < 10 kg | 66,0 % |
| Leite | 0 - 1 lata | 58,0 % |
| Manteiga | 0 - 0,5 kg | 50,0 % |
| Conserva | < 2 latas | 66,0 % |
| Ovos | < 1 dúzia | 55,5 % |
| Carne Bovina | < 2 kg | 70,0 % |
| Carne Porco | 0 - 2 kg | 75,0 % |
| Galinha | 0 - 2 kg | 72,0 % |
| Peixes | 20 - 40 kg | 44,0 % |
| Caça | 20 - 40 kg | 40,0 % |
| Açaí | > 40 litros | 38,0 % |
| Bacaba | > 15 litros | 48,0 % |
| Óleo | 2 - 4 latas | 44,6 % |
| Frutas | 20 - 50 kg | 44 % |
| Pão | < 5 unid. | 61,2 % |
| Bolacha | 2 - 4 kg | 42,00 % |

2.6-AS INSTALAÇÕES E MORADIAS

Os trabalhadores extrativistas quando vieram para a região, se concentravam com as suas famílias em vilas que se formavam próximas as filiais da empresa extrativista. Nesses locais eles faziam as suas casas com o auxílio da empresa, que lhes fornecia o transporte para a madeira e as vezes lhes vendia o material necessário. Alguns trabalhadores moravam em casas já construídas pela empresa e ficavam responsáveis pela manutenção dessas casas que geralmente eram de madeira coberta com telhas.

Após a entrada do Projeto Jari, e o abandono das estruturas montadas para atender a produção extrativista, os trabalhadores que ficaram nas comunidades, continuaram morando e zelando por essas residências por mais de 20 anos. Isto no entender desses trabalhadores lhes dá um certo direito de propriedade, já que parte do material da construção foram comprados por eles, e ainda assim, com o tempo, as paredes originais das casas se desgastaram e foram por eles substituídas. Isto tem sido um dos pontos de conflitos atuais com o projeto Jari, que se considera também dono de muitas das casas em que moram os trabalhadores extrativistas.

Fora as casas da época da empresa extrativista, a maioria das casas são de madeira e coberta de palha, com dimensões menores que 50 metros quadrados.

Além das casas nas vilas, próximos aos castanhais, principalmente nos castanhais distantes, os trabalhadores constroem os "retiros", para se abrigarem durante os dias que passam na floresta coletando castanha. O quadro a seguir nos mostra a dá uma idéia do conjunto das benfeitorias que a amostra

de famílias pesquisada, utiliza para viver e produzir na região.

QUADRO XIV -INSTALAÇÕES E BENFEITORIAS NAS UNIDADES FAMILIARES PESQUISADAS.

| BENFEITORIA | QUANT. | DIMENSÕES (METROS QUADRADO) | | |
|----------------------|--------|-----------------------------|----------|-------|
| | | < 50 | 50 - 100 | > 100 |
| CASA MADEIRA/TELHA | 24 | 14 | 7 | 3 |
| CASA MADEIRA/PALHA | 33 | 29 | 4 | - |
| CASA MADEIRA /CAVACO | 1 | - | - | 1 |
| CASA DE FARINHA | 33 | 27 | 6 | - |
| RETIRO | 10 | 8 | 2 | - |
| PAIOL | 38 | 38 | - | - |
| CANOA | 53 | - | - | - |

3-A UNIDADE DE PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA

O trabalhador extrativista que permaneceu na Região Sul do Amapá, atualmente, para sobreviver, é obrigados cada vez mais, a utilizar, tanto a sua força de trabalho, como também a de seus familiares na produção da sua subsistência. Porém, esta utilização, não se configura como no passado, em apenas coletar os produtos florestais procurados pelo patrão que lhe aviava as mercadorias necessária. Hoje, este trabalhador é obrigado também a produzir produtos agrícolas. Onde parte destes é utilizada no autoconsumo imediato da sua família e uma outra parte entra no circuito do mercado sob a forma de mercadorias que serão vendidas para comprarem outras mercadorias que este trabalhador não consegue produzir.

Quando se pensa no produtor ou trabalhador extrativista, sem o conhecê-lo, tem-se o direito de imaginar que os principais produtos que este produz e troca no mercado, sejam em sua totalidade oriundos da coleta, caça e pesca, que são as principais atividades extrativistas da região. Porém, quando mais próximo se chega das unidades de produção, se percebe que a atividade extrativista é apenas mais uma entre outras atividades que este produtor lança mão na luta cotidiana para a sua manutenção nas condições de Amazônia. Neste sentido, verifica-se que a agricultura em pequenos roçados tem uma importância vital na sua reprodução social, ficando difícil se concluir qual a atividade principal na reprodução das unidades de produção do Sul do Amapá: a pequena agricultura ou o extrativismo.

Nesse sentido, conforme nos aprofundamos no estudo das

unidades de produção, mais fomos percebendo, que seria incorreto denominar este trabalhador rural de trabalhador ou produtor extrativista. Da mesma forma, que fica difícil nas condições do Amapá, se encontrar um pequeno agricultor que seja apenas um produtor agrícola, pois em ambas as situações, as atividades de coleta, caça e pesca sempre estão presentes, modificando-se apenas o grau de importância dessas atividades na manutenção das unidades produtivas. Sendo que esta importância é determinada pela potencialidade dos recursos extrativistas existentes nas diferentes regiões do Estado.

Frente a essas considerações, a partir de então, para descrever e analisar as atividades consumidoras do trabalho deste Trabalhador rural e de sua família na reprodução das condições de sua subsistência, vamos utilizar a denominação de Unidade de Produção Agroextrativista (UPAE) para denominar a Unidade Produtiva típica da região, que desenvolve ao mesmo tempo as atividades agrícolas e extrativistas.

Na Unidade de Produção Agroextrativista se desenvolvem as atividades de caráter extrativistas em espaços florestais (caça e coleta) e nos rios e lagos (pesca), enquanto as atividades agrícolas são desenvolvidas nas lavouras ou roçados; nos chamados "sítios" (espécie de pomar doméstico), e no quintal onde se planta fruteiras, algumas hortaliças e se cria os pequenos animais.

A categoria UPAE ultrapassa a noção de um simples espaço individual limitado pela posse individual da terra, sendo o seu volume de produção limitado pelas necessidades de consumo da família e pela disponibilidade de força de trabalho para suprir

essas necessidades. Sendo essa força de trabalho de cunho iminentemente familiar.

A UP AE, é o espaço onde se objetiva de imediato a reprodução da unidade familiar de produção, sendo a utilização e distribuição da força de trabalho comandada para esse fim, e não para a reprodução de capital, embora se encontre a nível mais geral no circuito de valorização do capital e submetida as influências das formas como ele se manifesta na situação particular da região.

Quanto a noção de posse e utilização da terra, a UP AE funciona como um espaço descontínuo, isto é, não pode ser vista como uma única área delimitada sob a forma de figuras geométricas conforme os esquemas de delimitações fundiárias tradicionais. Pois ela funciona como uma área descontínua, ou mais precisamente como um conjunto de espaços produtivos que são distribuídos espacialmente de forma aleatória obedecendo as condições naturais, impostas pela natureza nos seus aspectos físicos-geográficos (proximidades de rios) e biológicos (distribuição das espécies vegetais da floresta).

A UP AE é a interação existente na utilização da força de trabalho familiar na coleta, caça, pesca e lavouras, produzindo e garantindo a reprodução da unidade produtiva familiar numa relação com a natureza na sua forma de mata ou de rio, mediatizada e facilitada pela utilização adequada de todo um saber acumulado ao longo de gerações e gerações que sobreviveram na floresta amazônica.

Durante o ano, na UP AE, as atividades eminentemente agrícolas vão se articulando com as atividades extrativistas,

gerando sistemas próprios de produção, que fazem com que a força de trabalho familiar durante o ano esteja sempre ocupada, dentro das possibilidades que o meio ambiente amazônico permite a este homem produzir ou distribuir as suas atividades, já que na região em termos climáticos existem duas estações: uma que chove muito, denominada de inverno (janeiro a julho) e uma que não chove ou chove pouco, denominada de verão (agosto a dezembro). Dessa forma, as atividades agrícolas são determinadas também por essa distribuição de chuvas e pelo espaço vago da principal atividade extrativista que é a coleta da castanha.

Frente a estas características, neste tópico, para se compreender e entender a distribuição da força de trabalho familiar no interior da unidade de produção, nas diversas atividades que são desenvolvidas no seu interior, vamos discutilas em 2 grupos: 1-As atividades agrícolas e 2-As atividades extrativistas, onde serão descritos e discutidos os aspectos fundamentais dessas atividades, nas formas como elas se relacionam e se completam na garantia da reprodução da força de trabalho e da unidade de produção familiar.

3.1-AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

As atividades agrícolas, desenvolvidas com o intuito de suprir as necessidades de reprodução da família e de sua unidade produtiva, são direcionadas para 3 espaços produtivos da UPAE, que são a Roça, o Sítio e o Quintal. Neste tópico vamos descrever e analisar as atividades que se desenvolvem nesses setores, considerando principalmente a sua época, quem trabalha, o tempo de trabalho e a produtividade do trabalho. Essa descrição será

baseada nos dados observados e informados "in loco" durante a etapa da Pesquisa de Campo.

3.1.1-A ROÇA OU ROÇADO

Hoje este é um setor ou espaço fundamental na reprodução da UPAE, e dos produtores agroextrativistas da região. Este espaço ganhou uma importância maior a partir do momento em que a Empresa Extrativista abandona a sua atividade, ao ser instalado o Projeto Jari. A partir de então, a produção extrativista passa ao controle do pequeno capital comercial, representado pelos regatões e pequenos compradores locais, sem interesses e condições econômicas para garantir o aviamento na entressafra da castanha.

Um outro fator que também forçou os trabalhadores extrativistas a recorrerem a agricultura com mais constância, para a sua sobrevivência foi a inviabilização da borracha, pois a coleta desse produto ocupava a força de trabalho e garantia o aviamento e o sustento de grande parte desses trabalhadores durante a entressafra da castanha, ou seja, no segundo semestre do ano.

Com a queda do preço da borracha nos últimos anos, inviabilizando a sua exploração, se observa que os extrativistas que não conseguem colocar um roçado durante o ano são obrigados na entressafra da castanha a procurar trabalho fora da comunidade, seja como assalariado temporário na sede do município e no Projeto Jari, ou tendo que se deslocar, no caso dos trabalhadores masculinos aos garimpos, em busca de algum recurso para manter a família.

Dessa forma, cada vez mais a reprodução desses

trabalhadores passa a depender do roçado, na medida em se esgotam as possibilidades de emprego na cidade ou no Projeto Jari, e desde que, a ida dos trabalhadores aos garimpos têm sido marcadas tanto por uma frustração econômica quanto pelo desgaste prematuro das suas condições de trabalho pelas doenças tropicais que grassam nos locais de garimpagem, como a malária principalmente.

As atividades agrícolas se concentram na entressafra da castanha, embora algumas atividades se desenvolvam na própria época de coleta, seja em função da sua importância na subsistência da família ou seja pela possibilidade de uma divisão social do trabalho no interior da unidade de produção.

As principais culturas plantadas no roçado são a mandioca, o milho, o feijão, o arroz, a banana, o abacaxi, a macaxeira, o cará e a batata doce, conforme quadro abaixo:

QUADRO XV-DEMONSTRATIVO DAS CULTURAS PLANTADAS NAS ROÇAS

| PRODUTOS DA ROÇA | ESTRATO DE MAIOR FREQUÊNCIA | UNIDADES DE PRODUÇÃO % | UNIDADES QUE NÃO PLANTAM |
|------------------|-----------------------------|------------------------|--------------------------|
| Mandioca | <4 Tarefas | 50,0 % | 16,0 % |
| Milho | < 2 Tarefas | 32,0 % | 40,0 % |
| Arroz | <1 Tarefa | 8,0 % | 80,0 % |
| Feijão | <1 Tarefa | 32,0 % | 56,0 % |
| Macaxeira | < 1 Tarefa | 36,0 % | 62,0 % |
| Banana | <100 Touc. | 58,0 % | 12,0 % |
| Batata/Cará | <1 Tarefa | 40,0 % | 50,0 % |
| Melanci/Melão | <1 Tarefa | 12,0 % | 82,0 % |
| Abacaxi | <250 Pés | 38,7 % | 38,7 % |

Para os produtores, as principais culturas do roçado são a mandioca, a banana e o milho, não apenas sob o ponto de vista econômico (comercial), mas principalmente por estas culturas possuírem algumas características que as tornam essenciais na administração da subsistência anual desses produtores.

A mandioca é uma cultura que além de ser a matéria prima utilizada na fabricação de um alimento essencial na alimentação da população rural: "a farinha", ela permite a esse agricultor administrá-la durante o ano de acordo com as suas necessidades, garantindo-lhes uma certa estabilidade no fornecimento mensal da quantidade de farinha necessária a UPAE, como também na obtenção de dinheiro com o excedente comercializado, que lhe garante o suprimento de gêneros de primeira necessidade durante todos os meses do ano, "é uma espécie de emprego que dá um salário mensal" segundo o depoimento de um produtor de Cachoeira de Santo Antônio. Isto é possível pelas características que a mandioca possui de permanecer por longo espaço de tempo no solo sem se deteriorar, podendo ser colhida por quotas mensais, quinzenais ou semanais, de acordo com as necessidades da Unidade de Produção.

Esta importância que se verifica no cultivo da mandioca nas UPAs do Sul do Amapá, também foi observado e discutido por Heredia e Garcia Jr. nos seus estudos sobre pequenos produtores nordestinos. Tais autores justificam esta preferência de cultivo, em função das características desta cultura de tanto servir para mercado como para o autoconsumo, denominando a esta possibilidade de "caráter de alternância" ou "princípio da alternatividade". O que representa um importante mecanismo de enfrentamento dos

pequenos produtores às flutuações dos preços de mercado. (Heredia, B., 1979 p.126; Garcia Jr., A. 1990 p.117-127).

O milho é uma cultura do roçado que tem a sua importância sob o ponto de vista da alimentação dos animais (burros, porcos e aves), sendo plantado principalmente com essa finalidade, embora as vezes também seja comercializado o que excede ao autoconsumo da UPAE.

A banana ocupa a função da mandioca em áreas onde não se pode cultivar com sucesso aquela cultura, sendo que nessa situação ela se torna uma cultura preferencialmente comercial (áreas de várzeas). Já as outras culturas do roçado são plantadas para o autoconsumo das UPAES, embora aumente a importância na sua comercialização a medida que esse agricultor vai participando com mais constância das Feiras de Produtores.

A roçado ocupa uma área de 4 a 6 tarefas¹ na maioria das UPAES pesquisadas na região, sendo que a mandioca é a cultura responsável pela ocupação de quase toda a área do roçado, pois as outras culturas ocupam um espaço bem menor, e muitas são cultivadas nos espaços vazios, nas bordaduras da roça, ou em consórcio com a mandioca, sendo que algumas de ciclo mais curto, são plantadas e colhidas antes do plantio da principal cultura do roçado.

O espaço ocupado pela roça é um espaço da floresta que precisa ser desmatado, porém o produtor ao desmatar seleciona um espaço onde as espécies que são importantes para a sua

1. Tarefa é a unidade de medida utilizada na região para medir as roças, equivale a 3.025 metros quadrados, o que representa 25 braças em quadra.

manutenção não estejam presente, sendo um desmatamento pequeno e seletivo, que é utilizado por algumas safras e depois abandonado para descanso ou pousio, sendo esse espaço ocupado por capoeiras que se reconstituem e voltam a ser utilizado para a implantação de roçados 4 a 5 anos depois. Assim a cada ano esse produtor agroextrativista derruba uma área equivalente a metade do tamanho utilizado pelo seu roçado, visto que a mandioca vai ser colhida um ano após o seu plantio, e assim só da mandioca ele terá sempre uma área de roça nova e uma área madura que está sendo beneficiada.

Na instalação da roça, o produtor lança mão de algumas atividades que se distribuem no ano conforme explícita o Quadro IX, as quais passaremos a discuti-las, a partir de então.

3.1.1.1-PREPARO DA ÁREA

A roça por ocupar um espaço da floresta ou em capoeiras já recompostas, na sua instalação, torna necessária a retirada da cobertura original daquele espaço físico. Feita a seleção da área a ser trabalhada, respeitando os espaços onde se concentram as espécies vegetais úteis na subsistência desse produtor, ele desenvolve as seguintes atividades, que vão deixar o espaço escolhido em condições de receber as culturas de roçado:

.BROCA: é a etapa que consiste no raleamento da mata ou capoeira, com a retirada das arvores mais finas com o objetivo de facilitar a derrubada da vegetação mais grossa. Essa operação é feita pela força de trabalho exclusivamente masculina, se concentrando esta atividade no mês de agosto, prolongando-se até setembro. Nessa atividade o instrumento de trabalho utilizado é o terçado, e a jornada de trabalho se prolonga das 6:00 às 8:00

horas, sendo que nas UPAsEs da região se consegue brocar normalmente 0.5 tarefas de área. Essa produtividade em algumas unidades é maior em função do trabalho em mutirão.

QUADRO XVI-CALENDÁRIO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NAS UPAsES

| ATIVIDADES | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
|-----------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|
| 1-BROCA | | | | | | | | XXX | xxx | | | |
| 2-DERRUBA | | | | | | | | | XXX | XXX | | |
| 3-QUEIMA | | | | | | | | | | XXX | | |
| 4-ENCOIVARAMENTO | | | | | | | | | | | XXX | XXXX |
| 5-PLANTIO MANDIOCA | XXX | | | | | | | | | | | XXXX |
| 6-PLANTIO MILHO | XXX | | | | | | | | | | | XXXX |
| 7-PLANTIO ARROZ | XXX | XXX | | | | | | | | | | |
| 8-PLANTIO FEIJÃO | | | | | XXX | | | | | | | |
| 9-PLANTIO FRUTEIRAS | XXX | xxx | xxx | | | | | | | | | |
| 10-CAPINA MANDIOCA | | | | | | | XXX | XXX | | | | |
| 11-CAPINA MILHO | | XXX | xxx | | | | | | | | | |
| 12-CAPINA FEIJÃO | | | | | XX | XXX | xxx | | | | | |
| 13-CAPINA FRUTEIRAS | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxxx |
| 14-COLHEITA MANDIOCA | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxxx |
| 15-COLHEITA MILHO | | | | | | | | xxx | XXX | | | |
| 16-COLHEITA FEIJÃO | | | | | | | | xxx | XXX | | | |
| 17-COLHEITA FRUTEIRAS | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxxx |
| 18-BENEFIC. GRÃOS | | | | | | | | XXX | XXX | | | |
| 19-BENEFIC. FARINHA | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxx | xxxx |

.DERRUBA: logo após a broca, nos meses de setembro-outubro, se inicia esta etapa do preparo de área. Por ser uma atividade muito trabalhosa e arriscada, o trabalho utilizado é exclusivamente masculino, sendo que em algumas comunidade se torna frequente o uso do mutirão ou a troca de dias de trabalho entre as famílias. Normalmente, as UPAs conseguem derrubar 0.25 tarefas de área, por dia de trabalho, numa jornada predominantemente de 8:00 horas. Sendo que nessa atividade predomina na região o uso do machado como instrumento principal de trabalho. Durante a derruba, os produtores costumam fazer a proteção de arvores que lhe são útil como a bacabeira, a castanheira, o inajazeiro, etc., fazendo aceiros ao redor para evitar que sejam destruídas pelo fogo. Após a derruba da vegetação, a madeira de interesse do produtor é rolada em forma de toras para comercializar ou para uso na unidade de produção. Nessa ocasião também são feitos os aceiros para evitar que na queima o fogo penetre na floresta.

.QUEIMA: essa atividade é realizada na região durante o mês de outubro. Esse trabalho geralmente é feito pelo chefe de família, que permanece no local em um tempo de 3:00 a 4:00 horas que é o suficiente para esse trabalhador monitorar a queima e evitar que o fogo penetre na floresta.

.ENCOIVARAMENTO: essa atividade é realizada após a queima, se concentrando no mês de novembro embora se prolongue pelo mês de dezembro. Essa atividade só é feita quando a roça não consegue queimar adequadamente, ficando muita madeira na

área, que dificultará as atividades posteriores. Essa atividade consiste na amontoa da madeira não queimada, para se queimar sob a forma de fogueira. Nessa atividade, em algumas unidades familiares, já se observa o trabalho da mulher, embora com pequena freqüência. O mutirão nessa atividade é observado com mais freqüência. A jornada de trabalho também fica na faixa de 6:00 a 8:00 horas e a produtividade diária nas UPAsEs normalmente é de 0.5 à 1.0 tarefa, dependendo dos efeitos da queima. Os instrumentos de trabalho utilizados na queima são o machado, o terçado e o fósforo. Após essa atividade, a roça estará pronta para receber as sementes e mudas na ocasião do plantio.

3.1.1.2-PLANTIO DA ROÇA

Essa etapa se realiza na estação chuvosa, existindo para cada cultura uma época ideal durante esta estação. Esta época vai, no decorrer de cada safra, se aprimorando, com base nos resultados da experiência e do saber acumulado de cada geração. No plantio da roça, o trabalho em mutirão é menos frequente e a partir de então já se observa com maior constância, o trabalho feminino e das crianças com mais de sete anos de idade. Neste tópico vamos descrever em separado, o plantio das principais culturas do roçado.

.PLANTIO DA MANDIOCA

O plantio da mandioca é feito através de estacas (pedaços de caule com 10 a 20cm) retiradas da roça madura. O plantio da mandioca é feito de duas formas, sendo que uma é o plantio feito na roça madura a medida que ela vai sendo colhida, esta forma depende muito da fertilidade do solo, do grau de infestação das ervas daninhas, e da produtividade que a terra pode oferecer. A

outra forma é a do plantio na roça nova após a queima, se concentrando este plantio no mês de dezembro e se estendendo até o mês de janeiro. O plantio da roça nova é feito utilizando o terçado para cortar as estacas e a enxada para abrir as covas onde serão enterradas as estacas. O plantio é feito num espaçamento aproximado de 1.0 metro entre as covas sem um alinhamento preciso em função da existência de tocos e pedaços de madeira, resíduos da queima. Neste plantio quando trabalha toda a família, os homens abrem as covas e as mulheres e crianças vem atrás colocando as estacas e fechando as covas. A jornada de trabalho no plantio se prolonga de 6:00 a 8:00 horas e as UPAs na região plantam num dia de trabalho uma área que vai de 0.5 a 1.0 tarefa dependendo da quantidade de força de trabalho utilizada na atividade, o que depende do tamanho da família.

.PLANTIO DO MILHO

O plantio do milho é concentrado também no mês de dezembro, embora se prolongue ao mês de janeiro. O plantio é feito em covas espaçadas cerca de 1.0 m uma das outras, sendo que na região, as vezes ele é feito em separado na roça, outras vezes é consorciado com a mandioca. No plantio do milho o trabalho feminino e das crianças é frequente na região. O instrumento utilizado nesse plantio é a enxada. Se observa que as unidades que plantam o milho, conseguem plantar 1.00 a 2.00 tarefas por dia, com jornada de trabalho variando de 6:00 a 8:00 horas. A produção maior é observada nas unidades que possuem burros, que cultivam áreas maiores e que geralmente contratam trabalhadores para auxiliar no plantio.

. PLANTIO DO FEIJÃO

Esse plantio se concentra no mês de maio, é feito em pequenas áreas, que as vezes são roçadas antes do plantio. As UPAs conseguem plantar normalmente em um dia de trabalho 0.5 a 1.0 tarefa, numa jornada de trabalho que varia de 4:00 a 8:00 horas, em função da força de trabalho disponível e do tamanho pequeno da área plantada. O feijão é plantado em covas distanciadas cerca de 0.5 metros uma das outras, e o instrumento utilizado no plantio é a enxada. É uma atividade que envolve tanto a mão de obra feminina como a masculina existente na propriedade.

. PLANTIO DO ARROZ

Esse plantio é feito nas áreas onde o extrativismo da castanha é inexpressivo, por produtores de origem nordestina, que geralmente cultivam áreas maiores. É feito nos meses de janeiro e fevereiro, se utilizando no seu cultivo tanto a enxada como as cultivadoras manuais do tipo tico-tico. Nesse plantio a jornada de trabalho se prolonga além das 8:00 horas e a produtividade nas unidades pesquisadas é muito variável, sendo superior a 1.0 tarefa por dia de trabalho. O interessante, é que na área onde o extrativismo é mais intenso, essa cultura não é cultivada.

3.1.1.3-TRATOS CULTURAIS DA ROÇA

Após o plantio, os cuidados com a roça se resumem basicamente a capina. A principal praga que ataca a roça é a saúva e ainda são poucas as UPAs que fazem o controle dessa praga, através de iscas químicas. não se verifica a incidência de outras pragas causando prejuízos relevantes a lavoura, pois o espaço pequeno

ocupado pela roça na floresta, não provoca grande desequilíbrios na população de insetos. São raras as queixas de ocorrência de pragas causando grandes prejuízos econômicos ao roçado, além da saúva.

Assim o principal trato cultural que a roça recebe é a capina, sendo que cada cultura tem a sua época adequada de capina conforme se verificou nas UPAEs pesquisadas.

.A CAPINA DA MANDIOCA: nesta atividade participa toda a força de trabalho familiar (feminina, masculina e dos filhos e filhas). A capina da mandioca se concentra nos meses de julho a agosto com maior freqüência, muito embora um número significativo de UPAEs façam uma capina também em março. Essa capina de março com mais freqüência é feita em áreas de capoeira onde a infestação de ervas daninhas se dá com maior rapidez que nas áreas de máticas. Na capina de março a força de trabalho feminina é que predomina, considerando que a mão de obra masculina se encontra ocupada com a coleta da castanha.

Os instrumentos de trabalho utilizados na capina da mandioca são a enxada e o terçado. Nessa atividade, se verificou que com maior freqüência as UPAEs conseguem capinar 0.25 a 0.5 tarefas, com uma jornada que se prolonga de 6:00 a 8:00 horas diárias de trabalho.

.A CAPINA DO MILHO: esta atividade se concentra no mês de fevereiro, muito embora se prolongue no mês de março. As UPAEs conseguem capinar num dia de trabalho com jornada que se prolonga até as 8:00 horas diárias, uma área de 0.5 tarefas. É uma atividade que envolve o trabalho do chefe e dos filhos, embora o

trabalho da companheira e filhas também se faça presente, com uma menor freqüência. Nesta capina o instrumento principal utilizado é a enxada.

.A CAPINA DO FEIJÃO: essa atividade se prolonga do mês de maio a julho, envolve principalmente o trabalho masculino embora as mulheres participem dessa atividade com um menor freqüência. O instrumento utilizado é a enxada, e a produtividade do trabalho nessa capina é de 0.5 tarefa por uma jornada de 4:00 a 6:00 horas diárias de trabalho das UPAEs da região.

3.1.1.4-A COLHEITA DA ROÇA

Para os membros das UPAEs, este é o momento em que se materializa o resultado do trabalho gasto na instalação e manutenção da roça. Materialização esta, em produtos que poderão ou não serem mercadorias. Esses produtos também tem épocas e duração de colheita diferenciadas, podendo alguns serem colhidos de uma única vez e outros se permitirem a uma permanência maior no roçado, sendo colhidos gradativamente de acordo com as necessidades das UPAEs.

A possibilidade de uma maior flexibilidade na colheita, permite a determinadas culturas terem uma importância ampliada nas UPAEs, pois além da sua condição de produtoras de produtos de consumo imediato, ou de mercadorias que serão trocadas nos mercados. Terão também uma importância fundamental no processo de reprodução da unidade de produção, uma vez que garantem uma estabilidade ao agricultor durante o decorrer do ano, ao se permitirem a uma colheita de forma administrada por esse trabalhador no decorrer do ano. Essa características é o que faz da mandioca a cultura principal na roça desse trabalhador, pois

lhe confere uma certa segurança, de que poderá se garantir durante alguns meses na propriedade, quando ele percebe que a sua roça de mandioca já pode começar a ser colhida.

.A COLHEITA DA MANDIOCA: é uma atividade realizada e administrada de acordo com as necessidades da UPAs durante o ano, seja para o seu suprimento de farinha, ou seja para a troca por outros bens necessários a UPAs. As raízes colhidas serão transformadas em farinha, que é um alimento fundamental na dieta alimentar da população rural amazônica. Assim, a quantidade de raiz colhida é a quantidade necessária para abastecer de farinha a unidade, até a próxima farinhada, e se tirar um excedente ao consumo da unidade para vender no mercado e comprar algum outro produto necessário a reprodução da força de trabalho familiar.

A colheita da mandioca é feita na região durante o ano todo. Essa atividade envolve o trabalho de todos os membros em condição de trabalho da unidade produtiva. A quantidade de área colhida é frequentemente em torno de 0.1 tarefa em cada dia de colheita, o que vai representar de 200 a 300 kg de raízes, numa jornada de trabalho que oscila frequentemente entre 2:00 a 3:00 horas, ou seja uma jornada matinal de trabalho. Os instrumentos utilizados na colheita são o terçado, a enxada e o paneiro jamaxi onde são carregadas as raízes. Cada paneiro comporta 60 kg de raízes. Essas raízes são levadas para a casa de farinha onde parte dela é colocada de molho em poços ou córregos, e a outra parte vai para o beneficiamento na casa de farinha, onde se juntará a uma parte que foi colocada para macerar e fermentar previamente.

A colheita durante o mês é feita em função da capacidade da casa de farinha e das necessidades da família, podendo ser mensal

quinzenal, ou semanal de acordo também com as necessidades das outras atividades das UPAsEs.

.COLHEITA DO MILHO: se concentra no mês de outubro, iniciando em setembro. Se observa que assim que as espigas se encontrem maduras, os produtores fazem a quebra do pedunculo para elas secarem no campo até a colheita.

Participa dessa atividade tanto a mão de obra masculina como a feminina. É uma operação manual, onde se utiliza as vezes o paneiro jamaxi para carregar, ou as vezes de amarra com as próprias palhas para carregar. A jornada de trabalho nessa atividade é de 6:00 a 8:00 horas, e nessa jornada se consegue colher na maioria das unidades pesquisadas, uma área de 0.5 a 1.0 tarefa de roça.

.A COLHEITA DO FEIJÃO: é feita nos meses de agosto a setembro. É feita manualmente, nessa atividade participam tanto o trabalho masculino como o feminino. A produção é colocada em sacas para ser carregada. A colheita da área é feita durante várias vezes, pois as vagens não amadurecem de uma única vez. Num dia de trabalho com jornada acima de 6:00 horas se consegue colher na maioria das UPAsEs uma área de 0.25 a 0.5 tarefas dependendo da força de trabalho utilizada.

Após a colheita a produção é levada para a residência para a secagem e posterior beneficiamento.

.A COLHEITA DO ARROZ: essa atividade se concentra os meses de março a abril, talvez seja uma das razões de ser uma cultura não cultivada nas áreas onde é forte a coleta da castanha. A colheita é feita com o terçado e em alguns casos com

a utilização da foice, se conseguindo colher nas unidades que cultivam essa cultura uma área de 0.5 tarefa numa jornada de 6:00 a 8:00 horas. O arroz colhido é amontoado em medas e deixado secar no campo até o transporte para a residência. Nessa atividade é envolvido tanto o trabalho masculino como o feminino.

3.1.1.5-BENEFICIAMENTO DOS PRODUTOS DA ROÇA

As atividades de beneficiamento da produção agrícola nas UPAsEs se resumem basicamente a debulha do milho, descascamento do feijão e a fabricação da farinha que é a principal atividade transformadora da produção agroextrativista nas UPAsEs da região.

As atividades de beneficiamento do milho e feijão na propriedade se concentram no mês de outubro, envolve pesadamente o trabalho feminino, e se consegue uma faixa de 50 a 100kg de grãos beneficiados, numa jornada de trabalho de 8:00 a 10:00 horas. É uma atividade manual descontínua, permeada por outras atividades de cunho doméstico.

.O BENEFICIAMENTO DA MANDIOCA: essa merece um pouco mais de atenção na análise, já que se configura na principal atividade transformadora de produtos produzidos nas UPAsEs, se realizando nas casas de farinhas, também chamadas de retiros. Essas instalações para o beneficiamento existem na região como propriedade familiar, embora atendendo mais de uma família, ou em algumas vilas, como comunitárias, atendendo todas as famílias. As casas de farinhas familiares ficam geralmente próximas as roças, enquanto que as comunitárias ficam nas vilas. As comunitárias exigem uma maior quantidade de trabalho no transporte das raízes das roças para a vila, embora muitas das vezes esse mais trabalho seja compensado pela diminuição do esforço em outras fases do

processo de beneficiamento, pelas condições de maior mecanização.

A fabricação da farinha envolve toda a força de trabalho familiar em jornadas de trabalho que se prolongam as 12:00 horas diárias de trabalho. Esse dispêndio muito grande de trabalho se deve ao caráter manual da maioria das atividades nas casas de farinha da região.

As principais etapas da fabricação da farinha, após as raízes se encontrarem no local de trabalho são:

..DESCASCAMENTO DAS RAÍZES: é uma atividade que envolve o trabalho das crianças e mulheres principalmente. É realizada com facas, terçados e as vezes tampas de lata de conserva e consome um tempo muito grande de trabalho, sendo que em 4:00 horas de trabalho as UPAEs conseguem um rendimento de 200 a 300 kg de raiz, num trabalho envolvendo 2 a 3 trabalhadores.

..RALAGEM: na região esta etapa é realizada desde o ralo feito pelo próprio produtor ao catetu motorizado a gasolina. Dessa forma, o rendimento varia muito de unidade para unidade. Sendo que as casas de farinha com catetu motorizado conseguem uma faixa de 150kg de raiz por hora de trabalho, envolvendo o trabalho de apenas uma pessoa, enquanto a ralagem por outros processos envolve o trabalho de mais de uma pessoa, e tem uma produtividade muito inferior.

..MACERAÇÃO E FERMENTAÇÃO: consiste em colocar parte das raízes de molho em poços, tanques ou córregos num espaço de 4 a 7 dias. Essa parte de raízes é descascada manualmente pois as cascas soltam facilmente. Após o descascamento as raízes são amassadas ou raladas para serem misturadas com a massa ralada de raízes não maceradas.

..MISTURA: nessa fase a massa macerada é misturada com a massa não macerada em proporções variadas de 25% a 50%. Também a farinha as vezes é feita sem nenhuma mistura com massa macerada, na chamada farinha seca. Os produtores de origem nordestina preferem a farinha seca. Enquanto os produtores da região preferem a farinha d'água ou misturada. A mistura é feita em cocho de madeira cavada.

..PRENSAGEM: é a etapa que tem como objetivo reduzir a umidade da massa. Na região é feita em tipiti, que um instrumento feito de fibras vegetais de palmeiras, ou em prensas feitas de madeira, do tipo arapuca. O resíduo da prensagem é utilizado na alimentação regional sendo as vezes levado para vender na cidade, conhecido como o tucupi.

..A TORREFAÇÃO: é a fase posterior a prensagem onde a massa é torrada em tachos feito de latão e aquecidos com lenha. É uma atividade desenvolvida com mais freqüência pelo trabalho masculino, é um trabalho feito sobre uma temperatura elevada pois tem que se mexer do início ao fim a massa que está sendo torrada. Após a torrefação, a farinha é colocada em cochos de madeira para resfriar, e para depois ser armazenada até a venda ou o consumo. O tempo gasto para torrar uma fornada de farinha é de 2:00 horas.

Na maioria das UPAsEs, a quantidade de farinha produzida em um dia de trabalho é de 60 a 100 Kg, essa variação é determinada pela condições que a casa de farinha oferece na fase de ralagem das raízes, e na fase de torrefação, em função do tamanho do forno que varia de 1, 1.5 ou 2.0 alqueires. Cada

alqueire representa 30 kg de farinha.

Quando o produtor necessita de uma quantidade maior de farinha, no caso de ir levar para vender na feira, a torrefação é deixada para o dia seguinte, ficando toda a massa já preparada.

3.1.2-O SITIO OU POMAR CASEIRO

Neste espaço das UPAEs é onde o trabalhador da floresta planta as suas fruteiras. É um espaço que extrapola a simples área do quintal, pois as fruteiras são cultivados também nas roças, próximo aos retiros, casas de farinha, e as antigas áreas de residência e roçado dos ancestrais, onde ficaram algumas fruteiras plantadas. Assim, os espaços ocupados pelas fruteiras nos retiros, antigas roças, ou residências abandonadas pelos antepassados (pais, principalmente) são denominados de "sítios".

Esses sítios são espaços muitas das vezes considerados como herança dos antepassados, embora desprovidos de uma garantia jurídica formal. No fundo representam um valor cultural, pois além de serem espaços de produção de alimentos que são consumidos e as vezes até comercializados, significam também algo mais, como uma lembrança, uma história, e dessa forma são mantidos, expandidos, conservados e colhidos.

As principais fruteiras cultivadas nas UPAEs pesquisadas, no espaço da roça, são a banana e o abacaxi. Sendo que em algumas comunidades, onde se torna quase que impossível o cultivo da mandioca, a banana ocupa o lugar que em outras condições seria ocupada pela mandioca, pela possibilidade de produção durante o ano todo, ofertando uma produção de caráter mensal, que pode dessa forma ser administrada facilmente pela UPAEs. No espaço próximo a residência, se observa o cultivo das plantas cítricas

como a laranja o limão e a tangerina, abacateiros, mangueiras, a goiabeira e as vezes o cupuaçuzeiro, essas espécies são também plantadas próximos aos retiros e casas de farinha.

As fruteiras são cultivadas em pequenas quantidades, ou seja, visando prioritariamente o autoconsumo, embora com a facilidade que vem se tendo no acesso aos mercados da sede do Município e a feira de produtores em Macapá, a comercialização dos excedentes vem aumentando. A banana já adquire um caráter mais comercial que as outras frutas, sendo que na vila da Padaria ela tende a ocupar a função e a importância da mandioca, no fornecimento de uma pequena renda mensal para o trabalhador comprar outros gêneros de primeira qualidade.

As frutas nas UPAsEs são principalmente consumidas pelas crianças, que também são as responsáveis principais pelas colheitas.

Na instalação e manutenção dos sítios e pomares, o trabalho feminino e das crianças predominam nas unidades pesquisadas. O plantio das fruteiras se concentra no início da estação chuvosa, no mês de janeiro, se prolongando até março. As fruteiras são plantadas em covas com dimensões variadas numa média de 50cm em todos os lados. O instrumento utilizado na abertura das covas é a enxada, se conseguindo plantar na maioria das UPAsEs uma faixa de 10 a 20 fruteiras, numa jornada de trabalho que vai de 2:00 a 3:00 horas. Nesta atividade participa tanto a mão de obra masculina como feminina disponível na UPAsEs.

Quanto aos tratos culturais, nos sítios consiste basicamente da capina, que é feita durante o ano todo, de acordo com a disponibilidade de mão de obra da UPAsEs. Se capina num dia de

trabalho uma faixa de 10 a 20 fruteiras, se utilizando como instrumentos de trabalho a enxada e o terçado.

A colheita das fruteiras é feita durante o ano todo, sendo que cada espécie tem uma época específica para a sua colheita. As frutas colhidas são na maioria dos casos para o consumo da propriedade, embora a comercialização vem sendo feita em escala crescente com a melhoria das condições de acesso desses produtores aos mercados do município e de Macapá. O quadro a seguir mostra as principais fruteiras e as suas quantidades nas UPAES pesquisadas.

QUADRO XVII- PRINCIPAIS FRUTEIRAS CULTIVADAS NOS SÍTIOS

| FRUTEIRA DOS SÍTIOS | ESTRATO MAIS SIGNIFICATIVO | UNIDADES DE PRODUÇÃO % | UNIDADES QUE NÃO PLANTAM |
|---------------------|----------------------------|------------------------|--------------------------|
| Abacate | 1 - 10 pés | 36,0 % | 48,0 % |
| Cupuaçu | <10 pés | 36,7 % | 34,6 % |
| Tangerina | até 10 pés | 53,0% | 18,3 % |
| Laranja | até 20 pés | 47,0 % | 12,2 % |
| Limão | até 10 pés | 56,0 % | 30,0 % |
| Manga | até 20 pés | 62,0 % | 36,0 % |

3.1.3-A CRIAÇÃO DE ANIMAIS

O quintal é o espaço onde além de se cultivar algumas fruteiras, alguns canteiros de hortaliças plantas medicinais, e algumas plantas ornamentais, serve também para se criar pequenos animais como pato, galinhas e porcos. Esses animais são criados

numa quantidade muito pequena e são destinados ao consumo emergencial, quando da impossibilidade de caçar e pescar, durante os períodos pós-parto, ou quando acontece os casos de doenças nas UPAEs. A criação das aves é muito dependente do plantio de milho, pois o ano que o plantio do milho vai mal, a criação de aves de reduz, pois o milho é o principal alimento das aves.

Os cuidados com o quintal e com as criações geralmente fica a cargo das mulheres e crianças, que mantém limpa as plantas do quintal, dão comida para os animais, cuidam da reprodução dos mesmos, abrigos, etc.

Nas UPAEs pesquisadas, predomina uma faixa 20 a 30 bicos de galinhas e de 4 a 8 patos. Já a criação de porcos são poucas as UPAEs que criam em função dos conflitos criados em função de estragos as roças.

Na criação de animais, apesar da grande importância que o burro tem no transporte das castanhas da mata para a vila, poucas são as unidades que possuem burros. E as que possuem esse animal, são de propriedades de compradores de castanha, ou de produtores que estão iniciando na atividade de compra da produção coletada dos que não possuem.

3.2-AS ATIVIDADES EXTRATIVISTAS

Nas Unidades de Produção Agroextrativistas, essas atividades se desenvolvem em espaços florestais, onde a natureza oferece de forma concentrada, as espécies fornecedoras de produtos necessários para o uso direto no autoconsumo da UPAE, ou para o mercado, onde serão trocados por outras mercadorias ou serviços necessários ao funcionamento e manutenção da Unidade Produtiva.

Esses espaços florestais são denominados de pontas: ponta de castanhal, ponta de açazal, ou estradas no caso da seringueira. São espaços, que na maioria dos casos, apresentam algum tipo de delimitação que garanta a utilização privada dos seus recursos naturais, embora para algumas espécies seja um espaço não delimitado que funciona no usufruto de toda comunidade, como no caso da caça, cipós, palhas, etc.

O rio funciona como um espaço amplo, não delimitado de uso comum, assim como também a floresta numa visão mais ampla, excluindo-se os espaços privados das roças, das pontas, das estradas de seringueiras, dos sítios, dos quintais, dos retiros, respeitando-se a utilização privada do produto específico daqueles espaços, por exemplo: em algumas comunidades, a ponta de castanhal funciona como propriedade privada, enquanto espaço de coleta da castanha, porém enquanto área de caça ou de coleta de cipó, funciona como espaço de uso comunal.

Neste sub-tópico discutiremos com mais profundidades os aspectos ligados a coleta da castanha por ser o principal produto extrativista da região sob o ponto de vista econômico-social, envolvendo durante a sua safra o trabalho de quase todas as UPAs

da área pesquisada.

Na região, existe um outro produto extrativo que foi mais importante que a castanha na ocupação econômica da região: a borracha, e que, embora persistindo o seu grande potencial produtivo, nos últimos anos não está sendo explorada em função do seu preço se encontrar em baixa nos mercados. Sendo assim, a borracha natural da região será tratada marginalmente neste estudo, apesar da sua importância histórica, para o Sul do Amapá.

O quadro a seguir nos dá uma idéia dos principais produtos coletados nas UPAs estudadas na região:

QUADRO XVIII-PRINCIPAIS PRODUTOS COLETADOS NAS UPAs

| PRODUTOS | ESTRATO DE MAIOR FREQUÊNCIA | UNIDADES FAMILIARES % | NÃO SABEM OU NÃO COLETAM |
|-----------|-----------------------------|-----------------------|--------------------------|
| Castanha' | 51 - 150 HL | 42,0 % | 16,0 % |
| Açaí | até 100 LATAS | 34,0 % | 42,0 % |
| Bacaba | até 20 LATAS | 10,0 % | 80,0 % |
| Cipós | 10 - 20 kg | 10,2 % | 81,6 % |
| Caça | até 100 kg | 32,0 % | 36,0 % |
| Pesca | 100 - 300 kg | 32,0 % | 40,0 % |
| Andiroba | > 2 litros | 16,0 % | 80,0 % |

Nos parece provável, que a diversidade biológica existente nas florestas do Sul do Amapá, permitindo a existência de um número muito grande de espécies de potencial econômico, que com o tempo deverão ser demandadas pelo mercado, faça com que sejam constituídos novos espaços produtivos para as atividades de coleta das UPAs na região. Nesse movimento é provável que alguns

espaços que hoje são importantes sejam abandonados, como no caso dos seringais ou pode ser até que espaços que hoje estão abandonados sejam reativados, como os balatais, massarandubais etc. Tanto é, que existe uma preocupação muito grande dos produtores que moram na Reserva Extrativista, em reativar a exploração das espécies florestais, que não estão sendo exploradas.

Atualmente, na região os principais espaços produtivos extrativistas estão sendo o castanhal como espaço de coleta para mercado, o açazal e os espaços de caça e pesca para o autoconsumo das UPAs.

3.2.1-O CASTANHAL

Neste espaço é onde se desenvolve a principal atividade para mercado da UPAE. Na região existe 2 formas de relações de propriedade com este espaço da floresta: a forma comunal e a forma privada de uso. Ou seja, os castanhais de avanço e as colocações ou ponta de castanhais particulares.

O CASTANHAL DE AVANÇO: se observou nas comunidades de Jarilandia, Santarém e Acampamento esse tipo de relação com o espaço florestal. No castanhal de avanço, não existe a figura de um proprietário da produção de castanha que ali existe, esta é de quem coletar primeiro. Como os castanhais de avanço dessas comunidades são pequenos quanto aos seus volumes de produção, se percebe constantes conflitos entre os coletores, pois os castanheiros tentam chegar o mais cedo possível na área de coleta, coletando o máximo possível e amontoando em determinados locais para posteriormente fazerem a quebra. E enquanto se está juntando vem outro castanheiro e carrega o que já foi amontoado.

Assim, nesses castanhais existe uma concorrência muito grande e conflituosa pela produção de castanha.

O CASTANHAL PARTICULAR, COLOCAÇÃO E PONTA DE CASTANHAL: esse tipo de relação de propriedade se observa nas áreas de maior produção de castanha, onde os castanhais funcionam como propriedade privada, ou seja a produção do castanhal passa a ter donos, havendo um certo respeito a propriedade privada dessa produção. Esse processo tem relação direta com a fase de exploração da Empresa Extrativista, que distribuía os castanheiros em colocações, onde ficavam responsáveis em coletar a produção desses espaços, que eram vendidas a empresa. Assim os castanheiros ficavam responsáveis pela coleta na mesma colocação em várias safras da castanha, criando vínculos de trabalho que foram se constituindo em vínculos de posse. Com a venda do controle da região ao Projeto Jari, os extrativistas que permaneceram na região, continuaram nas suas colocações e alguns ocuparam também as dos que foram embora, passando a arrendá-las na época da safra aos trabalhadores que voltavam a região.

Com o tempo, visando salvaguardar os seus direitos de propriedade (não comprovados juridicamente na região), o Projeto Jari, através de seus advogados passa a dar uma autorização escrita de uso dos castanhais aos extrativistas, ressaltando nessa autorização, que os extrativistas não teriam direito a indenizações das benfeitorias por eles construídas, quando a Empresa viesse a precisar das referidas áreas. Apesar dessa autorização não ter um valor jurídico, e se destinar a criar na região um efeito psicológico da posse não comprovada da Empresa, passou a valer como o documento que regula o domínio privado da

produção de castanha nos castanhais da região.

Nos anos mais recentes se estabeleceram alguns conflitos nessas posses, quando alguns extrativistas fizeram cadastro para pagamento de ITR, junto ao INCRA e nas dimensões cadastradas passou a se abranger colocações de outros, em função do cadastramento utilizado pelo INCRA utilizar as delimitações geométricas tradicionais na demarcações de glebas (forma retangular).

As chamadas colocações ou castanhais individuais, são espaços da floresta onde as castanheiras se encontram concentradas, logo, obedece as formas geométricas mais diversificadas. A delimitação de uma colocação para outra se dá por espaços de florestas onde não existem castanheiras, ou ainda por igarapés dentro da mesma concentração de castanheiras. Essas colocações são subdivididas em espaços denominados de "pontas de castanhais", que são os espaços delimitados por alguns acidentes geográficos como baixões, ou por concentrações de outras espécies vegetais como tabocais e cipozais, ou ao redor de algum ponto de referência.

Essas pontas de castanhais, geralmente os pais passam para os filhos que vão se tornando adultos e permanecem na região, ou ainda são cedidos por falta de força de trabalho familiar para explorá-las, a outros trabalhadores. Essa cessão, em alguns casos, se configura em uma forma de arrendamento pago em castanha.

3.2.1.1-AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA COLETA DA CASTANHA

As atividades que culminam com a oferta da riqueza

extrativista, incorporando trabalho num produto natural ofertado pela natureza, antecede e precede o simples trabalho de coleta que se apresenta a primeira vista. Existe uma série de atividades que consomem trabalho do produtor extrativista, e que exigem um determinado saber, aprimorado pela experiência acumulada por esses trabalhadores rurais, ao longo dos anos e de gerações envolvidas com a produção da riqueza extrativista. São atividades que vão se desenvolvendo concomitantes ou não a atividade de coleta da castanha, mas que são hoje, necessárias no atendimento às necessidades de oferta do produto castanha. Para tornar didática essa exposição, vamos tentar relacionar essas atividades, sob a forma de um calendário, exposto a seguir:

QUADRO XIX-CALENDÁRIO DO EXTRATIVISMO DA CASTANHA

| ATIVIDADES | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
|-------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|
| 1-LIMPEZA DE ESTRADAS | XXX | XXX | XXX | | | | | | | | | XXXX |
| 2-CONSTRUÇÃO DE RETIRO | XXX | XXX | | | | | | | | | | XXXX |
| 3-CONSTRUÇÃO DE PAIOL | XXX | XXX | XXX | XXX | | | | | | | | |
| 4-CONFEÇÃO DE PANEIROS | XXX | XXX | | | | | | | | | | XXXX |
| 5-DESLOCA. AO CASTANHAL | XXX | XXX | XXX | XXX | XXX | XXX | | | | | | |
| 6-COLETA DE OURIÇOS | XXX | XXX | XXX | XXX | XXX | XXX | | | | | | |
| 7-QUEBRA DE OURIÇOS | XXX | XXX | XXX | XXX | XXX | XXX | | | | | | |
| 8-TRANSP. PARA O PAIOL | | XXX | XXX | XXX | XXX | XXX | | | | | | |
| 9-TRANSP. PARA VENDA | XXX | XXX | XXX | XXX | XXX | XXX | | | | | | |
| 10-LAVAGEM | | XXX | XXX | XXX | XXX | XXX | | | | | | |
| 11-VENDA | XXX | XXX | XXX | XXX | XXX | XXX | | | | | | |

Conforme se pode observar, o extrativismo da castanha concentra suas atividades no primeiro semestre de cada ano, sobrecarregando a unidade de produção em atividades consumidoras de trabalho, conforme veremos na descrição que faremos de cada atividade nos seus aspectos fundamentais enquanto utilização da força de trabalho extrativista.

. LIMPEZA DE CAMINHOS E ESTRADAS DOS CASTANHAIS

A atividade de coleta da castanha exige do trabalhador um movimento constante dentro da floresta, seja coletando os ouriços, seja no transporte das amêndoas, ou ainda na busca de alimentos através da caça, ou coleta de frutos e outros produtos florestais importantes na reprodução desse trabalhador e de sua família. Isto exige do extrativista, mesmo considerando a sua destreza em se movimentar dentro da floresta, um mínimo de manutenção e limpeza dos principais caminhos e estradas por onde ele se desloca movimentando um produto da floresta, que vai pouco a pouco absorvendo trabalho e tomando a forma de mercadoria, que passa a ter um valor, que se materializará nos diversos mercados por onde circulará e em novos processos a que se submeterá, agregando mais trabalho, e concomitantemente aumentando a magnitude desse valor.

Essa atividade de limpeza se desenvolve na região do Jari, de dezembro a março, absorvendo exclusivamente a força de trabalho masculina da unidade de produção extrativista, envolvendo o chefe, os filhos, e os vizinhos algumas vezes, em algumas comunidades através do mutirão. Em poucas unidades

pesquisadas se observou a utilização de empregados. O uso do trabalho assalariado foi detectado em unidades extrativistas de compradores locais de castanha.

O instrumento de trabalho utilizado nessa atividade é o terçado ou facão. Na pesquisa se observou que nessa atividade, a maioria das unidades extrativistas, tem a sua força de trabalho utilizada numa faixa de 6 à 8 horas por dia de trabalho limpando nessa jornada, cerca de 50 a 100 metros de estradas e varadouros por hora. Em algumas unidades essa limpeza é feita concomitantemente a coleta.

.CONSTRUÇÃO DE RETIRO

O retiro é denominação dada a estrutura produtiva que serve ao extrativista para se agasalhar na época da coleta da castanha. É uma espécie de barraco, ou "tapiri" na denominação amazônica, construído, com madeira roliça, com cobertura de palha, assoalhada com jussara ou paxiúba (troncos de palmáceas partidos). Esses barracos geralmente tem pouca ou nenhuma divisão, face ao seu caráter provisório e apresenta uma grande adequação ao clima da região em função do material utilizado na construção.

O retiro é uma necessidade produtiva na coleta da castanha, em função da forma de organização dos extrativistas em vilas, que ficam muitas das vezes distantes dos castanhais, o que obriga aos extrativistas passarem de 1 a 2 semanas nos centros durante o período de coleta da castanha.

Os trabalhos de construção ou reforma dos retiros se concentram nos meses de dezembro a fevereiro, e é um trabalho essencialmente masculino que envolve principalmente os chefes de famílias e os filhos homens com uma carga de trabalho diária de 6

a 8 horas. É uma instalação que utiliza muito pouco insumo industrializado, ou seja, as vezes alguns pregos, além dos instrumentos de trabalho usuais, como machado, terçado e martelo, que se conjugam a um saber acumulado sobre os cipós, madeiras e palhas que estão disponíveis na floresta e podem ser usados eficientemente para atender as necessidades que o processo de produção da riqueza extrativista impõe ao seu produtor primário.

.CONSTRUÇÃO DE PAIÓIS

O paiol é uma estrutura produtiva que serve como armazém temporário para a castanha. Concentrando a produção, que fica armazenada até o transporte para os locais de embarque, e dessa forma, protegida de animais roedores como a cotia e outros. É uma área cercada com dimensões de 2.0x2.0m, assoalhada na altura do solo e protegida por uma cerca com a altura de 1.0 à 1.5m. com troncos lascados de palmáceas (jussara ou paxiúba), ou ainda de madeira branca. Essas dimensões sofrem variações, de acordo com a conveniência de cada unidade de produção, e a sua quantidade depende do tamanho de área e da dispersão do castanhal, numa forma de racionalizar o trabalho, já que cada estrutura atende a uma determinada área do castanhal, ou um determinado número de castanheiras. Nas comunidades onde o castanhal fica próximo as residências, ou onde o volume de produção é pequeno, essa estrutura produtiva é dispensável. Nesses casos a produção é armazenada na própria residência do trabalhador. Geralmente, para cada ponta de castanhal se constrói um paiol.

Essa estruturas, por ficarem expostas as intempéries, são renovadas a cada 1 ou 2 safras, e são construídas e/ou reformadas nos meses de janeiro a abril, na época da coleta, de acordo com

as necessidades de cada safra.

Na construção dos paióis, se observou, que esse trabalho é essencialmente masculino, sendo executado pelo chefe com os filhos homens, se verificando em algumas comunidades a utilização do mutirão, e ainda o uso do trabalho assalariado em 4 unidades pesquisadas (de compradores), e o trabalho de pessoas mais idosas do sexo masculino, como o pai do chefe ou o sogro. A jornada diária de trabalho média nessa atividade é de 6 horas se produzindo 1 paiol/dia de trabalho na maioria das UPAs. Nessa atividade os instrumentos de trabalho utilizados são essencialmente o terçado e o machado.

.CONFEÇÃO DE PANEIROS

Nos trabalhos de coleta da castanha, os paneiros tem uma importância muito grande, funcionando como uma espécie de instrumento de trabalho, utilizado desde o momento da coleta no ouriço, na quebra e no transporte das amêndoas para o paiol e em muitos dos casos para a venda. Nos trabalhos com a castanha nós observamos basicamente dois tipos de paneiros, sendo um utilizado na coleta e no transporte, e o outro utilizado durante a quebra do ouriço.

O paneiro de transporte é feito de cipós mais resistentes como o cipó Ambé e o cipó Titica, que no processo de tecelagem, envolvem nos lados dos paneiros 4 a 6 varas que servem de suporte de fixação e de pés. Esse paneiro chamado em algumas regiões de jamaxi, possui atacações feitas de fibras vegetais para a cabeça e os ombros, que servem para distribuir melhor o peso da carga por partes do corpo do trabalhador, lhe dando uma maior estabilidade no transporte de carga pelos mais diversos

tipos de relevo da floresta. Este tipo de paneiro mede em torno de 1.0 metro de altura, e são confeccionados para suportar um volume de 3.0 ou de 4.0 latas de 18.0 litros de castanha, essa capacidade é determinada pelas condições físicas do trabalhador, sendo observado em alguns locais a confecção de paneiros para 2.0 latas, que são utilizados por crianças.

O outro tipo de paneiro é um tipo comum, com cerca de 30.0 de altura, com um diâmetro aproximado de 50.0 cm. Este paneiro é confeccionado com cipós ou fibras vegetais menos resistentes, e é utilizado para se fazer a derrama das amêndoas após a quebra dos ouriços.

A época em que se concentra as atividades de confecção de paneiros, vai do mês de dezembro a fevereiro, embora o pique dessa atividade aconteça no mês de janeiro, envolvendo nessa atividade tanto a força de trabalho masculina como feminina, embora predomine o trabalho do chefe de família na confecção do paneiro de transporte, e a mão de obra feminina na tecelagem do paneiro mais simples. Os trabalhos de confecção dos paneiros vão desde o corte do cipó na floresta que exige um tempo de trabalho muito variável de comunidade para comunidade, em função da distância ao cipozal, porém nas observações verificamos situações exigindo na coleta do cipó e fibras vegetais, um tempo de 2:00 a 4:00 horas de trabalho. Com o cipó já cortado, se observou na maioria das UPAs entrevistadas, uma jornada de trabalho de oito horas, embora também seja elevado o número de unidades em que a utilização da força de trabalho na confecção de paneiros seja de quatro horas. Quanto a produtividade do trabalho nessa atividade verificamos uma produtividade de 0.5 a 1.0 paneiro por dia de

trabalho de uma pessoa, variação essa em função do tamanho da jornada e da destreza do trabalhador extrativista, neste momento um artesão.

.DESLOCAMENTO AO CASTANHAL

A partir do mês de janeiro, os trabalhadores extrativistas começam a entrar nos castanhais para a coleta da castanha, se prolongando nesses deslocamentos até os meses de maio a junho, dependendo do volume da safra.

A distância dos castanhais aos núcleos comunitários, fazem com que a freqüência dos deslocamentos dos trabalhadores de suas residências aos castanhais sejam diárias, semanais ou quinzenais. Essa freqüência determina a necessidade de retiros, paióis e a forma de organização do trabalho nas atividades de coleta, quebra e transporte da castanha.

No conjunto das UPAs pesquisadas na região, se observou que o tempo que se gasta no deslocamento da residência ao castanhal, em 34% das unidades é de meia à uma hora e meia de caminhada, enquanto 40% se encontra na faixa de uma hora e meia a três horas de deslocamento para os castanhais.

Ao se deslocar ao castanhal, o trabalhador extrativista leva além dos paneiros na costa, um terçado na mão e geralmente a espingarda.

.COLETA DOS OURIÇOS

De janeiro a junho se realizam na região os trabalhos de coleta da castanha, porém, no mês de janeiro a produção coletada ainda é muito pequena, em função do risco de vida que o trabalho nessa época representa para o extrativista, uma vez que os ouriços ainda estão caindo, e a partir das 9:00 horas é praticamente

impossível a permanência de qualquer pessoa em áreas de castanhais devido a queda contínua de ouriços, provocada pelos ventos. Porém os castanheiros para atender algumas necessidades imediatas, se arriscam, coletando o que é possível logo que amanhece o dia, antes de começar a ventar.

Na coleta do ouriço, se observa apenas o trabalho masculino do chefe e dos filhos, e essa atividade é feita utilizando a ponta do terçado ou o cambito. Sendo que o cambito é um instrumento feito no local, utilizando uma vara de aproximadamente 1.5m que é lascada em forma de garra, sendo amarrada com cipó num diâmetro que possibilite fixar os ouriços, que são depositados nos paneiros que estão atracados nas costas dos trabalhadores.

A madeira que é mais utilizada na confecção do cambito é a andirobinha, por apresentar uma boa elasticidade, necessária neste instrumento de trabalho, sendo que o cipó utilizado para fixar as garras é o ambé. O cambito é feito no próprio local, utilizando apenas o terçado, e o trabalhador gasta cerca de quinze minutos na sua confecção.

Quanto a opção entre o uso do terçado ou do cambito, podemos observar que nas regiões de pouca produção de castanha, como Jarilândia por exemplo, o terçado é o instrumento preferido na coleta, em contraste com o uso preferencial do cambito nas áreas de maior produção. Quanto as vantagens do uso do cambito em relação ao terçado, segundo os trabalhadores existem no mínimo três:

I-O cambito permite que se trabalhe sem curvar muito a coluna como acontece com o terçado, tornando o trabalho menos

cansativo, e não provocando dores colunares numa jornada extensa de trabalho.

II-O cambito pelo seu tamanho, permite ao trabalhador catar ouriços em locais cerrados e de difícil acesso para a utilização do terçado ou da mão, protegendo o trabalhador da picada de cobras e outros animais peçonhentos.

III-O cambito consegue catar tanto os ouriços novos como os velhos, o que já não acontece com o terçado que consegue fixar na sua ponta, apenas os ouriços novos, o que dificulta o seu uso perto do final da safra, quando as cascas dos ouriços já se encontram apodrecidas.

O tempo de trabalho na coleta é conjugado ao tempo de trabalho da quebra, e ambos são determinados pela distancia do castanhal a residência do trabalhador, havendo dessa forma, algumas possibilidades nesta conjugação:

I-O trabalhador passa um ou mais dias apenas coletando os ouriços, e um ou mais dias apenas quebrando e transportando a produção para o paiol. Essa possibilidade se aplica mais aos castanhais distantes dos núcleos comunitários, necessitando para isso paióis e retiros. Nesta forma de trabalhar, se verificou na pesquisa uma jornada diária oscilando entre 6:00 a 8:00 horas de trabalho, sendo que a produtividade de um trabalhador adulto nessa jornada de trabalho, oscila entre 30 a 60 paneiros de ouriço por dia, o que representará após a quebra de 4 a 8 barricas de castanha, sendo que essa grande variação é determinada principalmente pelo grau de concentração de castanheiras na floresta.

II-O trabalhador faz no mesmo dia a coleta, a quebra e o

transporte para o paiol. Essa forma de trabalhar tem a vantagem de diminuir os riscos do trabalhador ser picado por insetos ou cobras que se acumulam no meio dos ouriços que pernoitam amontoados na floresta. Nessa forma de trabalho, o trabalhador passa de 2:00 à 3:00 horas coletando e consegue juntar o suficiente para 2 a 3 barricas.

III-Ainda se observa uma terceira forma em castanhais próximo aos núcleos habitacionais, e em áreas de "castanhais de avanço", onde o trabalhador junta e quebra o suficiente para uma carga que ele possa transportar, geralmente 1 paneiro de "amêndoas". Para a carga de um paneiro de castanha ele junta 5 paneiros de ouriços, nesse caso a jornada de trabalho na coleta tem o seu tempo bastante reduzido.

.QUEBRA DOS OURIÇOS

Essa atividade do extrativismo da castanha, que se encontra conjugada a atividade de coleta dos ouriços, também é uma atividade que utiliza preferencialmente a força de trabalho masculina. Das unidades extrativistas pesquisadas, apenas em 5% se afirmou a utilização do trabalho da esposa e em nenhuma o trabalho das filhas.

Na quebra dos ouriços, que são amontoados em determinados locais da floresta durante a coleta, se utiliza como instrumento de trabalho uma machadinha ou as vezes o terçado e um pedaço de madeira ou pedra onde se apoia o ouriço a ser quebrado. Após a quebra do ouriço, se coloca as castanhas no paneiro pequeno até enchê-lo. Quando este paneiro fica cheio, o trabalhador despeja o seu conteúdo no paneiro de transporte. Esse trabalho é feito no interior da floresta e o extrativista trabalha sentado em um

banquinho improvisado para esse fim.

A jornada de trabalho nessa atividade é determinada pela distância do castanhal aos núcleos residenciais. Sendo que em um dia de trabalho utilizado exclusivamente na quebra, o tempo de trabalho diário vai de 6:00 à 8:00 horas, e um trabalhador adulto gasta na região em média uma hora e meia para quebrar uma barrica de castanha.

Na pesquisa se observou nas UPAEs que fazem apenas a quebra de ouriços no dia de trabalho, uma produção diária de 3 à 4.5 barricas e nas que juntam e quebram no mesmo dia, uma produção diária de 1 a 3 barricas. Essa grande variação dos resultados nas unidades de produção é determinada pela disponibilidade de força de trabalho das unidades de produção e das distancias aos paióis ou núcleos residenciais.

.TRANSPORTE PARA O PAIOL

Essa atividade é feita no mesmo dia da quebra, ou logo após a quebra, ou após a quebra de um paneiro de transporte, que o trabalhador despeja no paiol e retorna para continuar quebrando. A maioria das unidades pesquisadas gastam de uma à duas horas nessa atividade, para transportar o volume quebrado em um dia de trabalho.

.TRANSPORTE PARA A VENDA

O transporte da produção do paiol para a comunidade onde grande parte é comercializada, é feito pelo comprador ou pelo atravista dependendo da disponibilidade dos meios de transporte. O meio de transporte mais utilizado pelos compradores esse transporte ainda é o burro, embora mais recentemente com a abertura de ramais na região, os veículos automotores aumentaram

de importância nessa atividade.

As unidades de produção que se responsabilizam por esse transporte gastam de 3:00 à 4:00 horas nessa atividade por dia de trabalho. Na maioria das unidades pesquisadas, nesse intervalo de tempo se transporta de uma a duas barricas, já que um trabalhador adulto carrega no máximo uma barrica de castanha que pesa de 70 kg a mais, ou seja, o paneiro de transporte mais um saco com duas a três latas extras que vai amarrado sobre o paneiro ("à reboque" na linguagem dos extrativistas).

Nesse transporte, o trabalhador é obrigado a dar alguns "tombos" (terminologia usada para denominar as paradas para descansar) no caminho, nos locais certos para os "tombos", onde se encontram os "paus de descanso", que são forquilhas fincadas no solo para desatracar e pendurar os paneiros de carga durante os descansos.

.LAVAGEM

A lavagem das castanhas é uma atividade que precede a venda, uma vez que também é uma exigência do comprador, principalmente próximo ao final da safra, onde são separadas as castanhas estragadas. É uma atividade realizada no mesmo dia em que a castanha chega do paiol ou próximo a entrega ao comprador. Nas unidades pesquisadas, o tempo gasto nessa atividade oscila entre 1 a 2 horas, onde são lavadas na maioria dos casos, uma quantidade variando entre 10-15 barricas nesse espaço de tempo. Essa lavagem é feita nos rios e igarapés e envolve o trabalho do chefe de família e dos filhos homens.

.VENDA

A venda da produção extrativista na região acontece de

diversas formas, que vai desde a entrega do produto no paiol à entrega na sede do município, demandando assim, um tempo de trabalho muito variável nas UPAsEs.

Na entrega da produção no paiol, o comprador fica responsável pelo transporte, descontando esse serviço, no preço pago, sendo que o trabalho do produtor é utilizado como ajuda, no embarque da castanha.

Na entrega da produção na vila em que o trabalhador habita, além do tempo gasto no transporte, o produtor ajuda também a desembarcar o produto. Já na venda feita na sede do município, o trabalho consumido da unidade de produção é muito maior em função das dificuldades de transporte, que obrigam o produtor a permanecer alguns dias na sede municipal, consumindo muito tempo de trabalho da UPAsE, num período em que a necessidade dessa força de trabalho é muito alta, para atender a demanda das outras atividades produtivas.

Na pesquisa se observou que na maioria das unidades entrevistadas o volume de produção comercializado em cada venda fica na faixa de 10 à 15 barricas, e durante as boas safras a produção total comercializada fica na faixa entre 50 a 150 barricas na maioria das UPAsEs pesquisadas.

3.2.2-O SERINGAL NATIVO

Os seringais nativos, foram os espaços produtivos fundamentais na ocupação econômica do Sul do Amapá, durante a fase áurea da borracha, trazendo para a região os trabalhadores extrativistas, que submetidos ao esquema tradicional de aviamento, foram devassando a floresta, descobrindo novas

riquezas extrativistas que nos períodos anteriores ao Projeto Jari, também foram coletadas e comercializadas aumentando a riqueza dos patrões.

Apesar dessa importância histórica, nos últimos anos esses seringais foram abandonados, pois os baixos preços da borracha inibiram tanto a sua compra pelos regatões como a sua coleta pelos produtores agroextrativista. Assim, nas UPAEs essa atividade que se desenvolvia no verão vai sendo substituída por atividades agrícolas e pela coleta do açaí para mercado.

A situação ligada a posse dos seringais nativos se deu de forma semelhante a dos castanhais, isto é, os trabalhadores que foram deslocados para a região e alocados nas colocações com 2 estradas, após a chegada do projeto Jari e o abandono do extrativismo a nível empresarial, continuaram nas colocações, criando vínculos de posse com essas estradas, permanecendo com esse vínculo até então.

Após a instalação do projeto Jari, a compra do látex e da borracha passou as mãos dos regatões e pequenos comerciantes locais, que recebiam sob a forma de aviamento de grandes comerciantes de Belém e Macapá as mercadorias necessárias para aviarem os seringueiros da região. Esses aviamentos ocorreram até 1989, sendo a partir de 1990 abandonado pelo preço não compensador da borracha natural da região.

O espaço de trabalho diário no seringal é a estrada, que é um conjunto de seringueiras interligadas por um caminho, onde o seringueiro se desloca diariamente 2 vezes, uma para fazer o corte das árvores e após para recolher o látex. Cada colocação na região é composta de duas estradas, sendo sangradas em dias

alternados. Cada estrada tem um número variado de seringueiras, que na região vai de 100 a 140 árvores.

As atividades de coleta do látex na região, quando acontecem, se processam de forma similar a outras regiões da Amazônia, bastante discutida na literatura especializada da região, onde o seringueiro ainda de madrugada se desloca numa estrada, fazendo o corte das seringueiras com o facão próprio e afixando abaixo do corte a tigela de coleta. Para se descolar na floresta ainda escura, o seringueiro usa na cabeça uma lamparina a querosene ou óleo diesel que é chamada de poronga.

O corte das árvores que começa a 1:00 h a 2:00 h da manhã se prolonga até as 6:00 ou 7:00 horas. Terminando de fazer o corte, o trabalhador tira um pequeno espaço de tempo para descansar e merendar para em seguida fazer a segunda viagem para recolher o látex, nessa viagem ele leva um balde para coletar os látex da tigela. O trabalho de coleta se encerra por volta das 11:00 horas da manhã, e se consegue coletar num dia de trabalho uma faixa de 15 a 20 litros de látex que é misturado com o amoníaco para conservar até a entrega ao comprador. O amoníaco conserva o látex por até um mês segundo os seringueiros, que utilizam 1 kg de amoníaco para 1 lata de querosene de látex.

Em seringais mais distantes o látex passa por um processo de beneficiamento em defumadores e é comercializado como blocos ou bolas de borracha.

3.2.3-O AÇAIZAL

Este espaço produtivo vem ganhando importância econômica nas UPAsEs, principalmente nas regiões de várzeas no baixo e médio

Jari e Cajari. Esta importância vem se dando a medida em que as atividades nos seringais vão sendo abandonadas, e em virtude da grande devastação de açazais que aconteceram nas costas do Amapá nos últimos anos pelas empresas palmitieras, diminuindo a produção do açaí para vinho, que é um dos principais produtos na alimentação das populações amazônicas.

Os açazais se distribuem nas matas que margeiam os rios e igarapés da região, e o seu fruto que é transformado em vinho está presente quase que diariamente na alimentação das populações ribeirinhas.

A posse dos açazais é do tipo comunal na região quando na floresta, embora os açazais nativos ou plantados próximos as residências são considerados como propriedade privada do morador. Existe também alguns moradores que fizeram cadastramento no INCRA de áreas contendo açazais e reivindicam o direito do usufruto da produção nos açazais das áreas cadastradas, porém essa situação de posse não é tão significativa.

A região passou também por um processo de devastação de açazais para palmito por empresa clandestinas, porém, atualmente essa devastação vem diminuindo pela proibição e um maior controle por parte do órgão fiscalizador e dos extrativistas nas áreas da reserva extrativista.

Na região, a safra do açaí vai de dezembro a agosto, se concentrando a partir de fevereiro. Nos trabalhos de coleta o trabalhador leva apenas o terçado, uma peconha¹ e um saco de

1. Peconha: é uma espécie de instrumento de trabalho utilizado na coleta do açaí, que consiste em uma fita de fibra vegetal, que o trabalhador utiliza nos pés, para facilitar a subida nos açazeiros.

fibras plásticas ou um paneiro, utilizando também uma canoa para se deslocar ao açaizal. No açaizal, ao descobrir os cachos maduros, o trabalhador sobe na árvore utilizando a peconha e com o terçado ele corta o cacho, descendo da árvore com o cacho nas mãos. Ao descer ele debulha o cacho e coloca na saca os frutos que vão ser utilizados na fabricação do vinho. Numa jornada de 6 a 8:00 horas as UPAs da região coletam de 4 a 5 latas de 18 litros de açai em frutos. Para cada lata são necessários 2 a 3 cachos de açai. Dessa produção, uma lata vai ser utilizada no consumo da UPAs e o restante é vendido a compradores que levam para fazer vinho na sede do município ou em Macapá. As vezes a venda é feita na feira de agricultor ou para os compradores em Macapá, arcando a UPAs com o custo do transporte.

Uma lata de açai vai dar cerca de 5 litros de vinho. A fabricação do vinho acontece a partir do amolecimento dos frutos em água morna durante 15 minutos e posterior amassamento manual ou em amassadeiras mecanizadas utilizando a água para misturar com a massa, e depois passando por uma peneira de fibras vegetais onde são eliminadas as impurezas, ficando apenas o vinho que é tomado com farinha de mandioca, complementando as refeições das famílias nas UPAs.

3.2.4-OUTROS ESPAÇOS EXTRATIVISTAS DAS UPAs

A floresta e os rios ainda oferecem as UPAs da região outros espaços que são fundamentais na manutenção e reprodução social dessas unidades produtivas. Esses espaços funcionam em relações de uso comunal, como o espaço da caça, da pesca, coleta de palhas, cipós, madeiras, óleos, etc..

Das atividades que se desenvolve nesses espaços, a caça e a pesca parecem ser as mais importantes, pois permitem a UPAEs diminuir a sua dependência dos mercados nas compras de alimentos e permitem a força de trabalho familiar um não agravamento das carências nutricionais que certamente aconteceriam na impossibilidade dessas atividades.

Na caça é uma atividade onde predomina o trabalho exclusivamente masculino e é feita a noite na chamada "lanternagem", ou de dia com os cachorros. Tanto uma forma como outra exigem um saber muito grande tanto do conhecimento da floresta como do hábito dos animais a serem caçados. Durante a semana, essa atividade é feita durante uma a duas vezes na maioria das UPAEs, e os principais animais caçados são as cotias, pacas, e tatus. É uma atividade que demanda muito tempo de trabalho, geralmente uma noite toda ou um dia todo, dependendo da oferta de animais nos locais. Se verificou que geralmente o excedente da caça como da pesca não é salgado, é doado para os vizinhos, ficando os vizinhos quando conseguem caçar na obrigação de retribuir a oferta, isso é comum também acontecer na pesca, visto que essas atividades não tem ainda na região um caráter comercial. A caça é feita com armas de fogo, e a quantidade de caça conseguida anualmente na maioria das UPAEs pesquisadas, se situa ao redor dos 100 kg.

As atividades de pesca também podem ser noturnas ou diurnas, e envolvem tanto a força de trabalho masculina, como feminina das UPAEs, consome um tempo grande de trabalho, pelo rareamento dos peixes em determinadas épocas, principalmente no inverno quando as águas crescem e os peixes vão aos campos. Os principais

instrumentos de trabalho utilizados na pesca, além do bote e remo são as malhadeiras, linhas de pesca e anzóis, os espinhéis, zagaias, lanternas, terçados e as armadilhas feitas artesanalmente como o curral ou tapiri. A maioria das UPAs pesquisadas consegue pescar anualmente uma quantidade de peixes que se situa na faixa de 100 a 200 kg.

4-0 PRODUTOR AGROEXTRATIVISTA E OS MERCADOS

A comercialização é o momento em que o produtor extrativista se relaciona mais estreitamente com o mundo capitalista. E nesse momento em que se consolida o processo de expropriação do fruto do seu trabalho, através de mecanismos de troca onde esse extrativista dá mais do que recebe. É o momento em que ele vê e sente a desvalorização de seu trabalho, face as grandes dificuldades encontradas no momento de vender os seus produtos, onde se materializou uma grande quantidade de trabalho, muitas das vezes não reconhecida, por estar materializada em produtos resultantes da "simples atividade de coleta".

4.1-A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Na região, esta comercialização passou a ser uma atividade importante nas UPAsEs, a partir da metade da década de 80, quando os produtores começam a se relacionar sistematicamente com o mercado de Macapá.

Na época da Empresa Extrativista, a atividade agrícola não tinha muita significância, pela inexistência de tempo vago dos trabalhadores para fazer roças, visto que o calendário anual de atividades produtivas na região era totalmente completo por atividades extrativistas: inverno, coleta da castanha; verão coleta de látex e outras gomas vegetais, além de que as suas necessidades de subsistência eram supridas pelo aviamento. A coleta da castanha e o corte das espécies gomíferas envolviam de forma direta ou indireta, praticamente toda a força de trabalho existente na região. Poucas eram as famílias que conseguiam fazer

roças. Em algumas comunidades, a agricultura era desenvolvida pela própria empresa, para atender as necessidades de consumo de seus aviados. As famílias que conseguiam manter algum roçado, eram quase que exclusivamente a partir do trabalho feminino, que não era utilizado nas outras atividades produtivas.

Com a região sob o controle do Projeto Jari, e a passagem do domínio da comercialização aos regatões e pequenos comerciantes, os trabalhadores são obrigados a fazerem as suas roças, pois o sistema de aviamento não consegue mais atender as suas necessidades de consumo, tanto na quantidade de mercadorias fornecidas, quanto pelo fornecimento se realizar apenas na época das safras. Essas roças eram em princípio apenas para atender as necessidades de consumo familiar, pois os regatões não se interessavam em comprar a produção agrícola e quando compravam era por um preço não compensador para o produtor.

A partir de 1986, quando o governo passa a estimular no Amapá a comercialização em Feiras de Agricultores, é repassado a população rural, alguns transportes (barcos no Cajari, caminhão e barco no Jari) para o escoamento da produção. Isso permite aos produtores da região se relacionarem com novos mercados e com uma nova forma de comercialização, o que modificará o seu comportamento frente aos agentes comerciais tradicionais da região (regatões e marreteiros).

A partir de então, os produtores do Rio Cajari começam a vender sua produção agrícola na Feira de Produtor de Macapá, em viagens feita de barco, quinzenalmente. Essas viagens para comercialização duravam 8 dias, 3 dias para a ida, 3 para a volta e 2 dias para comprar e vender.

Apesar da grande quantidade de tempo gasto na comercialização, para os produtores do Cajari, essas viagens tiveram um impacto muito grande ao permitir-lhes um contato direto com agricultores de outras regiões e assim se manterem informados sobre preços, sistemas de produção, direitos, etc. Além de lhes permitir um acesso a dinheiro, tendo em vista que na relação com os regatões a troca era feita apenas em produtos, pela constante ausência de saldos.

Já os produtores do Rio Jari passaram a levar a sua produção para comercializar em Laranjal do Jari, vendendo ao consumidor ou entregando a Cooperativa. Esses produtores apesar de comercializarem a sua produção no próprio município, também gastam muito tempo na comercialização, pois cada viagem para a sede do município representa 2 a 3 dias de afastamento da UPAE.

As viagens para vender a produção nas Feiras em Macapá ou na sede do Município, para as UPAEs tem um caráter mensal, e a mulher acompanha o marido, sendo a responsável pela guarda do dinheiro arrecadado com as vendas e pelo repasse de trocos.

Nos últimos anos, a comercialização em Macapá está sendo dificultada pela falta de transporte, pois os que haviam na região foram repassados a Prefeitura Municipal, outros se acabaram, e o atual governo parece não demonstrar interesses em apoiar a comercialização dos produtos agrícolas no Estado

Atualmente, quando os produtores do Rio Cajari pretendem comercializar a sua produção em Macapá, eles alugam o transporte necessário, o que tem tornado mais rara essa comercialização nas Feiras dos Produtores de Macapá.

Com a abertura de uma estrada que liga a região do Rio Cajari a sede do município, e frente as dificuldades de comercialização em Macapá, os produtores tem levado a produção agrícola para comercializar em Laranjal do Jari. Porém tem sido uma comercialização muito fraca, devido a incipiência daquele mercado. Os principais produtos que são levados para comercializar nas viagens são a farinha, o cará, a macaxeira, as frutas, principalmente a banana, algumas ervas e óleos medicinais e uma pequena parte da produção extrativa da castanha.

Apesar da comercialização dos produtos agrícolas aparecer como uma comercialização simples, considerando as estruturas e cadeias de intermediação, é uma atividade consumidora de muito tempo de trabalho, face as dificuldades de transporte e acesso aos mercados, comprometendo dessa forma a realização de outras atividades que são também muito importantes nas UPAEs, muito embora este tempo de afastamento da unidade de produção, também seja importante para a sua reprodução, a medida que permite ao produtor agroextrativista romper com o isolamento secular que contribuiu para a sua subordinação sob altas taxas de exploração ao capital comercial, devido principalmente as dificuldades de acesso as informações.

A feira também é o momento em que o produtor tem acesso as novas mercadorias e a criação de novas necessidades. É nesse momento que o produtor compra os bens que ele não consegue produzir, e é nesse momento que ele também se mantém informado das novidades do município, do governo, da política, etc..

4.2-A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO EXTRATIVISTA

O produto extrativista, principalmente a castanha do Brasil, que se tornou o de maior importância comercial na região após a crise da borracha, apresenta hoje variadas formas de comercialização. Estas são resultante das próprias transformações por que passou a região nos últimos anos pela presença mais constante do Estado abrindo estradas, fornecendo transporte para produção agrícola e instalando um escritório de Assistência Técnica e Extensão Rural, o que contribuiu para modificar a relação dos produtores agroextrativistas com os agentes comerciais tradicionais.

As transformações na comercialização da castanha se processaram concomitante as transformações por que passou a dinâmica da economia local. Na fase anterior ao Projeto Jari, quando o extrativismo era a atividade responsável pela dinâmica econômica da região, a comercialização da castanha como de outros produtos extrativistas se processava através do monopólio de entrega de toda a produção a Empresa Extrativista, que era a única responsável pelo aviamento e distribuição da força de trabalho pelos seringais, balatais e castanhais. Esse monopólio na compra e venda de mercadorias permitiu a empresa, a instalação de 14 barracões ou filiais na região, onde a produção era armazenada e enviada ao mercado de Belém.

Nesses barracões havia trabalhadores assalariados com a função de fazer a medição da produção comprada, limpeza e embarque. Além dos trabalhadores encarregados do recebimento da produção, havia também os comboieiros, que eram os trabalhadores

responsáveis pelos animais de transporte, e pelo recebimento da produção nos paióis distribuídos pela floresta. Em cada barracão havia um gerente que era o responsável pela distribuição dos trabalhadores nos seringais, castanhais e balatais e pelo controle contábil e administrativo da filial.

Toda a estrutura de transporte (caminhões, tratores, burros, barcos e navios) era de propriedade da Empresa Extrativista, e essa propriedade lhe proporcionava as condições de total monopólio na compra da produção. Essa situação era reforçada pela possibilidade de exclusão do acesso as áreas de coleta aos trabalhadores que vendessem os produtos coletados para outros compradores, que por ventura penetrassem na região.

Com a entrega da região ao controle do capital internacional representado pelo Projeto Jari, o extrativismo vegetal perde a sua importância na dinâmica econômica local, e isso repercute na forma de comercialização na região, a medida em que a produção extrativista passa a ser a vendida aos regatões e comerciantes que conseguem se estabelecer na região. Assim, o acesso ao maior ou menor volume da produção passa a depender da estrutura de transporte e capacidade de aviamento dos atravessadores que passam a comprar a produção local. Isso faz com que os preços das mercadorias aviadas e da produção comprada se tornem diferenciados em função das diferentes condições de acesso aos pontos de embarque, o que não acontecia na época da empresa que mantinha o preço unificado em toda a região.

Os burros da empresa extrativista, existentes em algumas comunidades, passaram através de venda, a propriedade de alguns trabalhadores, garantindo-lhes assim as condições de se

transformarem em compradores locais.

Esses compradores locais, para conseguirem manter as condições de aviamento, que eram fundamentais para a compra da produção extrativista, começam a se relacionar com os grandes compradores de castanha e borracha do Amapá, que na condição de comerciantes, passam a lhes aviar as mercadorias necessárias, além do fornecimento dos transportes fundamentais como novos burros, caminhões e barcos. Assim esse processo de comercialização vai se mantendo nessa forma até 1986, concentrando toda a produção da região nas mãos de dois grandes comerciantes, que instalam na região do Cajari, suas estruturas de comercialização como transporte e galpões para armazenar a produção até o seu embarque para Belém-PA.

A partir de 1973 o Projeto Jari através de uma empreiteira denominada de SASI (Serviços Agrários e Silviculturais), passa também a comprar castanha na região, principalmente nas comunidades do Rio Jari, porém sem procurar interferir nos preços da região. O que se observa a partir dessa época é uma espécie de divisão do espaço econômico entre 3 cadeias principais de intermediação, sendo que os castanhais de Água Branca do Cajari ficaram sob o controle dos aviados de um dos grandes comerciantes, os castanhais da região de Santa Clara do Cajari sob o controle da cadeia de intermediação do outro comerciante e os castanhais do Rio Jari sob o controle de aviados do SASI.

Durante o período de monopólio dessas 3 cadeias de intermediação os preços da castanha se mantêm estáveis para os extrativistas durante toda a safra, ou tendem a diminuir para o final da safra, em função da total dependência da região a essa

estrutura de monopólio. Isso acontecia, numa época em que a economia se encontrava altamente inflacionada, sendo apenas corrigidos os preços dos produtos que eles vendiam aos extrativistas, o que lhes garantia uma alta taxa de lucro comercial.

A partir de 1987, quando a região do Jari passa a ser município elegendo o primeiro prefeito, a ação do Estado, abrindo estradas que ligam a região do Cajari a sede municipal, e com o fornecimento de linhas mensais de transporte a algumas comunidades, são criadas novas condições que modificam o processo de comercialização, a medida que permite aos extrativistas terem acesso a outros compradores, se estabelecendo na região um processo de concorrência pela produção de castanha. A partir de então o preço passa a ter um comportamento ascendente durante a safra. Isso provoca o início de uma ruptura nas relações de aviamento, a medida em que o extrativista pode ir ao comércio da sede do município ou a Macapá comprar os seus produtos de primeira necessidade por um preço mais acessível, e a medida que eles conseguem vender a castanha por um preço mais alto que o pago pelos regatões na região, rompendo pouco a pouco com a dependência tradicional aos patrões.

Essas modificações que se processam no preço da castanha fazem com que os compradores locais fiquem numa situação difícil frente aos grandes compradores tradicionais do produto, pois o preço, é negociado antecipadamente a safra, sendo adiantado dinheiro ou mercadorias a serem pagas com certa quantidade de produtos. E na medida em o preço da castanha passa a ter um comportamento ascendente no decorrer da safra, leva os

compradores locais a não conseguirem pagar as suas dívidas com os grandes compradores durante a safra. Isso fez com que na safra de 1991, os compradores locais não trabalhassem aviando mercadorias, pois um dos objetivos do aviamento que era o de obrigar o trabalhador a entregar a sua produção ao comprador local, já não surte o mesmo efeito, a medida que o extrativista está preferindo pagar as suas dívidas em dinheiro extraído da castanha vendida a quem lhe pagar um melhor preço. Dessa feita, a forma tradicional de controle da produção pelos compradores tradicionais se mantém apenas nas regiões de difícil acesso a transporte rodoviário, onde a posse do burro possibilita ao comprador local continuar a determinação do preço.

Com a crise atual do aviamento tradicional, o capital comercial local passa a adotar nas atividades de coleta, uma prática que aconteceu logo após a saída da Empresa Extrativista da região e o esvaziamento dos castanhais na década de 70, que é o deslocamento de trabalhadores de outras regiões para trabalharem numa espécie de relação de assalariamento em castanhais que estão sob o seu controle, lhes pagando um preço em torno de 40% ao pago aos produtores locais por barrica de castanha. Isto foi verificado durante a pesquisa, na localidade de Santa Clara.

A venda da produção ao comprador local se processa basicamente de duas formas: a entrega no seu comércio, ou no seu barco (regatão) e a entrega nos paióis, onde o burro é o transporte principal. Sendo que em cada uma dessas formas, o preço é diferenciado, pois em janeiro os compradores estavam pagando 900 a 1.000 cruzeiros por barrica entregue no paiol e

1.500 cruzeiros pela barrica entregue no seu comércio. Logo existe uma cobrança superior a 50% na entrega do produto na floresta pelo pagamento do transporte do burro. Nessa mesma época, o preço por barrica na sede do município estava na faixa de 1.700 a 2.500 cruzeiros por barrica.

Na comercialização local, a medida padrão utilizada é a barrica ou o "hectolitro", que na verdade representa 6 latas de querosene, que "com cabeça" vai dar aproximadamente 120 litros ou 70 kg. Assim na venda local, por cada hectolitro vendido ao comprador, o extrativista já perde 20%. Essa perda do produtor é um ganho repartido entre o grande comerciante e seu intermediário. Nos meses finais da safra, além dessa forma de medida, o comprador ainda utiliza o corte de 100 castanhas para eliminar da negociação, o percentual de castanha estragada.

Quando da entrega ao comprador responsável pelo beneficiamento e exportação, a entrega é feita na medida padrão do hectolitro, ou seja 100 litros, ou no máximo 105 litros.

A recepção da castanha nos paióis geralmente é efetuada pelo próprio comprador ou seus familiares. A figura do comboieiro (trabalhador assalariado) que era comum na época da empresa extrativista, é raramente observável hoje.

A recepção no paiol está sendo dificultada, pela redução do número de animais em função da propagação de doenças de difícil controle como a anemia infecciosa que se alastra por todo o Estado.

A produção comprada pelos compradores locais é entregue geralmente no próprio vilarejo para os grandes compradores, que transportam essa produção para o mercado de Belém, onde se

localiza a principal indústria beneficiadora e exportadora da castanha amapaense.

Nesta safra de 1991, entraram na compra da castanha na região, a Cooperativa Agroextrativista de Laranjal do Jari negociando diretamente com os exportadores de Belém, e compradores de uma nova usina beneficiadora instalada na Cidade de Óbidos-PA, fazendo com que a determinação dos preços da região passasse a ter como base os preços oferecidos por estes dois novos compradores. Isto propiciou uma alta no preço do produto, que começou com 700 cruzeiros em Janeiro, e chegando em maio com um preço de 6.000 cruzeiros a barrica.

A Cooperativa possui uma pequena usina de beneficiamento em Jarilândia, que produz cerca de 500 Kg mensais de castanha descascada e desidratada, aproveitando a estrutura de uma mini-usina para o beneficiamento do látex. Em junho deste ano, aproveitando a experiência do beneficiamento de Jarilândia, a COMAJA instalou na sede do município uma Usina de Beneficiamento com capacidade para 2.000 a 3.000 kg mensais de castanha descascada e desidratada.

A produção beneficiada pela Cooperativa é negociada com a Prefeitura Municipal de Macapá que utiliza a castanha na merenda escolar, embora se esteja também negociando com outras instituições do Estado, para a utilização desse produto na alimentação de populações carentes, como a LBA. A produção beneficiada é vendida a um preço de 940 cruzeiros o kg, em janeiro de 1991, o que representava um preço bruto de 15.000 a 16.000 pelo hectolitro de castanha processado pela Cooperativa.

A participação da COMAJA e da Mundial Exportação e Comércio

de Óbidos-PA na compra de castanha na região, estabelecendo uma competição com as cadeias de intermediação das Indústrias dos Mutrans de Belém, possibilitou uma recuperação dos preços na última safra, conforme podemos verificar no quadro dos preços dos últimos anos, observados na pesquisa:

QUADRO XX-VARIAÇÕES LOCAIS NO PREÇO DA CASTANHA

| ANO | PREÇO NO LOCAL CR\$/BARR. | | PREÇO NA SEDE CR\$/BARR | | RELAÇÃO % MEDIA PL/PS X 100 |
|------|---------------------------|-----------|-------------------------|-----------|--------------------------------|
| | INICIO SAFRA | FIM SAFRA | INICIO SAFRA | FIM SAFRA | |
| 1990 | 100,00 | 500,00 | 240,00 | 600,00 | 41,6% e 83,3% |
| 1991 | 500,00 | 5.000,00 | 700,00 | 7.000,00 | 71,4% e 71,4% |

O quadro nos mostra nos últimos anos, tanto a tendência ascendente dos preços no decorrer da safra, com uma variação muito grande em função da concorrência, como também uma valorização do produto na área de produção, talvez resultado da melhoria do acesso as regiões produtoras, pois em 1985, um relatório da CEPA-AP nos mostra que o preço nas comunidades equivalia a 24% do preço na sede do município.

Quanto ao preço da castanha em relação aos produtos industrializados, apesar da falta de informações mais sistematizadas, utilizando 2 produtos para comparação com a castanha, segundo o castanheiro Antônio Ramos, no ano de 1991, o preço da castanha na região se recuperou quando comparado a outras mercadorias, pois em 1975 uma espingarda de caça custava o equivalente a 15 barricas de castanha, em 1990 para comprar essa

espingarda eram necessários 50 barricas, e em 1991 com a venda de 13 barricas se conseguia comprar o mesmo tipo de espingarda.

Em relação a um outro produto utilizado na região: o açúcar, na época da empresa extrativista, segundo Antônio Ramos, uma barrica de castanha dava para comprar aproximadamente 1 saca de 60 kg de açúcar na região, em 1975 compraria cerca de 15 kg de açúcar, em 1990 menos de 5 kg de açúcar e em 1991 estava comprando cerca de 20 kg desse produto no local.

Esses indicadores nos mostram uma revalorização da castanha na região, o que pode ser creditada a uma série de fatores como a diminuição do isolamento das comunidades, a crise do aviamento, o estabelecimento da concorrência entre os compradores na região, a política econômica que congelou as outras mercadorias no último ano, e os movimentos de preservação das florestas tropicais.

4.3-O MERCADO NACIONAL E INTERNACIONAL DA CASTANHA

As informações aqui discutidas, principalmente as relacionadas as firmas exportadoras, foram complementados com dados coletados pela pesquisadora Erin Sills (NAEA-UFPa.), que fazia um estudo sobre a comercialização da castanha na região.

A castanha que sai das regiões do Jari e Cajari, junta-se a produção do Rio Maracá e Rio Vila Nova através das cadeias de intermediação atuantes no Estado e vão parar nas mãos de exportadores paraenses que são os responsáveis pelo beneficiamento, classificação e exportação, já que a maior parte da produção é exportada.

Estimamos que a produção coletada nos castanhais do Amapá, oscile entre 50.0000 à 100.000 hectolitros por ano, baseado nas

informações de compradores e extrativistas da região, já que não existe uma informação confiável e sistematizada sobre este produto. Apesar de ser uma produção significativa tanto em termos de valor como de trabalhadores envolvidos com essa atividade, não gera imposto para o Amapá, já que é contabilizada como do estado do Pará, que arrecada também os seus tributos.

A castanha vendida ao consumidor amapaense é a comercializada nas feiras locais e a utilizada na merenda escolar, o que representa um volume muito pequeno da produção do Estado, estimadamente inferior a 5% da produção estadual. Nas feiras, a comercialização é feita utilizando o litro como medida, comercializado a cr\$ 200,00 a unidade, em junho/91.

A castanha oriunda do Amapá é destinada a 3 grupos de exportadores: os Mutrans, responsáveis pelo aviamento e compra da castanha intermediada por 2 grandes comerciantes amapaenses; a SBC/Casa das Banhas que compra a produção do SASI da Jari, e a Exportadora Mundial de Óbidos-PA que tem um comprador na região do Jari.

A comercialização da castanha da Amazônia se concentra em 25 firmas exportadoras, sendo que apenas 8 firmas são responsáveis por 90% da exportação da castanha com casca e 75% da castanha descascada, ou 82,37% da produção exportada, conforme se observa no Quadro XX. As firmas que compram a castanha do Amapá fazem parte do grupo das 8 que controlam o mercado.

A castanha é exportada atualmente sob 2 formas: com casca e desidratada, e descascada e desidratada. O beneficiamento é feito pelas firmas exportadoras que possuem suas usinas de beneficiamento.

QUADRO XXI-DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA CASTANHA DO BRASIL EXPORTADA

| ATIVIDADES | 1989 | 1990 | 1991 | MÉDIA | ACUMULADO |
|-----------------------------------|-------|-------|-------|-------|-----------|
| 1-EXPORTADORA MUTRAN LTDA.** | 21.4% | 19.2% | 2.8% | 20.3% | 20.28% |
| 2-BENEDITO MUTRAN E CIA LTDA.* | 19.1% | 17.1% | 14.8% | 18.1% | 38.37% |
| 3-JORGE MUTRAN EXPORTADORA LTDA** | 15.7% | 16.8% | 13.9% | 16.2% | 54.62% |
| 4-CASAS DA BANHA COMÉRCIO IND.** | 5.3% | 12.3% | 0.0% | 8.8% | 63.42% |
| 5-CIEIX COMER. IND. E EXPORTAÇÃO | 7.9% | 11.7% | 11.8% | 9.8% | 73.21% |
| 6-HAMOY E CIA IND. E COMÉRCIO | 0.7% | 9.0% | 11.0% | 4.9% | 78.06% |
| 7-MUNDIAL EXPORTADORA COM. LTDA** | 0.0% | 4.1% | 2.8% | 2.1% | 80.12% |
| 8-EXPORTADORA FLORENZANO LTDA. | 1.5% | 3.0% | 2.4% | 2.2% | 82.37% |
| 9-SÃO DOMINGOS CASTANHA DO PARÁ | 3.1% | 2.4% | 4.3% | 2.7% | 85.09% |
| 10-I B SABBA E CIA LTDA. | 6.4% | 0.7% | 0.0% | 3.6% | 88.65% |
| 11-BENEF. DE PROD. DA AMAZÔNIA | 11.8% | 0.0% | 0.0% | 5.9% | 94.57% |

FONTE: LE FLEUR, J. 1991 e Banco do Brasil S.A.-CACEX.

* Maior comprador da castanha oriunda do Amapá.

** Também compram a castanha coletada no Amapá.

O beneficiamento da castanha, ainda é muito dependente de processos manuais, principalmente na fase de descascamento onde predomina a força de trabalho feminina. O número de trabalhadores diretos que trabalham no beneficiamento é estimativamente superior a 4.000, e recebem praticamente o salário mínimo com uma produtividade fixada, ou de acordo com a produtividade da sua força de trabalho.

O processo de beneficiamento é simples consistindo basicamente no descascamento manual, secagem em estufas a temperatura de 55º a 60º C , classificação e embalagem.

Na compra da castanha as usinas pagam aos seus aviados utilizando medida de volume: o hectolitro, porém ao vender as

castanhas beneficiadas é utilizada a medida de peso: o kg, o que certamente deve representar alguns ganhos para as usinas.

De cada hectolitro bruto, que pesa em torno de 55 kg, quando beneficiado e classificado na forma de castanha com casca e desidratada vai pesar 35 a 45 kg, e na forma descascada e desidratada vai pesar entre 15 a 17 Kg.

O controle da produção por um número pequeno de empresas é conseguido das seguintes formas:

1-Pela posse de castanhais. As empresas que possuem castanhais contratam trabalhadores para as atividades de coleta e transporte da produção, utilizando relações de assalariamento e aviamento. Porém essa forma de acesso a produção controla um percentual pequeno da produção e está presente na região do Sul do Pará.

2-Financiamento e compra através de grandes comerciantes, regatões, comerciantes ambulantes e dono de castanhais. O financiamento se dá através do adiantamento de dinheiro para pagamento em castanha. Esse financiamento pode ser pago das seguintes formas:

.Preço fechado: o dinheiro adiantado é convertido em uma quantidade fixa do produto a ser entregue durante a safra.

.Preço aberto: o dinheiro não é convertido em quantidade fixa do produto, existe a obrigação desse dinheiro ser pago em castanha que será avaliada no preço do dia da prestação de contas.

.Formas intermediárias: parte do dinheiro é convertido em castanha na ocasião do financiamento e parte será paga com a castanha avaliada no preço do dia.

Segundo Erin Sills, "O preço do dia da castanha nos centros de beneficiamento é determinado por vários fatores. Um deles é o preço do mercado internacional, que varia em função da oferta de outros nozes e da condição da economia dos países consumidores. Outro fator importante é o tamanho da safra, ou melhor, o que os empresários pensam do tamanho da safra. Com uma safra pequena, o preço sobe, então todos os regatões e aviadores sempre insistem que a safra vai ser pequena. Os empresários que têm castanhais como os Mutrans, estão sempre melhor informados sobre o tamanho da safra. Finalmente a economia brasileira têm influência, por exemplo, o preço caiu muito quando o Plano Collor foi implementado. Em geral são os Mutrans que estabelecem o preço do dia no início da safra em Belém. Este preço serve tanto para fazer contratos de castanha como para comprar a vista. No final de março de 1991, era 6.000,00 cr\$/HL, ou U.S.\$ 23,00 em Belém". (Sills, E., 1991 p.3).

O financiamento através do preço fechado tem sido utilizado principalmente pelas firmas exportadoras que possuem castanhais, pois pela experiência na coleta da castanha, conseguem prever com razoável eficiência o tamanho da safra e através disso o comportamento futuro dos preços. E a partir de então determinam o preço inicial da safra.

A produção de castanha que sofre beneficiamento é em sua maior parte exportada, sendo comercializado um percentual de 5% a 10% no mercado interno, quantidade esta que sofre a variação em função do comportamento do mercado externo.

O Pará é o Estado da Amazônia responsável pela exportação de

aproximadamente 80% da castanha brasileira. Os principais compradores mundiais de castanha descascada e desidratada são a Austrália, Inglaterra e Estados Unidos, que nos últimos anos importaram mais de 80 % desse produto, enquanto a mais de 95% da castanha com casca e desidratada é comprada pela Alemanha Ocidental, Itália, Inglaterra e Estados Unidos.

A venda no mercado internacional é feita através de agentes exportadores que cobram 2 a 3% do valor da venda, ou diretamente aos importadores.

Muitas das vezes a compra internacional é feita antecipadamente pelos importadores, financiando os exportadores antes da safra, através de contratos de venda que especificam a quantidade de castanha, o preço e a data de embarque. Esta parece ser uma negociação muito favorável as firmas exportadoras que se beneficiam com as diferenças cambiais existentes nas compras e vendas do produto. Por outro lado o não cumprimento do contrato pela firma exportadora significa a sua exclusão do mercado internacional. Esses contratos geralmente são feitos em Janeiro. Quando o exportador fecha contrato antes de se ter a noção do tamanho da safra, ele pode ganhar se a safra for grande, e perder se a safra for pequena, isso representa ganhos para as firmas que conseguem uma melhor previsão no tamanho da safra. Fazer contrato em época de safra pequena significa perda, pois o preço cresce ao longo da safra.

A castanha é exportada dos portos de Belém, Óbidos, Manaus e Santos, e as vezes de Fortaleza, de acordo com o país de destino. Isso onera o transporte para o exportador.

No mercado internacional a castanha do Brasil concorre com

outras castanhas como a de caju, e outras nozes, isso tem influência nos seus preços.

Em alguns países a castanha ainda vai para a indústria de confeitarias, sendo reexportada para outros países. A distribuição e comercialização nos países compradores é feita por um número pequeno de grandes empresas de distribuição, que controlam esses mercados.

Além do Brasil, o Peru e a Bolívia também exportam castanha do Brasil, influenciando no preço de mercado desse produto.

O preço de exportação da castanha com casca tem oscilado entre 700 a 1.000 dólares por tonelada e entre 2.200 a 2.900 dólares por tonelada da castanha descascada e desidratada, nos últimos anos segundo dados da CACEX.

4.4-A APROPRIAÇÃO DE VALOR PELOS DIVERSOS AGENTES ECONÔMICOS

A atividade extrativista na Amazônia, envolve um volume significativo de riquezas, que é gerado a partir do trabalho de coleta das populações extrativistas. No caso da castanha, o produto da floresta sofre um processo de agregação de mais valor, na etapa de beneficiamento através da utilização de uma força de trabalho urbana, em relações de produção especificamente capitalistas, antes de chegar ao consumidor final, geralmente nos mercados do Primeiro Mundo.

Segundo informações da ECOTEC, na Amazônia, considerando somente a castanha, "O valor do produto exportável chega até U\$ 50 milhões, enquanto o valor pago aos extrativistas está em torno de U\$ 5 milhões, ou seja aproximadamente 10% do valor

total."(ECOTEC, 1990, p.3). Isto deve representar uma taxa de lucro muito significativa para os capitais envolvidos com este produto, pois se observa que apesar do desperdício que existe nessa atividade, quando se transporta mais de 30% de peso morto (casca e amêndoas estragadas) até Belém para ser processada sem inviabilizar este beneficiamento, já que o mesmo poderia ser feito com mais vantagens, próximo aos locais de produção.

Nos estudos feito por Sills em 1991, para a castanha coletada no Amapá, para cada barrica exportada pelo preço pago no Cajari em abril de 1991, os extrativistas recebiam 10 à 13 dólares, o comerciante local 2 à 5 dólares, o aviador 9 dólares e a usina 11 dólares. Esta distribuição do valor é aparente, pois apesar de nas comparações de preços, ficar com o extrativista o equivalente ao que fica com o usineiro, se mergulharmos na realidade, o castanheiro ao ser pago em mercadorias do oriundas do aviamento, certamente terá o valor que ele teoricamente deveria se apropriar na venda, num quantum muito inferior, pois as mercadorias que ele trocará pela produção, lhe será cobrado em um valor 2 a 3 vezes maior que o preço negociado na cidade, além de já transferir em cada hectolitro, uma percentual de aproximadamente 20%, já que este entrega uma barrica em cada hectolitro vendido. Assim, o valor que através do preço de venda deveria ficar com o extrativista será transferido para o comerciante local, e deste para o usineiro, que na verdade é quem consegue uma apropriação maior, em função de negociar a castanha ao preço do dia, se beneficiando das diferenças cambiais e da desvalorização da moeda nacional.

5-A ORGANIZAÇÃO E A LUTA POLÍTICA DOS PRODUTORES AGROEXTRATIVISTAS

Os trabalhadores extrativistas do Sul do Amapá, apesar de terem se defrontados no processo de ocupação da região por períodos com a opressão, a supressão da liberdade de sair do local, o trabalho compulsório e outras formas de violência, se defrontaram também em alguns períodos da sua história com momentos de reações ao poder do patrão seringalista, ou ao poder latifundiário do Grande Projeto. Alguns dos momentos que mais marcaram na reação desses trabalhadores, foram em 1927, na revolta chefiada por José Cesário de Medeiros contra o "coronel seringalista"; em 1987 uma reação armada dos extrativistas contra o acampamento do Projeto Jari; em 1990 a mobilização contra a construção de uma Hidrelétrica pelo Projeto Jari, e em 1991 o embargo contra a construção de uma estrada pelo governo estadual.

Em 1927, quando o controle da região se dava através do capital comercial personificado na figura de um "coronel de barranco"¹, os castanheiros, seringueiros e balateiros da região se revoltaram contra a opressão e a violência que se instaurava nas relações de trabalho. Liderados por um nordestino chamado José Cesário de Medeiros, os trabalhadores do extrativismo conseguem através das armas dominar o sistema de segurança e repressão que o "coronel" mantinha na região, se apossando de um navio de propriedade do seringalista e se deslocando a Belém,

1. Coronel de barranco, é a denominação dada na região aos latifundiários que controlavam as áreas de influência dos principais rios, com poder de mando sobre a população local similar aos dos velhos latifundiários do nordeste.

para denunciar a opinião pública paraense, a forma de escravidão em que viviam nas florestas da região. Esta rebelião contribuirá para a destruição do poder senhorial do "coronel seringalista", que se vê com o tempo, obrigado a vender o controle da região em 1948 a uma Empresa Extrativista.

Com a Empresa Extrativista, os conflitos são menos acentuados e se situavam na luta por um melhor preço na troca da produção extrativista.

Já no período do grande Projeto, os conflitos se agravam tendo como pano de fundo a luta pela terra, ou mais precisamente, a luta pelo direito de continuar na coleta dos produtos da floresta, além da luta pela valorização dos produtos agroextrativistas que se encontravam fortemente desvalorizados pela ação do pequeno capital comercial na região. No início, são reações individualizadas sem grandes repercussões, e que acabavam sendo resolvidas de forma totalmente desfavorável aos extrativistas, muitas das vezes expulsos de suas posses pelas milícias armadas (chamada de segurança) da Empresa Jari, a medida em que as suas permanências na região ameaçassem os interesses do Projeto Jari, principalmente os ligados ao direito de propriedade a terra.

Desses conflitos um foi de grande repercussão na região, quando mais de 40 trabalhadores extrativistas reagem em 1987 a violência da Empresa contra um produtor agroextrativista, destruindo um acampamento e máquinas da Empresa. A partir daí, se observa na região, uma ação mais coletiva desses produtores, na luta pelos seus interesses, principalmente no enfrentamento com o poder latifundiário do Projeto Jari.

A participação dos produtores agroextrativistas em organizações profissionais, inicia a partir da criação de uma delegacia do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Almerim, no início da década de 80. Porém poucos extrativistas se filiam a esse sindicato, que mal conseguia atender os trabalhadores do município de Almerim-PA. Contudo, espelhados nas experiências daquele sindicato, os produtores agroextrativista sentem a necessidade de uma organização mais forte para defender os seus direitos de produzirem, utilizarem a floresta e garantirem melhores preços para os seus produtos. E que esta, fosse também uma organização que atuasse ou pressionasse as instituições de governo do Território Federal do Amapá, se relacionando com os outros movimentos organizados de agricultores de Macapá. A partir daí surge a proposta de criação de uma cooperativa de produtores agroextrativistas do Laranjal do Jari.

A idéia da cooperativa teve uma influência muito forte de técnicos das instituições do Governo do Território do Amapá e da Prefeitura Municipal de Mazagão. Em 1983, é iniciado o processo de criação dessa cooperativa com o nome de COMAJA (Cooperativa Mista Agroextrativista de Laranjal do Jari), que teria como principal finalidade a comercialização dos produtos agroextrativista da região.

Como a burocracia na regularização jurídica da Cooperativa era muito grande, demandando muito tempo, se constituiu na região, em caráter provisório uma associação denominada AMAJA (Associação Mista Agroextrativista de Laranjal do Jari), que substituiria as principais ações da COMAJA, durante a sua

regularização jurídica.

A Associação nos seus primórdios, conseguia mobilizar um número muito grande de produtores agroextrativistas que se encontravam totalmente desassistidos pelas ações do governo: cerca de 512 produtores, e inicia estimulando o trabalho comunitário através da prática do mutirão nos trabalhos agrícolas nas principais comunidades do Rio Jari e Rio Cajari, para um aumento da produção agrícola principalmente com o intuito de impressionar o governo e pressioná-lo a atender as suas reivindicações de transporte, armazém, etc.

A AMAJA, através de pressões sobre o governo, consegue nos seus primeiros anos alguns benefícios governamentais como a doação em regime de comodato, de 1 caminhão, tratores, 1 barco, máquina de beneficiar arroz e 1 galpão para armazenar a produção.

As lutas da AMAJA, foram mais direcionadas à valorização do produto agroextrativista, através de reivindicações junto ao governo, de infra-estrutura de transporte e armazenagem, e dessa forma, ela funciona por um período de 2 a 3 anos, conseguindo ter uma abrangência significativa no atendimento dos agroextrativistas da região, principalmente do Rio Jari, onde instala os seus núcleos comunitários em Jarilândia, Cachoeira, Beiradinho, Padaria, atendendo também os seus associados num sistema de cantinas comunitárias, onde vendia a produção por um preço inferior ao dos regatões, e na instalação de linhas de transporte para o escoamento da produção.

Com a mudança em 1986 do governo do Território, a Secretaria da Agricultura influencia a eleição da diretoria da Associação,

favorecendo a escolha de uma diretoria composta de um grupo "de agricultores" que tinham como principais atividades o comércio e a retirada de madeira. Esse grupo passa a utilizar a estrutura da AMAJA apenas para atender os seus interesses comerciais, excluindo os produtores agroextrativista dos serviços que eram prestados pela AMAJA anteriormente.

Ao serem excluídos dos serviços da Associação, os produtores agroextrativistas procuram agilizar a regularização jurídica da Cooperativa, elegendo a primeira diretoria em 1985. Assim, o patrimônio constituído em nome da COMAJA ficou nas mãos dos trabalhadores agroextrativistas e a estrutura do governo ficou na mão dos madeireiros, comerciantes e garimpeiros que formaram a diretoria da AMAJA.

A COMAJA nessa fase instalou pequenas cantinas em Jarilandia, Padaria, Poção, Beiradinho e Cachoeira, e durante 2 anos intermediou a compra de castanha de seus sócios vendendo a comerciantes da região, se envolvendo também com o beneficiamento e comercialização da safra de arroz.

A AMAJA, que ficou com os comerciantes, praticamente se desativou no ano de 1988, ficando o patrimônio do Governo que estava sob sua responsabilidade, abandonado sem manutenção, danificando-se o caminhão, tratores, barco, etc. O material que se conseguiu aproveitar foi posteriormente repassado a Prefeitura de Laranjal do Jari.

A COMAJA ao se constituir formalmente, conseguiu levantar alguns recursos creditícios e formas de financiamentos do Governo do Estado. Em 1989, conseguiu junto com algumas entidades do governo, promover o 1º Encontro de Castanheiros da Região do

Jari, onde se conseguiu envolver pela primeira vez na região os produtores agroextrativistas na discussão dessa atividade, surgindo daí algumas reivindicações ao governo do Estado. Dessas reivindicações, as principais foram ligadas a questão fundiária e ao transporte da produção, principalmente o financiamento de burros para transporte da Castanha dentro da floresta. Desse encontro um ano após, a CODEASA financia na região via cooperativa a venda de 25 burros sendo 10 vendidos na região do Jari pela COMAJA e 15 na região do Cajari através de uma Associação de Agricultores existente naquela área.

Também na região do Rio Jari, em Jarilândia, a COMAJA consegue um financiamento de uma mini-usina para o beneficiamento do látex, que não foi até o momento utilizada nesse objetivo.

Os produtores que habitam a região do Rio Cajari, se viram vinculados a uma Associação de Agricultores, criadas a partir dos interesses da Secretaria de Agricultura, que coloca a sua disposição um barco para transporte da produção as Feiras de Agricultores de Macapá, e um trator com carreta em Água Branca do Cajari para o transporte interno da produção. Essa Associação pela pouca participação dos seus associados, e pela centralização das suas decisões em apenas uma pessoa acabou se desestruturando com o tempo.

Quanto a participação produtores agroextrativistas no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Macapá, nos anos de 1986 e 1987 ela foi mais efetiva com a criação de várias delegacias sindicais, que hoje se encontram praticamente esvaziadas em função da falta de uma participação mais efetiva dos produtores,

e de uma ação mais sistemática do STR na região, em função das dificuldades de acesso e a sobrecarga de trabalho desse sindicato, que tem área de abrangência em todo o Estado.

Nos últimos anos se pode observar algumas transformações na forma de organização desses produtores. Em 1990, é eleita uma nova diretoria para a COMAJA. Na composição desta diretoria se verifica um número significativo de agricultores, que tem a sua principal atividade no comércio. Essa diretoria passa a impor um caráter empresarial a COMAJA, dentro de uma proposta de capitalização imediata da Cooperativa. Esta capitalização rápida significa a busca de uma valorização máxima do capital de giro disponível, através do comércio da produção de sócios e não sócios.

Assim, a COMAJA passa a adaptar a Usina de Beneficiamento do Látex de Jarilândia para beneficiar castanha, conseguindo no ano de 1990, comercializar uma faixa de 500 Kg de castanha descascada por mês que é vendida a Prefeitura Municipal de Macapá para uso da merenda escolar, garantindo nesse ano um superávit nessa atividade, e uma experiência que estimulou a COMAJA a instalar uma usina de Beneficiamento de Castanha em Laranjal do Jari em 1991, com capacidade mensal de 2.000 a 3.000 kg de castanha descascada e desidratada.

Nessa busca de lucro rápido, a COMAJA no ano de 1991 teve uma importância muito grande na valorização do preço da Castanha, pois antes da instalação da usina de beneficiamento, ela negocia a venda da produção com o principal exportador de castanha do Pará, e com as informações do mercado, ela passa a comandar o preço a ser comercializado na região, contribuindo para que nesse

ano o preço da castanha se recuperasse junto aos castanheiros.

Apesar de no ano de 1991, a COMAJA ter se comportado como um fator estimulante ao crescimento do preço da castanha, não existe garantia de que esse comportamento vá se repetir na próxima safra, uma vez, que estimulado por técnicos do governo, essa Cooperativa usando da burocracia da legislação cooperativista fez um expurgo maciço em seus cooperados reduzindo para 32 associados, sendo que desses, o número de castanheiros é inferior a 5. Na verdade se observa que a cooperativa está funcionando mais como uma "empresa comercial" com 32 sócios, que estão aplicando capital oriundos de outras atividades suas, para serem valorizados na comercialização e beneficiamento da castanha e arroz produzidos na região. Assim, é de se esperar que na próxima safra, os interesses de preço mais alto da COMAJA sejam para o produto já beneficiado e não para a matéria prima, em função do perfil predominante dos cooperados que permaneceram na cooperativa.

A Usina de Beneficiamento da castanha de Laranjal do Jari, funciona com o trabalho assalariado de 12 mulheres que trabalham por produção, ou seja por kg de castanha descascada. O preço pago por cada kg de amêndoa já descascada é de 100,00 cruzeiros em junho/91 e uma mulher descasca por dia 8 a 10 kg, trabalhando de 7:00 a 19:00 horas.

Na região do Rio Cajari, onde foi criada a Reserva Extrativista, os produtores locais se relacionam com o Conselho Nacional dos Seringueiros, que vem se envolvendo na organização política dos mesmos, através de uma Associação de Trabalhadores Extrativistas (ATEXCA) que foi criada para administrar a

utilização dos recursos naturais e representar os interesses dos trabalhadores extrativistas da Reserva.

O Conselho Nacional dos Seringueiros se instalou no Amapá a partir da sua vice-presidência, que é ocupada por um sindicalista amapaense. Embora o Conselho possua uma força política muito forte a nível externo, resultado das suas alianças com os movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, conseguindo com isso a criação das Reservas Extrativistas e Assentamentos Extrativistas no Amapá, só agora vem começando a ter uma ação mais sistemática junto as populações extrativistas da região, devido as dificuldades de recursos para financiar as suas ações. A sua principal ação no Amapá, junto aos produtores agroextrativistas, tem sido no sentido de pressionar o IBAMA na agilização das atividades de operacionalização e defesa da Reserva Extrativista.

Na luta política pela defesa das Reservas Extrativistas, uma ação concreta e de grande repercussão foi o embargo a construção de uma estrada que liga a capital do Estado a sede do município de Laranjal do Jari. Esta estrada passa no interior da Reserva Extrativista do Cajari e Assentamentos Extrativistas do Maracá, e foi iniciada a sua construção sem a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Esse embargo foi conseguido com mais facilidade em função das alianças políticas do Conselho fora do Amapá, do que pela atuação local do IBAMA, que sofre as pressões do governo local, que é contrário a Reserva Extrativista do Cajari, por se encontrar em uma área que esse governo gostaria de ver incorporada na produção agrícola do Estado, devido as fertilidades dos seus

solos.

Na luta política dos produtores agroextrativistas da região, o seu principal inimigo têm sido o Projeto Jari, que hoje está reivindicando o direito a mais de 80 % da área da Reserva Extrativista do Cajari como propriedade sua, mantendo na área da Reserva as suas milícias armadas que pressionam fisicamente e psicologicamente a população local.

Além da Reserva, o outro ponto do embate entre os produtores agroextrativista e o Projeto Jari, diz respeito a construção de uma Hidrelétrica na Cachoeira de Santo Antônio, que caso seja construída deverá desorganizar a vida de pelo menos 3 comunidades que são: Padaria, Cachoeira e Iratapuru.

No ano de 1990, as milícias armadas do Projeto Jari causaram uma guerra psicológica muito forte visando tirar as famílias que moram na Comunidade de Cachoeira de Santo Antonio. Porém como a reação dos moradores locais também foi grande, agregando fortes aliados políticos, se conseguiu suspender a construção da Hidrelétrica. Porém já existem forte indícios de que esta construção deverá ser recomeçada em 1992, quando da liberação de recursos do governo federal para este empreendimento.

CAPITULO III

ASPECTOS CONCLUSIVOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA EXTRATIVISTA.

As atividades desenvolvidas nas fases anteriores deste trabalho nos permitiram um aprofundamento da problemática estudada. O exercício intelectual de análise da bibliografia e o esforço despendido na observação, coleta e sistematização de dados da Pesquisa de Campo, permeados de vagueios e devaneios frente a riqueza de determinações que a problemática suscita, tiveram como principal finalidade construir um conhecimento mais profundo e sistemático da organização da economia extrativista da Região do Jari em sua essência, para a partir deste primeiro esforço intelectual se ter os elementos necessários para uma análise e síntese dos principais mecanismos que garantiram a manutenção desta economia, frente a um modelo de desenvolvimento capitalista que privilegiou outras atividades concorrenciais e até certo ponto destrutivas das suas condições de reprodução.

Nesta parte final da dissertação, pretendemos discutir o que o estudo nos mostrou, ou o que mais precisamente conseguimos captar sobre os mecanismos que garantiram a manutenção, funcionamento e reprodução da Economia Extrativista do Sul do Amapá.

Após a discussão dos mecanismos e com base nela, pretendemos também, levantar algumas considerações sobre as perspectivas desta economia, considerando também o que os

condicionantes da conjuntura atual parecem impor para o extrativismo vegetal autosustentável, e para as populações que dele sobrevivem. Desde já salientamos que serão considerações não acabadas, isto é, são os frutos de nosso primeiro esforço intelectual efetivo sobre a questão que serão colocadas como uma contribuição para o importante debate sobre desenvolvimento e meio ambiente, que se encontra na ordem do dia, as vésperas da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente.

1-CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MECANISMOS EXTERNOS DE MANUTENÇÃO DA ECONOMIA EXTRATIVISTA DO SUL DO AMAPÁ.

O esforço intelectual de análise do material teórico e empírico nos permitiu perceber diversos mecanismos que de uma forma ou de outra contribuíram para a manutenção da economia extrativista na região de estudo.

Considerando que a realidade social é fruto de uma teia imensa de interações que se estabelecem a partir do campo econômico, se estendendo e se confrontando com as determinações culturais e políticas, nos parece difícil ou até impossível mensurar que mecanismo influenciou mais em um determinado momento histórico. Desta forma, neste tópico vamos destacar alguns mecanismos externos a economia extrativista da região, que consideramos como fundamentais para a sua permanência, discutindo-os sem a preocupação final de mensurá-los em sua importância.

São mecanismos que, oriundos do capital, se manifestaram na economia da região, e, somando-se ou confrontando-se com as determinações históricas, culturais e políticas locais, contribuíram para o estabelecimento de formas mais factíveis do capital se valorizar, aproveitando e adequando-se as especificidades encontradas.

.OS ESTÍMULOS DOS CAPITAIS EXTRATIVISTAS.

Os movimentos de valorização das frações do capital global que atuam em uma determinada região, não seguem necessariamente uma mesma tendência. No nosso entender, inexistente uma tendência homogeneizante no movimento do capital nas economias periféricas,

pois as diversidades de condições que lhe são impostas, fazem com que os movimentos sejam diferenciados. Tanto é que se verifica nas economias do Terceiro Mundo, frações de capitais que se valorizam com uma composição altíssima de capital constante, se relacionando e as vezes dependendo de frações de capitais com uma composição orgânica muito baixa, utilizando inclusive relações de trabalho compulsórias, um exemplo é a Fazenda da Volkswagen da Amazônia denunciada há alguns anos atrás, na imprensa nacional, pela utilização de trabalho escravo.

Com base neste ponto de vista, podemos perceber na Amazônia, a partir da década de 70, duas grandes frações de capital atuando diferenciadamente no meio rural. Uma fração é oriunda dos ciclos econômicos anteriores, com acumulação e valorização a partir do extrativismo vegetal, possuindo ainda uma forte estrutura produtiva e comercial que se relaciona efetivamente com o mercado internacional. A outra fração é originária de outros setores da economia nacional e internacional, que se deslocou para a região atraída pelas condições favoráveis criadas pelo Estado: incentivos fiscais, isenção de impostos, terras baratas, etc.. Este novo capital entra na região criando novas estruturas produtivas através de uma certa obediência ao planejamento estatal, garantida pelos subsídios governamentais.

As frações do capital que se valorizavam através da atividade extrativista da borracha, com a crise deste produto, nas áreas onde as condições naturais permitiram, transferiram as suas estruturas produtivas e comerciais para a exploração de outros produtos florestais: castanha e madeira principalmente. Dessa forma, em várias regiões da Amazônia, não houve a

destruição e falência das estruturas criadas para a exploração da borracha, elas se mantiveram, aprimorando as suas formas de apropriação de riquezas extrativistas, e adequando-as a nova realidade que a crise da borracha impôs. Tanto é, que existe na Amazônia uma forte estrutura industrial e comercial que sobrevive da exploração da castanha do Brasil. Se isto existe, e persiste, é porquê a taxa de lucro apropriada nessa atividade permanece competitiva quando comparada aos novos padrões de acumulação dominantes a partir da intervenção dos governos militares.

Na Região do Jari, a gente observa que a partir do Ciclo da Borracha, se constituiu uma forte estrutura produtiva e comercial, utilizada para a valorização do capital através da apropriação de trabalho excedente dos trabalhadores extrativistas. Com a crise da Borracha, esta estrutura continuou sendo útil na valorização do capital, tanto é que se manteve fortemente atuante até a entrada do Projeto Jari.

O Projeto Jari não utilizou a estrutura produtiva extrativista existente na região, já que era " *de uma empresa que lidava com castanha, borracha, látex, caucho, peles de animais silvestres, balata, madeiras e sementes oleaginosas. Que limitava-se a enviar homens para buscar esses produtos na floresta e trazê-los para Belém, onde eram entregues aos compradores. Era uma empresa do século XIX. Ludwig queria transformá-la para uma corporação do século XXI.*" (Pinto, L.F. 1986 p.20). Assim, coube aos capitais do extrativismo existentes na Amazônia e no exterior, a tarefa de estimular a utilização da estrutura extrativista existente na Região do Jari, para continuar a apropriação dos produtos da coleta, importantes na

valorização desses capitais através da utilização de suas estruturas produtivas e comerciais já existentes.

Uma forma de estímulo muito importante foi a utilização de mecanismos de crédito tipo compra antecipada da produção de castanha das indústrias de beneficiamento de Belém, pelas empresas comerciais existentes no exterior. Este crédito comercial, conseguiu manter ou recriar as condições econômicas necessárias para a utilização da estrutura produtiva extrativista existente na região Sul do Amapá, abandonada pelo Projeto Jari.

Dessa forma, podemos afirmar, que a manutenção da economia extrativista na região, se deve muito aos estímulos econômicos provenientes da fração extrativista do capital existente na Amazônia e no exterior (Indústrias de Beneficiamento da Castanha no Pará e Empresas Comerciais estrangeiras), que conseguiram através de financiamento aos regatões e casas comerciais do Amapá, continuar a apropriação dos produtos florestais coletados pela população extrativista que permaneceu nesta atividade.

.A QUEDA NA PRODUÇÃO DA CASTANHA DO ESTADO DO PARÁ.

O modelo de desenvolvimento capitalista que se instaura na Amazônia a partir da década de 60, provocou de imediato transformações brutais na economia de algumas regiões. Muitas dessas transformações, contraditoriamente contribuíram para a manutenção da economia extrativista do Sul do Amapá. Dentre estas, podemos citar a queda na produção de castanha do Estado do Pará, conforme podemos verificar nos dados do IBGE do período de 1976 a 1986, analisados por Bechimol (1989).

A queda na produção da castanha computada no Pará foi em

torno de 30% no período de 1976 a 1986. Esta queda foi explicada por Bechimol, como resultado das transformações econômicas ocorridas na maior região produtora de castanha naquele Estado (Tocantins e Marabá-capital da castanha), em virtude da construção da Hidrelétrica do Tucuruí, e dos desmatamentos de uma área rica em castanhais para a implantação de fazendas de gado.

Esta queda, no nosso entender foi um importante fator que forçou aos capitais extrativistas a investirem na incorporação efetiva de novas áreas detentoras de castanhais no suprimento da dependência de matéria prima indispensável as indústrias de beneficiamento e exportação instaladas no Pará. É evidente, que esses investimentos, pressionaram primeiramente as regiões de castanhais mais próximas das indústrias, como é o caso da Região Sul do Amapá.

.A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AVIAMENTO.

Um mecanismo concreto e sem sombra de dúvidas fundamental na manutenção da economia extrativista na região do Jari, na sua fase mais crítica, foi a possibilidade do capital manter uma estrutura de aviamento, que permitiu com que uma parte da população continuasse a se deslocar aos castanhais para coletar a castanha demandada pelo mercado exportador.

A manutenção dessa estrutura se torna possível, em virtude da indústria de beneficiamento que assume o monopólio da compra da castanha da região, se utilizar e ter acesso a venda antecipada da produção de cada safra as empresas comerciais estrangeiras.

Nos parece importante ressaltar, que toda a produção de

castanha da região, passa ao monopólio de uma única indústria beneficiadora, cujos proprietários são donos de castanhais do Sul do Pará, portanto detendo uma grande experiência na estimativa de safras. Esta experiência lhes garante uma relativa segurança na negociação antecipada da produção em dólares, abrindo-se assim a possibilidade de manter uma forte estrutura de aviamento.

Para o Amapá, a indústria passa a se relacionar diretamente com dois grandes comerciantes do Porto de Santana-AP, que recebem antecipadamente o dinheiro necessário para aviar com mercadorias os regatões e pequenos comerciantes que penetraram nos Rios Jari, Cajari e Maracá para aviarem os trabalhadores extrativistas e assim se apossarem da produção requerida pela indústria.

A relação direta com a Indústria, permitiu aos dois comerciantes, negociarem com o Projeto Jari parte da estrutura produtiva extrativista existente na região, como os burros, e a utilização dos galpões e estradas existentes. O aviamento também permitiu a estes comerciantes se estruturarem com barcos, caminhões e galpões para armazenamento da castanha.

Nos parece evidente, que o aumento no número de cadeias de intermediação, foi uma das fortes razões que tornou o aviamento feito pelos regatões e pequenos comerciantes locais aos extrativistas, inferior no fornecimento das mercadorias e mais explorador nas relações de troca que o praticado pela empresa extrativista, visto que estes próprios regatões e pequenos comerciantes locais tiveram que se estruturar para cumprir as suas funções, além de se encontrarem também fortemente explorados pelos comerciantes que lhes aviam mercadorias.

Em que pese a sua condição de insatisfatório para o

atendimento das necessidades da população local, o aviamento foi um mecanismo muito eficiente na manutenção da economia extrativista no Sul do Amapá, favorecido tanto pelo isolamento geográfico da região, como por ser um mecanismo fortemente entranhado na cultura dos trabalhadores extrativista. Assim, o aviamento através dos regatões e comerciantes locais foi fundamental para garantir a permanência dos trabalhadores no local, seja suprindo parte das suas necessidades em produtos não produzidos na região, como por garantir a "eterna dívida", que impossibilitou o deslocamento dos trabalhadores extrativistas para outras atividades.

A grande queixa dos produtores extrativistas quanto aos "pequenos patrões", é que a partir deles, as mercadorias passaram a ter um custo mais alto e diferenciados de comunidade para comunidade, e conseqüentemente os seus produtos desvalorizados em relação a época da "empresa dos portugueses".

As relações de aviamento se reproduziram ao longo do tempo, através da figura da dívida que fica de uma safra para outra, e que no conjunto dos valores do extrativista, é uma questão de honra saldá-la.

Na fase do Projeto Jari, o montante de recursos gastos com o aviamento individual ao extrativistas, parece ter diminuído, seja pelo aumento no número de cadeias de intermediação, como também pelo processo de diversificação em curso nas unidades produtivas, onde o extrativista passa a produzir também parte de sua subsistência, o que de certa forma permitiu ao regatões e comerciantes com pequeno capital, se reproduzirem, reproduzindo o processo de expropriação de riquezas extrativistas no Sul do

Amapá, contribuindo assim para a manutenção da economia extrativista nesta região.

.A NÃO DIVISÃO JURÍDICA DAS TERRAS NO SUL DO AMAPÁ.

Este também nos parece, ter sido um importante mecanismo na manutenção e reprodução da economia extrativista da região. Pois, a medida em que o Projeto Jari criava e difundia a idéia de que todas as terras do Sul do Amapá eram propriedades suas, dificultando inclusive o acesso para estas áreas, contribuiu para que não acontecesse no Sul do Amapá, o mesmo processo de ocupação que se estabeleceu em outras regiões da Amazônia.

O Projeto Jari, ao não demonstrar interesses na abertura do trecho da estrada BR-156 que ligaria a Região Sul do Amapá a capital do Estado, principalmente por não ter o domínio jurídico das terras que considerava de sua propriedade, evitou o estabelecimento de um dinâmico mercado de terras na região e o desenvolvimento de um processo violento de ocupação destas áreas por madeireiros, fazendeiros, grandes empresas agropecuárias e mineradoras que desencadeariam sérios conflitos com os posseiros locais e os deslocados de outras regiões, tal qual aconteceu no Sul do Pará.

A não construção desse trecho da BR-156 *"incluído no plano de metas de alguns governadores do antigo Território do Amapá, principalmente pela importância que essa estrada representa para a integração do estado a outras regiões do Brasil e também para o próprio desenvolvimento dos municípios de Mazagão e Laranjal do Jari."* (GEA-DER-AP,1991) evitou a destruição das bases naturais de reprodução da economia extrativista autosustentável (castanhais,

seringais e açaiçais) para a implantação de projetos agropecuários. Assim, os desmatamentos feitos pelo Projeto Jari, superiores a 200.000 hectares, ficaram restritos ao Estado do Pará, destruindo inclusive grandes áreas de castanhais desse Estado.

Até o ano de 1989, os trabalhadores extrativistas, desinformadas quanto a questão jurídica das terras e do usucapião, trabalharam no extrativismo, considerando as terras como propriedade do Projeto Jari. Esta idéia, para a manutenção da economia extrativista teve a sua importância, pois evitou qualquer tipo de cercamento, o que permitiu o acesso dessas famílias a diversidade dos recursos naturais existentes nos diferentes ecossistemas locais, como castanhais, seringais, açaiçais, caça e pesca, barateando para o capital extrativista a utilização do aviamento como um mecanismo de reprodução da força de trabalho.

.A CRIAÇÃO DE UM MERCADO DE TRABALHO.

A instalação do Projeto Jari na região, de imediato cria um forte mercado de trabalho, que em seu início tende a esvaziar os castanhais e seringais. Este mercado inicialmente absorve uma grande parte de trabalhadores do extrativismo vegetal, que é utilizada principalmente nos desmatamentos que são feitos para os projetos de Reflorestamento. A absorção de trabalhadores da região é efêmera, logo o projeto começa a expelir essa força de trabalho, por não se adequar aos seus processos de exploração, e ao tipo de trabalho oferecido, sendo substituída por força de trabalho deslocada do nordeste.

Apesar da absorção ser efêmera, ela aconteceu no momento mais crítico da economia extrativista, nos primeiros anos do projeto, quando não houve o aviamento dos trabalhadores, por não interessar ao projeto Jari a coleta da castanha, e não haver se estruturado ainda o financiamento via regatões. Dessa forma, o emprego de membros das famílias no grande projeto, de certo modo amorteceu os efeitos da crise que a população enfrentou, pela falta do aviamento, a medida em que os membros da família que saem para trabalhar fora mantêm vínculos econômicos com as unidades familiares de produção, nessa época em processo de constituição.

.AS CONTRADIÇÕES DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO AMBIENTAL.

Com os estudos científicos mais recentes sobre a destruição da camada de ozônio, o derretimento da calota polar em função do efeito estufa, o perigo da perda da biodiversidade pela destruição da floresta, colocaram em cheque o modelo de desenvolvimento para Amazônia via grandes projetos e destruição da floresta.

A preocupação da comunidade acadêmica e o próprio nível de desmatamento resultantes do modelo de Desenvolvimento para a Amazônia, criaram as condições favoráveis ao fortalecimento dos movimentos de trabalhadores extrativistas e índios da Amazônia que ao se aliarem com os movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, conseguem pressionar os governos, forçando-os a discutirem novas propostas de desenvolvimento para a região, que não dependam da destruição da floresta.

Das discussões, emergem as propostas de criação de Reservas

Extratrivistas na Amazônia, onde, na região Sul do Amapá são feitos os estudos para a criação de três Reservas Extrativistas, sendo criada a Reserva Extrativista do Rio Cajari. Esses estudos permitem que a partir daí se estabeleça um processo de informações e de questionamento sobre o direito de propriedade dos Castanhais e Seringais da região. Este processo foi muito importante para a manutenção da economia extrativista na região, ao criar um novo fôlego a nível dos trabalhadores extrativistas na luta pela continuação da exploração das riquezas extrativistas da região.

Este processo levou a um fortalecimento político dos trabalhadores extrativistas do Sul do Amapá, que hoje através do Conselho Nacional dos Seringueiros e de outras organizações não governamentais, conseguem se vincular e se articular de diversas formas, com os movimentos ambientalistas de todo o mundo, saindo esta população trabalhadora, do seu isolamento quase secular na região.

2-OS MECANISMOS INTERNOS RESPONSÁVEIS PELA MANUTENÇÃO DA ECONOMIA EXTRATIVISTA.

Na nossa análise partimos do princípio de que a permanência da economia extrativista no capitalismo, tal como se manifestou na Amazônia; não se deve apenas as determinações impostas pelo capital. O pressuposto é de que existe um espaço de autonomia a essas determinações, que se configuram em resistências e estratégias de sobrevivência dentro do campo criado pelas necessidades de valorização do capital. Nesta concepção teórico-metodológica distinguimos alguns mecanismos inerentes a população extrativista, que lhe creditamos determinada importância na manutenção da economia extrativista, sobre os quais tentaremos tecer as considerações analíticas emanadas do nosso esforço intelectual.

.O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UM PRODUTOR FAMILIAR AGROEXTRATIVISTA "AUTÔNOMO".

Alguns fatores de ordem externa criaram as condições necessárias para que se desencadeasse um processo de transformação, em que os castanheiros e seringueiros que trabalhavam compulsoriamente para um patrão passassem a se constituir em produtores familiares agroextrativistas. Desses fatores, podemos citar como os principais: o não cercamento das terras; a precariedade do aviamento feito diretamente pelos pequenos capitais comerciais; e a própria brecha deixada pelo Projeto Jari, ao abandonar o extrativismo vegetal por outras atividades produtivas, certamente mais lucrativas para os seus empreendimentos.

Apesar da inegável importância desses fatores de ordem externa, algumas características inerentes ao perfil desses trabalhadores foram fundamentais neste processo de campenização em curso na região.

A origem destes produtores pode nos dizer muito na garantia desse processo, são trabalhadores de origem cabocla, descendentes de populações ribeirinhas oriundas das ilhas do Pará e Amapá, onde se vivia da agricultura de subsistência numa região com relativa facilidade de acesso aos recursos naturais necessário ao autoconsumo. As populações ribeirinhas nas regiões de origem, eram compostas de trabalhadores autônomos na utilização da sua força de trabalho, usando-a de acordo com o tempo necessário para prover a sua subsistência da agricultura, caça, pesca e coleta de frutos, trabalhando nos horários mais adequados às condições climáticas da região, em jornada de trabalho descontínua, e vivendo numa economia pouco monetizada.

Os ancestrais dos produtores agroextrativistas, ao virem para a região do Jari no ciclo da Borracha, vieram geralmente a convite de um patrão e na busca de melhores condições de acesso a dinheiro, enganados pelas fantasias de enriquecimento fácil criada pelos patrões ou seus prepostos na fase de euforia da borracha. Ao chegarem na região, estes trabalhadores tiveram que trabalhar compulsoriamente para atender as necessidades do patrão, o que era garantido principalmente pelo mecanismo da dívida de aviamento, e pelo sistema de repressão.

Mesmo trabalhando compulsoriamente, e além das suas necessidades de subsistência, para pagar a dívida de aviamento,

se trabalhava em condições de horário suportável ao clima da região. Se observa que na época dos portugueses já havia uma relativa autonomia dos trabalhadores na utilização de seu trabalho, dentro dos limites de pagamento da dívida de aviamento.

Com o abandono das atividades extrativista pelo Projeto Jari, e com o enfraquecimento do sistema de aviamento, estes trabalhadores passam pouco a pouco a se constituírem em produtores familiares, tornando-se posseiros das áreas extrativistas abandonadas e fazendo as suas pequenas roças para complementar a sua subsistência, frente a precariedade da nova estrutura de aviamento.

No nosso entender, a permanência dos trabalhadores extrativistas na região, e o desenrolar deste processo de campenização, só se torna factível devido a existência abundante de recursos naturais necessários ao autoconsumo imediato das famílias (caça, pesca e frutos silvestres) aliada necessariamente ao domínio cultural desta população nas técnicas de coleta e utilização dos recursos existentes na floresta e nos rios, que passam a ser fundamentais a subsistência das unidades familiares que se formam. Tanto é, que é insignificante o número de famílias de origem nordestina que permaneceram na atividade extrativista, no Sul do Amapá.

Dessa forma, utilizando a sua herança cultural de autonomia e domínio dos recursos naturais amazônicos necessários a sua subsistência, os trabalhadores extrativistas respondem as condições adversas que lhe são impostas externamente, mudando a sua forma de produzir e se relacionar com a produção, dinamizando um processo em que os antigos trabalhadores para um patrão vão se

constituindo paulatinamente em unidades familiares de produção onde o trabalho de todos os membros da família, se organizando em uma divisão social do trabalho adequada as novas necessidades do processo de produção, passa a ser fundamental na sobrevivência dessa famílias que embora produzindo "autonomamente", se encontram no ato da troca subordinados através da dívida aos regatões e pequenos comerciantes locais.

Este processo de campenização iniciado na década de 70, toma força no final da década de 80, quando se desfaz o mito do Projeto Jari como dono legal de todas as terras para a uma visão de trabalhador da sua própria terra, ou da terra do governo.

Como unidade de produção familiar, este trabalhador extrativista tem condições de garantir o fornecimento dos produtos exigidos pela indústria, em condições adversas de mercado e recebendo um volume menor de aviamento. Tanto é que se observa no estudo feito, que para o capital já não é mais necessário garantir o aviamento como uma espécie de "salário", ou seja, como uma forma de fornecer todos os bens necessários a reprodução da força de trabalho do extrativista, tal qual acontecia na fases em que a atividade extrativista dinamizava a economia local.

Esta possibilidade de sobreviver em condições adversas de mercado e aviamento, se deve a nível interno, pela participação de quase totalidade dos membros da família na divisão do trabalho que se organiza no interior da unidade de produção agroextrativista, pela qual não se paga salário ou qualquer remuneração pelas tarefas executadas. Sendo que esta força de trabalho ao ser utilizada na agricultura, caça, pesca e coleta,

consegue produzir grande parte do seu autoconsumo, bem como alguns insumos possíveis de produzir na própria unidade de produção. Neste sentido, a própria dependência do mercado se reduz na reprodução da força de trabalho, dando as unidades de produção uma maior capacidade de sobrevivência em condições adversas de acesso aos produtos não produzidos pela unidade de produção.

Para o capital, o processo de campenização faz com que o custo de reprodução da atividade extrativista se reduza, permitindo com que o aviamento passe a ser uma atividade não obrigatória durante o ano todo, e seja utilizado apenas na época da coleta. Neste sentido, o capital pode atuar na região na forma de pequenos capitais comerciais, representado pelos regatões e pequenos comerciantes locais, que no seu processo de apropriação das riquezas se utilizam também de relações extra-econômicas como o parentesco, amizade, compadrio e troca de favores, para garantir a dívida de aviamento e/ou o compromisso de venda da próxima safra.

Frente ao discutido, o processo de campenização ao reduzir os custos do capital na apropriação da riqueza extrativista, e ao permitir a sobrevivência da população extrativista numa condição adversa de acesso aos mercados de produto e de trabalho, tem o seu forte peso na manutenção da economia extrativista da região, concorrendo com as atividades de caráter especificamente capitalista, desenvolvidas pelo Projeto Jari.

.O PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO.

A riqueza de recursos naturais existentes na região e a

possibilidade de sua utilização relativamente fácil seja para o autoconsumo como para o mercado pelas unidades familiares de produção que se constituíram, foi um fator importante para a permanência da população extrativista na região, reproduzindo nas condições de trabalhadores a economia extrativista.

A existência de abundantes castanhais, seringais, açazais, aindirobais, caça, pesca e solo fértil para a agricultura possibilitou o estabelecimento de um processo de diversificação que muito facilitou a organização e a reprodução da economia extrativista sobre forma de unidades de produção agroextrativistas tocadas com o trabalho familiar.

O processo de diversificação, que conjugou o extrativismo com a agricultura, representou para as unidades de produção uma economia na utilização dos poucos recursos monetários adquiridos nas vendas; amorteceu as pressões para a derrubada da floresta seja para a venda de madeira como para o estabelecimento das roças; reduziu as necessidades internas de abastecimento e o volume da dívida de aviamento; possibilitando a intensificação e a ocupação do trabalho familiar durante o ano todo mantendo na residência um número maior de membros da família, inclusive os expurgados do mercado formal de trabalho. Isto tudo racionalmente combinado, representou para a população extrativista uma maior capacidade de sobreviver na região em condições fortemente adversas, dadas pelo isolamento geográfico e pela super-exploração do capital comercial.

Em contrapartida, para o capital extrativista, esse processo de diversificação, permitiu um nível satisfatório de remuneração em todas a cadeia de aviamento, mesmo trabalhando com um volume

de recurso relativamente menor em relação as fases anteriores, tendo em vista que a diversificação lhe possibilitou elevar o nível de exploração nas relações de troca a um gradiente talvez nunca alcançado antes na região, sem comprometer a reprodução da força de trabalho envolvida na atividade extrativista.

.AS DIFICULDADES DE ACESSO DA POPULAÇÃO AO MERCADO FORMAL DE TRABALHO.

A instalação do Projeto Jari criou de imediato um mercado de trabalho, que no início puxou parte dessa população para as atividades de desmatamento desenvolvida pelo projeto na região.

Pouco tempo depois, este mercado de trabalho começa a rejeitar os trabalhadores da região, pois para o Projeto Jari "*aquela gente nativa preguiçosa e incapaz*" (Pinto, L.F. 1986 p.86), não se adapta as peculiaridades do trabalho assalariado e suas jornadas contínuas. A não adaptação pode ser creditada principalmente ao tempo de trabalho e aos horários de trabalho, geralmente inadequados às condições climáticas da região: temperatura alta, umidade do ar elevada e grande insolação, que tornam o trabalho a céu aberto no período das 10:00 horas as 16:00 horas muito desconfortável e desgastante para o trabalhador extrativista acostumado com a trabalhar sob as sombras da floresta e em jornadas descontínuas.

Um outro fator que dificultou o acesso desses trabalhadores ao mercado de trabalho criado pelo grande projeto foi que, com o passar do tempo, a grande concorrência por este mercado e a complexidade das atividades passaram a exigir uma escolaridade maior que a apresentada pelos trabalhadores extrativistas, já que

mais de 70% são analfabetos. Neste sentido, as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, contribuem para que esses trabalhadores, se organizando em unidades familiares de produção, passem a vender a sua força de trabalho na forma de produtos agroextrativistas requeridos pela sociedade envolvente.

Conforme se verificou na pesquisa, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal é sentida concretamente, a medida que as chances existentes hoje, se resumem a força de trabalho feminina, na função de empregada doméstica dos funcionários mais aquinhoados do Projeto Jari. O que obriga a força de trabalho masculina a ter como uma das poucas alternativa para a sua sobrevivência, a utilização do seu trabalho na coleta e agricultura, onde consegue uma remuneração suficiente para garantir a reprodução da sua força de trabalho e também da unidade familiar de produção.

Os poucos que conseguem chegar ao mercado de trabalho, continuam a manter um vínculo econômico com a unidade de produção, às vezes ajudando outras dependendo financeiramente da mesma. Isto mostra a solidez das relações de parentesco se configurando em um forte mecanismo interno para a manutenção das unidades de produção familiares e assim, da economia extrativista na região.

.A QUESTÃO MORAL DA DÍVIDA DE AVIAMENTO.

Na cultura local se encontra muito entranhada a questão moral da dívida, ou seja, no imaginário dos extrativistas o pagamento da dívida de aviamento se tornou uma questão de honra, e uma própria estratégia de sobrevivência deste produtor

enquanto tal na região. Assim, a unidade de produção ao ficar devendo para a próxima safra, mantém uma preocupação sempre presente em pagar essa dívida, mesmo que isto se dê a dura penas.

O regatão e o pequeno comerciante, no imaginário desta população que vive numa situação de isolamento, representam muitas das vezes, os únicos agentes extra-familiares que demonstram uma certa preocupação para com o extrativista e família, trazendo-lhe as principais mercadorias que ele não tem acesso normalmente, servindo de "correio" entre o extrativista e os seus familiares e amigos que moram na cidade e fazendo outros importantes favores, como fornecendo-lhes remédio e outra espécie de apoio nos momentos de doença.

Frente a isto, o extrativista, se vê obrigado em cada safra, como questão de honra no pagamento das dívidas e favores, em coletar aquilo que estes agentes comerciais desejam. Apesar de terem uma relativa consciência da exploração destes agentes, eles são considerados pelos produtores agroextrativistas, como um mal necessário para a região, face ao isolamento e ao abandono em que vivem seus moradores. Neste sentido, pagar as dívidas de aviamento coletando o que os regatões e comerciantes desejam, parece ser também, uma importante estratégia de sobrevivência das unidades de produção.

Nos últimos dois anos, com a abertura de estradas, a influência do regatão e comerciantes locais passa a ser diminuída. Isto representa um duro golpe para o pequeno capital comercial em seus ganhos no processo de troca de mercadorias, pois também vem se estabelecendo um processo de quebra do monopólio na comercialização e beneficiamento da castanha da

região. O que de certo modo, se tornou um fator que está conseguindo romper com a figura cultural da dívida de aviamento, já que a estrada vai destruindo as condições de isolamento da região e permitindo que a população extrativista tenha acesso mais rápido as informações de mercado, consiga comprar as suas mercadorias nos supermercados da cidade e entregar a produção a quem melhor preço lhe pagar.

As transformações atuais, começam a exigir dos compradores de castanha, dinheiro em vez de mercadorias. Dessa forma, é possível que a figura tradicional do aviamento tome a forma, partir de então, numa espécie de crédito para o pagamento antecipado da safra em dinheiro aos produtores agroextrativistas.

.A RELAÇÃO DE FAMILIARIDADE COM A FLORESTA E O RIO.

Um dos fatores também muito importante a nível interno e de ordem cultural, que contribuiu para a permanência dos trabalhadores e a manutenção da economia extrativista na região foi a familiaridade destes com a floresta e o rio, no suprimento de suas necessidades imediatas. Esta familiaridade é resultante da sua origem amazônica e ribeirinha, com a herança cultural de um conhecimento acumulado há séculos na utilização dos principais recursos regionais.

O conhecimento e a familiaridade com a floresta e com o rio permitiu que essa população sobrevivesse aos longos anos de isolamento em que as áreas extrativistas se submeteram, após o Projeto Jari ter se apossado da região, permitindo-lhe uma dependência reduzida dos bens produzidos fora dessas áreas.

Nos períodos críticos de abastecimento, os remédios se

resumiram as ervas medicinais, os óleos de cozinha eram feitos da própria castanha, a dieta alimentar foi exclusiva da caça, pesca e frutos silvestres complementados com a farinha de mandioca.

Os trabalhadores de origem nordestina que trabalharam na fase áurea do extrativismo na região, parece terem se deslocados para o assalariamento no Projeto Jari, tanto é, que os produtores de origem nordestina que se encontram atualmente na região, estão distribuídos nas margens das estradas que foram abertas próximo a Laranjal do Jari.

A pesquisa nos mostrou um comportamento diferenciado dos produtores de origem nordestina que se encontram produzindo na área de estudo em relação aos produtores agroextrativistas de origem amazônica. Os de origem nordestina, se encontram há muito pouco tempo produzindo ou ocupando terra na região, eles desenvolvem mais atividades de cunho predatório, na utilização de recursos naturais, como seja a derrubada de imensas áreas onde é retirada a madeira para venda com posterior plantio de arroz. A maior parte da alimentação dos nordestinos é adquirida através de compras, já que não conseguem ser eficientes na caça e na pesca. Suas atividades são preferencialmente agrícolas, sendo o extrativismo só da madeira. Se observa ainda, nessas áreas onde se encontram os nordestinos, uma elevada rotatividade de famílias na ocupação das terras.

Esse comportamento diferenciado do nordestino em relação ao amazônica que permaneceu no extrativismo, reforça a tese da importância da familiaridade e do conhecimento da floresta e do rio para a manutenção da atividade extrativista na região, e nos mostra a pertinência de uma citação de Maurice Godelier,

ilustrativa para o nosso caso, que afirma ser "necessário analisar cuidadosamente o sistema das representações que os indivíduos e os grupos, membros de uma determinada sociedade, formulam sobre o seu meio, pois é a partir destas representações que os indivíduos ou grupos atuam sobre o meio." (Carvalho, E.A. 1981 p.53). E certamente, a forma de ver a floresta de um trabalhador amazônida deverá ser bem diferente de um trabalhador nordestino, que expulso de sua terra é obrigado a se relacionar com um espaço para ele tão misterioso e geralmente inóspito.

. A CAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA POPULAÇÃO EXTRATIVISTA.

Um dos mecanismos que nos parece muito forte e decisivo na manutenção da economia extrativista na região é a crescente capacidade de organização e articulação política dessa população.. A consciência da necessidade de lutar pela posse da terra, a organização dos trabalhadores na Cooperativa, e Associações, o seu vínculo com o Conselho Nacional dos Seringueiros e a capacidade de articular novas alianças foi um mecanismo que segurou e abriu novos horizontes para a economia extrativista, a ponto de se criar a Reserva Extrativista do Rio Cajari e os Assentamentos Extrativistas do Rio Maracá. No nosso entender, este será o mecanismo que se tornará cada vez mais decisivo na viabilização das Reservas Extrativistas, na maior apropriação pelos trabalhadores nas riquezas gerada por eles, e na perenidade da economia extrativista da região Sul do Amapá.

3-AS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA EXTRATIVISTA DO SUL DO AMAPÁ A TÍTULO DE CONCLUSÃO.

O esforço intelectual de fazer uma sintética e contextualizada abordagem da História do Desenvolvimento Capitalista da Amazônia particularizando a Região do Jari, e de mergulhar profunda e detalhadamente no funcionamento interno das Unidades de Produção Agroextrativistas do Sul Amapá, buscando as respostas para as nossas inquietações acadêmicas imediatas, nos colocou frente a frente a um conjunto abrangente de informações e determinações mostradas pela realidade da economia extrativista.

A articulação do que conseguimos apreender no nosso estudo, com as informações mais recentes que emergem dos debates contemporâneos sobre a " questão amazônica" nos permitem de certa forma, formular a nossa opinião sobre um tema que tem polemizado os debates atuais e que versa sobre a viabilidade e a perenidade do extrativismo vegetal autosustentável no desenvolvimento da Amazônia.

Sobre este aspecto, nos parece pertinente destacar, que o desenvolvimento que estamos considerando nesta discussão, é o desenvolvimento da própria população que produz a riqueza extrativista, pensado no seu acesso aos direitos sociais, e não apenas a visão de desenvolvimento enquanto crescimento econômico, ou ainda desenvolvimento apenas das forças produtivas do capital. Dessa forma, nos parece evidente, que o desenvolvimento tal como estamos entendendo, passaria por uma apropriação maior, por parte dos trabalhadores extrativistas, do volume das riquezas por eles produzida.

Quanto a viabilidade do extrativismo vegetal no desenvolvimento da Amazônia, no nosso entender, a simples generalização de uma análise "técnico-econômica" nos moldes da economia neoclássica, como faz Homma(1989), não nos parece suficiente para a explicação. Acreditamos ser preciso ir mais longe, considerando principalmente outros fatores econômicos e extraeconômicos que merecem também serem profundamente analisados. É evidente, que não estamos nos propondo a fazer, como escopo conclusivo deste trabalho, esta análise, pelas limitações de diversas ordens que nos são impostas. Porém não vamos nos furtar de expor alguns indicativos das nossas percepções, como uma primeira contribuição ao debate.

Entendemos, que para especular sobre as perspectivas da economia extrativista, no nosso caso a do Sul do Amapá, seria primeiramente necessário fazer uma avaliação das tendências a nível mais geral do movimento do capital, principalmente a partir do que se delinea atualmente, no processo de globalização da economia e transnacionalização do capital, sem perder de vista as discussões contemporâneas e o comportamento político da sociedade civil sobre a problemática do modelo de desenvolvimento capitalista em curso com os seus efeitos nocivos sobre o meio ambiente e o esgotamento dos recursos naturais renováveis nas diversas regiões do mundo.

A AMAZÔNIA FRENTE AO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO GLOBAL DE CAPITAL.

A realidade da economia mundial nos mostra um processo muito acelerado de concentração da riqueza global produzida,

favorecendo principalmente os países mais industrializados. Essa concentração divide o mundo em dois grandes blocos: o Primeiro Mundo que agrupa os países industrializados ou "países ricos" e o Terceiro Mundo congregando os países subdesenvolvidos ou "países pobres".

No Primeiro Mundo é onde se encontra o grande mercado mundial, concentrando aproximadamente 85% das riquezas gerada em todo mundo, nas mãos de 15% da população do planeta. O restante da população (75%) consegue reter apenas 15% da riqueza capitalista, no chamado Terceiro Mundo(Iriarte, G. 1982 p.24). Esta distribuição desigual, tende por si só a aumentar as desigualdades entre os dois grandes blocos, pois "*De acordo com o Banco Mundial, os países menos desenvolvidos receberam 5.6% da renda mundial em 1978, mas somente 4.5% em 1984.*" (Trainer,T;1991,p.52).

Paralelo a esta concentração e distribuição geográfica das riquezas produzidas, também se verificou um processo brutal de centralização de capitais, ou seja de "*expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grande*"(Marx,K. 1987 p.727), que constituiu e fortaleceu grandes Empresas Transnacionais, que oligopolizaram as economias dos chamados "países pobres", interferindo fortemente no preço das matérias primas importadas dos mesmos.

As Empresas Transnacionais, ao dominarem todo o desenvolvimento tecnológico ocorrido no mundo, conseguem através de um processo avançado de substituição das matérias primas tradicionais, provocar a queda no preço dos principais produtos

que são exportados dos países do Terceiro Mundo, fornecedores tradicionais de matérias primas.

Dessa forma, a crise do capitalismo, que é também uma crise de realização de mercadorias, afetou e afetará principalmente os "países pobres", não lhes dando grandes perspectivas de desenvolvimento tecnológico, em condições de competir nos grandes mercados das Transnacionais. Isto cria uma impossibilidade estrutural na geração dos novos empregos, necessários ao atendimento do elevado crescimento populacional do Terceiro Mundo. Provocando inclusive uma redução no número de empregos existentes nestes países, acelerando profundamente o nível de pobreza nos últimos anos.

Com o efetivo controle das matérias primas dos "países pobres", a grande concorrência das transnacionais passa a se estabelecer na ocupação de espaços no grande mercado dos "países ricos", se verificando assim um intenso movimento de retorno do capital que se encontrava nos "países pobres" para os seus países de origem. Isto torna o destino dos países do Terceiro Mundo cada vez mais sombrio, quanto as suas perspectivas de desenvolvimento, no modelo dos países industrializados.

Na concorrência pelo grande mercado dos "países ricos", as transnacionais investem pesado em geração de tecnologias como forma de baratear cada vez mais os custos de produção das mercadorias, diminuindo a dependência das matérias primas tradicionais, através do processo de substituição. Como resultado desses investimentos, a biotecnologia e a engenharia genética passam a se constituir como a base de uma nova revolução tecnológica, onde a manipulação de genes através de

microrganismos, a biossíntese, a cultura de tecidos, e a tecnologia de enzimas entre outras formas de utilização da biogenética, além de criar um mercado, com projeções de médio prazo de 50 a 100 bilhões de dólares anuais(Hobbelink,H. 1990 p.187), criam também as condições para a desvalorização cada vez maior, das reservas de matérias primas tradicionais do Terceiro Mundo. O que significa a agudização irreversível da crise econômica nesses países.

Um outro aspecto importante do capitalismo, que afetará o destino da economia extrativista, é o processo cruel de destruição dos recursos naturais renováveis e não renováveis que se desencadeou no movimento global de valorização do capital, com fortes prejuízos para o meio ambiente: como a questão do efeito estufa e da destruição da camada de ozônio. Isto ao colocar em risco a própria sobrevivência da humanidade, provocou uma forte reação de vários setores sociais do Primeiro Mundo principalmente, buscando um modelo de desenvolvimento não poluente e não predatório. Advém daí o conceito fortemente debatido nos dias atuais, de "desenvolvimento autosustentável".

Estes condicionantes que se colocam na discussão contemporânea, têm muito a ver com as perspectivas da economia extrativista da Amazônia, pois a revolução tecnológica da biotecnologia depende a curto prazo da biodiversidade existente nas florestas tropicais: "*Sabe-se que a Amazônia guarda ainda, a última e grande riqueza genética da humanidade*" (Hobbelink, H. 1990 p.179). Neste sentido, existe por parte dos "capitais de ponta", uma certa necessidade em manter esta floresta em pé, até se eliminar a dependência da matéria prima potencial da Amazônia

que é a biodiversidade, insumo fundamental das indústrias da biotecnologia, da farmacologia moderna e outros setores fundamentais da economia contemporânea.

Assim, nos parece que, neste contexto, emergem um conjunto de contradições de diversas ordens, que colocam em confronto os interesses dos capitais que se valorizam com a mineração e extração madeireira e os capitais transnacionais envolvidos com a biotecnologia.

Sendo assim, a nível estrutural, a crise na oferta de novos empregos e os interesses na preservação da floresta, criam um campo propício para a persistência da economia extrativista. Inclusive como uma bandeira de luta encampada por importantes setores do capital, tendo como pano de fundo a gravidade da "questão ambiental", e as pressões políticas dos movimentos ambientalistas dos diversos países.

Nesse sentido, em função das tendências que nos mostram uma forte necessidade da biodiversidade na valorização de "capitais de ponta" e a irreversível crise de desemprego no Terceiro Mundo, fazem com que a permanência da economia extrativista possa se perpetuar por muitos mais anos, porém em relações e estruturas bem diferenciadas dos ciclos anteriores, e preferencialmente na forma de produção familiar e associada a pequena agricultura.

Do ponto de vista das populações locais, os resultados alcançados até então, como a criação por decreto da Reserva Extrativista do Cajari e dos Projetos de Assentamento Extrativistas no Rio Maracá, demonstram uma certa capacidade desta população em se organizar e se articular com outros fortes

movimentos sociais, na luta política contra os interesses de capitais tradicionais que exploram predatoriamente a região (madeireiras, palmitteiras, mineradoras, etc.). O fortalecimento desta capacidade de organização são os pressupostos básicos para a viabilização dos projetos das populações extrativistas da Amazônia e conseqüentemente da viabilidade ou perenidade da economia extrativista de exploração autosustentável.

A capacidade política de fazer valer os seus projetos coletivos, evidentemente passará por uma necessidade desse tipo de produtor, em abrir mão um pouco mais no que Tepicht(1973) chama de "coletivismo familiar e individualismo social", ou seja da forte tendência que existe do produtor familiar em se fechar ao nível apenas, dos interesses do seu grupo familiar.

Algumas das principais condições que no Sul do Amapá garantiram a manutenção da economia extrativista, também são condições importantes na viabilização do Projeto de Reserva Extrativista da região, principalmente a condição de não divisão das terras, que permitiu aos trabalhadores extrativistas, se constituírem em produtores familiares com acesso a diversidade dos ecossistemas da região. Esta condição, na Reserva Extrativista, poderá garantir uma distribuição descontínua da floresta sem grandes conflitos, permitindo a manutenção do acesso das unidades de produção a diversificação de atividades, favorecendo uma utilização mais coletivizada dos recursos naturais que nos assentamentos tradicionais de agricultores. O que consideramos como condição necessária para um maior fortalecimento sócio-econômico e político desses produtores.

Cada vez mais nos parece evidente, que a viabilização

econômica da Reserva Extrativista dependerá fundamentalmente de uma organização política forte da população extrativista, que a capacite para as alianças ágeis com os movimentos sociais (ambientalistas ou não), das sociedades civis dos diversos países do mundo.

SOBRE A ECONOMICIDADE E A VIABILIDADE DO EXTRATIVISMO.

Uma análise profunda da economicidade e viabilidade da economia extrativista no capitalismo em sua fase contemporânea, não pode se sustentar apenas numa extrapolação da perda de competitividade da borracha natural, tal qual ocorreu na crise do Ciclo da Borracha, como Homma(1989) privilegia como exemplificação na sua análise neoclássica. É importante compreender que as condições atuais são outras, onde " *A economia política dos assuntos mundiais (economia global) torna-se a cada dia, brutalmente menos econômica e mais política.*" (Dreifus, R.A. 1991 p.51). Para a qual, existe em função dos interesses e do poder das Empresas Transnacionais um novo protecionismo ou comércio administrado politicamente que implica segundo Dreifus " *na continuidade de diversos mecanismos e atitudes políticas e legais: arranjos especiais nas transações comerciais, que favorecem ou atingem o parceiro circunstancial em função de cálculos políticos e econômicos; restrições qualitativas e quantitativas nas importações e exportações, subsídios na produção e comercialização, tratamento preferenciais, etc.*"(Dreifus,R.A. 1991 p.53).

Nas argumentações utilizadas pelo engenheiro agrônomo

Homma(1989), para mostrar a inviabilidade e a fragilidade do economia extrativista na Amazônia, ele mostra que caso ocorra uma forte demanda por produtos extrativistas, esta economia se inviabilizará a partir de uma concorrência que se estabeleceria com a produção de espécies domesticadas e de seus substitutos sintéticos que cresceria, como ocorreu na crise do Ciclo da Borracha. Isto teria uma consistência maior, se o mercado continuasse sendo uma instância livre, sem as influências e o poder das Empresas Transnacionais em afetá-lo de acordo com os seus interesses econômicos e políticos.

Além de tudo, é uma fragilidade que se estende não só ao extrativismo, mas a todas as atividades produtoras de matérias primas para os países industrializados, principalmente a agricultura de exportação, considerando-se os avanços tecnológicos dos últimos anos.

Ainda assim, sobre esta questão, existe um certo agravante que precisa ser considerado nessa análise: o avanço tecnológico ativando o processo de substituição será menos brutal para o extrativismo vegetal autosustentável que para a agricultura na Amazônia. Isto é facilmente justificável se considerarmos que a tecnologia responsável pelo substitucionismo é a Biotecnologia, que se encontra controlada pelas Transnacionais, que investem bilhões de dólares em pesquisas neste campo, e que a curto e médio prazo dependerá da biodiversidade existente na Floresta Amazônica. E nos parece evidente, que isto influenciará fortemente na instituição preferencial de um modelo de desenvolvimento capitalista com a floresta em pé em detrimento ao modelo que precisará derrubar a floresta para desenvolver a

agricultura. E neste caso, certamente prevalecerão as relações políticas sobre as puramente econômicas no trato desta questão, já que a biodiversidade é o insumo fundamental para os "capitais de ponta".

Um outro argumento defendido pelo mesmo autor, é que o aumento na demanda de terras para a agricultura será um forte fator que inviabilizará o extrativismo. Pela nossa análise, acreditamos, que o desenvolvimento da Biotecnologia tenderá a provocar por si só, uma diminuição na procura de terras para a agricultura no Terceiro Mundo, pois a tendência será de haver cada vez mais um deslocamento da agricultura para próximo a indústria, e da indústria para mais próximo do Grande Mercado que está no Primeiro Mundo. Neste sentido o efeito desse fator influenciando negativamente na economia extrativista poderá ser relativizado.

Um outro aspecto que consideramos importante, e que enfraquece uma extrapolação privilegiada da concorrência que levou a crise do Ciclo da Borracha para a situação atual da economia extrativista, considerando a região da pesquisa, é quanto as formas de produção em concorrência.

A concorrência que levou a crise da economia da borracha se estabeleceu praticamente entre empreendimentos capitalistas com composições orgânicas do capital diferenciadas, cuja parte vencedora detinha uma composição orgânica mais alta que a amazônica. Isto porquê, as relações de produção na Amazônia tinham como pressuposto a valorização de capitais, onde o aviamento que caracterizou o empreendimento amazônico nos parece como uma espécie não formal de salário para o trabalhador

extrativista, pois apesar de não ser pago totalmente em dinheiro, representava a quantidade de bens necessário a reprodução da força de trabalho desse trabalhador que se deslocava a região dos seringais a procura de trabalho, nas terras de um " patrão".

E esta concorrência é formalmente diferente da que se estabeleceria hoje contra Unidades de Produção Familiar, que têm como objetivo fundamental a nível interno, a reprodução da força de trabalho familiar, utilizando-se das relações de parentesco, que são "irracionais" a lógica capitalista. Portanto não visando a busca desenfreada do lucro capitalista, mas a satisfação das necessidades da família como unidade de produção e consumo. Este tipo de concorrência mostrou na agricultura mundial o não desaparecimento da produção familiar, mais a um processo modernizante na utilização da sua força de trabalho.

E a história nos mostrou que esta forma de produzir no campo, desapontando todos os prognósticos do seu desaparecimento, pelo menos sobreviveu na agricultura se adaptando as diferentes formas em que o capitalismo se manifestou no mundo. Isto nos leva a especular que no extrativismo, esta forma concorra com as formas mais modernas de produção no campo dos produtos que ela produz, se modernizando e rompendo pouco a pouco com as velhas estruturas como aconteceu na agricultura.

E com um forte e favorável agravante, de que a agricultura em todos os países desenvolvidos não se desenvolve dentro de uma simples relação técnico-econômica racionalmente capitalista. A história nos mostra que o que leva a agricultura a sua sobrevivência ou a sua capacidade de sobrevivência na concorrência capitalista, se deve muito a capacidade política

que este setor tem nos países desenvolvidos no enfrentamento com os outros setores da sociedade. Um exemplo recente foi a forte resistência ao corte de subsídio estabelecido pelo GATT.

Um outro aspecto que é importante considerar como favorável nas boas perspectivas para a economia extrativista do Sul do Amapá, está na própria capacidade histórica de adaptação da população extrativista as diferentes formas de manifestação da exploração capitalista na região, embora sempre numa situação de subserviência.

4-AS DIFICULDADES E ALGUNS ASPECTOS QUE NECESSITAM DE UM APROFUNDAMENTO TEÓRICO.

Os apologistas do chamado desenvolvimento agrícola na Amazônia, costumam a creditar nos debates, culpa ao extrativismo vegetal pelo atraso histórico no meio rural que vive dessa atividade. Isto no nosso entender representa uma generalização do observado no particular, pois ao procurarmos acompanhar toda a cadeia produtiva dos principais produtos extrativistas, se percebe que alguns setores destas cadeias acumularam grandes volumes de capitais gerados por esta economia.

Como vimos, a partir da teoria do valor trabalho é possível creditar teoricamente, parte da determinação do valor da riqueza extrativista que é apropriada pelos capitais da comercialização e da indústria aos trabalhos dos produtores extrativistas. Porém nos parece muito importante considerar na determinação deste valor o peso da Renda da Terra, ou Renda de Monopólio, ou Renda Absoluta de Marx, já que, não são todas as partes da Floresta que tem os seringais, castanhais e açazais, neste sentido, existe também a possibilidade de se atribuir o peso desta renda diferencial na determinação do valor. Teoricamente esta renda vindo da mais valia global, e não sendo apropriada pelo extrativista é transferida para outros setores da cadeia produtiva. Porém são questões que precisam melhor ser aprofundadas.

Nas discussões mais recentes, tem se colocado a importância de um "valor político" na questão dos produtos florestais amazônicos, ou para alguns, um "valor ecológico", que parte do

princípio de que: se a Amazônia tem um valor de uso para humanidade, que é a própria garantia da sobrevivência humana, logo seria necessário que a humanidade credite um valor mais alto aos produtos originários da "floresta em pé", o que se manifestaria em um preço político frente aos seus concorrentes cultivados. Este valor político se encontra incorporado nas bandeiras de luta de dirigentes de alguns movimentos ambientalistas, e encarnada também nas lutas do Conselho Nacional dos Seringueiros. Este valor é concebido como muito importante no projeto de teorização do desenvolvimento autosustentável para a Amazônia, e que poderia ser explicado teoricamente através de uma "renda ambiental", paga pelo resto da sociedade que depende da floresta.

Apesar de termos anunciado que daríamos neste estudo uma abordagem metodológica que procuraria não privilegiar qualquer um dos aspectos (interno ou externo) inerentes a Economia Extrativista analisada. Contudo, temos a consciência de que os estudos relacionados com os aspectos internos tiveram um peso maior durante todo o processo. Isto se deve as condições materiais que dispúnhamos para realizar este trabalho, que não nos permitiram caminhar além do que está posto. A forma desejada exigiria recursos de diversas ordens, não disponíveis, para que fizéssemos um estudo mais detalhado dos capitais envolvidos com o extrativismo vegetal do Sul do Amapá (indústrias e grandes empresas comerciais). Infelizmente, neste momento somos obrigados a concluir, deixando esta lacuna, que gostaríamos de vê-la melhor preenchida.

IV-BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas extrativistas, implementação de uma alternativa ao desmatamento na Amazônia. Curitiba, mimeo., 1988. 32p.
- , Reservas extrativistas, uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. Curitiba, mimeo., 1987. 85p.
- ASTER-AMAPÁ (Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Território Federal do Amapá). Anais do I Encontro de Castanheiros da Região do Jari. Macapá, mimeo., 1989. 17p.
- , Relatório do II Encontro de Castanheiros e I Encontro de Seringueiros. Macapá: mimeo., 1990. 16p.
- BECKER, Bertha. Amazônia. São Paulo, Editora Atica, 1990. 112p.
- BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: planetarização e moratória ecológica. São Paulo, CERED, 1989. 144p.
- BOLOGNA, Gianfranco.(Org.) Amazônia adeus. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990. 288p.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. Amazônia: expansão do capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1978. 208p.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará(1750-1817). Rio de Janeiro, Graal, 1984. 203p.
- CARVALHO, Edgard de Assis(Org.). Godelier. São Paulo, Editora Atica, 1981. 208p.
- CEPA-AP(Comissão de Planejamento Agrícola do Amapá). Diagnóstico da Região de Laranjal do Jari. Macapá, mimeo, 1985. 40p.
- CHAYANOV, Alexander V..La Organización de la Unidad Económica Campesina. Buenos Aires, Nueva Vision, 1985. 342p.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Reservas Extrativistas: estudos preliminares. Curitiba, mimeo., 1988. 58p.
- DE ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. O GEBAM, as empresas agropecuárias e a expansão camponesa. In Os Donos da Terra e a luta pela Reforma Agrária. Rio de Janeiro, CODECRI-IBASE, 1984. 103p.

- DREIFUSS, René Armand. Transformações globais: uma visão do Hemisfério Sul. Rio de Janeiro, mimeo., 1991. 77p.
- ECOTEC(Tecnologias Ecológicas). Projeto Castanha: estratégias para aumentar os retornos econômicos de populações extrativistas através do beneficiamento descentralizado da castanha. Rio Branco, mimeo.,1990. 30p.
- EMMI, Marília. A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais Belém, NAEA-UFGA, 1987. 196p.
- FILOCREÃO, Antonio Sergio Monteiro. O Estado e o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (uma síntese para reflexão). Campina Grande, mimeo.,1990. 94p.
- .Uma breve reflexão da questão camponesa à partir dos clássicos. Campina Grande, mimeo.,1990. 7p.
- .Extrativismo e Capitalismo: manutenção, funcionamento e reprodução da economia extrativista no Sul do Amapá - Projeto de Pesquisa.Campina Grande, mimeo.,1990. 42p.
- .A população extrativista do Sul do Amapá: origem, formas de produzir, relação com o mercado, organização e luta política - Relatório de Pesquisa.Campina Grande, mimeo., 1991.,115p.
- GARRIDO FILHA, Irene. O Projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia. Rio de Janeiro, Vozes, 1980. 196p.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A morada da vida. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 164p.
- HOBBELINK, Henk. Biotecnologia: muito além da revolução verde. Porto Alegre, AGE, 1990. 196p.
- HOMMA, Alfredo King Cyama. Perspectivas da Economia Extrativista Vegetal na Amazônia. Belém, mimeo.,1989. 96p.
- GOVERNO do Território Federal do Amapá. Proposta da Nova Divisão Municipal do Território do Amapá. Macapá, mimeo.,1982. 42p.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. O SUL: caminho do roçado. São Paulo, Marco Zero, 1990. 286p.
- GOVERNO do Estado do Amapá.-SIAP. Anuário Estatístico do Amapá. Macapá, SEPLAN, 1989. 334p.
- .Laranjal do Jari, relatório de pesquisa sócio-econômica. Macapá, DHS, 1983.
- IANNI, Otávio. Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986. 249p.
- IEA (Instituto de Estudos Amazônicos). Relatório de trabalho de

campo com vistas a identificação de áreas prioritárias. Etapa Rio Jari. Curitiba, mimeo., 1988. 28p.

-----Seminário de planejamento e gestão do processo de criação de reservas extrativistas na Amazônia. Documento Final. Curitiba, mimeo., 1988. 96p.

IRIARTE, Gregório. Leitura crítica para a interpretação da realidade. São Paulo, Edições Paulinas, 1986. 173p.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. São Paulo, Nova Cultural, 1986. 401p.

LA FLEUR, James; GROENEVELD, Willem. Avaliação da Usina de Beneficiamento de Castanha do Pará da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri-Acre. Xapuri, mimeo., 1990. 6p.

LENIN, Vladimir Ilich. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo, Nova Cultural, 1985. 402p.

LINS, Cristovão. Jari 70 anos de história. Rio de Janeiro, DATAFORMA, 1991. 236p.

MARTINELLO, Pedro. A batalha da borracha na segunda guerra mundial e suas consequências para o Vale Amazônico. Rio Branco, Universidade Federal do Acre, 1988. 368p. Tese (Doutorado-História Econômica)-USP.

MARTINS, Edilson. Amazônia a última fronteira. Rio de Janeiro, CODRECI, 1980. 261p.

MARX, Karl. O Capital: crítica da Economia Política. São Paulo, Difel, 1985. 1079p. p.705-931. 6v. v.VI.

MIRAD (Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário)-Projeto de Assentamento Extrativista. Relatório do Trabalho de Campo realizado com vistas a identificação de Áreas Prioritárias. Brasília, mimeo., 1988. 54p.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação humana. In Amazônia, Desenvolvimento, Integração e Ecologia. São Paulo, Brasiliense, 1983. 328p. p.144-327.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Integrar para não entregar. Políticas Públicas e Amazônia. São Paulo, Papirus, 1988. 107p.

-----Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos. São Paulo, Papirus, 1989. 133p.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo. In Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. v11 p.101-140.

- PINTO, Lúcio Flavio. Amazônia, no rastro do saque. São Paulo, HUCITEC, 1980. 219p.
- Jari, toda a verdade sobre o projeto de Ludwig. São Paulo, Marco Zero, 1986. 219p.
- PINTO, Nelson Prado Alves. Política da Borracha no Brasil. São Paulo, HUCITEC, 1984. 168p.
- RAIOL, Osvaldino da Silva. A Geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá. Macapá, mimeo., 1989. 248p.
- RIBEIRO, Berta G. Amazônia urgente, cinco séculos de história e ecologia. Belo Horizonte, Itatiaia, 1990. 275p.
- RIBEIRO, Ivan de Otero. Agricultura, Democracia e Socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. 276p.
- ROSÁRIO, José Ubiratan. Amazônia, processo civilizatório: Apogeu do Grão-Pará. Belém, UFPA, 1986. 155p.
- SALATI, Eneas (Org.). Amazônia, Desenvolvimento, Integração e Ecologia. São Paulo, Brasiliense, 1983. 328p.
- SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980. 358p.
- SAUTCHUCK, Jaime; CARVALHO, Horácio Martins de; GUSMÃO, Sérgio Buarque de. Projeto Jari, a invasão americana. São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1979. 157p.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, Cortez, 1991. 256p.
- SILLS, Erin. Comercialização da Castanha do Brasil. Belém, texto mimeo., 1991. 9p.
- Comercialização da Castanha do Brasil no Sul do Amapá. Belém, texto mimeo., 1991. 16p.
- Relatório sobre a Reserva Extrativista do Rio Cajari e os Projetos de Assentamento Extrativista do Rio Maracá. Macapá, texto mimeo., 1991. 43p.
- SILVEIRA, Modesto da. Ludwig, imperador do Jari. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. 157p.
- SOUZA, Márcio. Empate contra Chico Mendes. São Paulo, Marco Zero, 1990. 168p.
- SUCAM-AP(Superintendência das Campanhas Anti-amarílicas). Relação de Localidade/ Controle de OI - EP. Município de Laranjal do Jari. Macapá, mimeo., 1990. 10p.
- TEPICHT, Jerzi. Marxisme et agriculture: le paysan polonais.